



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE JULHO DE 2013

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Alcino Pinto

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Deolindo da Mata

Celmira Sacramento

Filomena dos Prazeres

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 5 minutos.

Foi reprovada a moção de censura ao XV Governo Constitucional, proposta pelo Grupo Parlamentar do ADI.

Feita a apresentação da moção de censura pelo Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI), participaram no debate, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro que deu resposta às questões, os Srs. Deputados Arlindo Ramos (ADI), Delfim Neves (PCD), Domingos Boa Morte (ADI), Roberto Lombá (ADI), Isabel

Domingos (ADI), Cecílio Quaresma (AD), Carlos Correia (ADI), Rafael Branco (MLSTP/PSD), Carlos Pinheiro (ADI), Jorge Amado (MLSTP/PSD), Xavier Mendes (PCD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Dionísio Leopoldino (MLSTP/PSD), Hélder Paquete (ADI), Alexandre Guadalupe (ADI), José Diogo (ADI), Gil Costa (PCD), Paulo Jorge (ADI), Albertino Bragança (PCD) e Elsa Pinto (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 20 minutos..

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 5 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adelino Lourenço Pires dos **Santos**
Adilson Cabral **Managem**
Alexandre da Conceição **Guadalupe**
André Varela **Ramos**
Arlindo **Ramos**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita**
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel **Cassandra** Correia
Cecílio Quaresma da Graça Sacramento
Celmira de Almeida do **Sacramento**
Domingos José da Trindade **Boa morte**
Domitília Portulêz **Trovoada** da Costa
Hélder **Paquete** Lima
Idalécio Augusto **Quaresma**
Isabel Mayza Jesus da Graça **Domingos**
José António Sacramento **Miguel**
José da Graça **Diogo**
José Manuel Costa Alegre
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Manuel da Graça José **Narciso**
Mário **Fernando**
Martinho da Trindade **Domingos**
Octávio da Costa de **Boa Morte** Fernandes
Odete Aleixo Augusto **Bragança**
Paulo **Jorge** de Carvalho.
Roberto Patrício das Neves **Lombá**

Movimento Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Alcino Martinho de Barros **Pinto**
António da Trindade Afonso **Ramos**
António **Monteiro** Fernandes
António Neves Sacramento **Barros**
Arlindo **Barbosa** Semedo
Aurélio Pires Quaresma **Martins**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Dionísio Fernandes **Leopoldino**
Domingos **Monteiro** Fernandes
Elsa Maria d' Alva Teixeira **Pinto**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro d'Alva**
Guilherme **Octaviano** Viegas dos Ramos
Hélder Afonso das **Neves**
Joaquim **Rafael** **Branco**
Jorge **Amado**
José da Graça **Viegas** Santiago
Manuel da Cruz **Marçal** **Lima**
Manuel **Martins** Quaresma
Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Silívia Ambrósio Gil do **Espírito Santo**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

Albertino Homem Sequeira **Bragança**
Delfim Santiago das **Neves**

Filomena Maria de Pina dos **Prazeres**
Firmino João **Raposo**
Gil Mascarenhas da **Costa**
 José Luís **Xavier Mendes**
Maria Edite **Salvaterra** Pinto

Movimento Democrático Força da Mudança/Partido Liberal (MDFM/PL):

Ayres António **Major**

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços para convidarem o Sr. Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e os membros do Governo a entrarem na Sala.

Pausa para entrada do Governo.

Aproveito o ensejo para saudar S. Exa. o Primeiro-Ministro e dar-lhe as boas-vindas, a si e ao seu elenco a esta Casa Parlamentar e dizer a todos e todas que estão reunidas as condições para que possamos fazer o debate sobre a moção de censura. Espero que este debate se realize com um alto grau de civismo e espírito democrático.

Todos sabem que uma moção de censura é algo normal em democracia, tem dignidade constitucional e regimental, por isso mesmo peço a todos, uma vez mais, que na discussão desta moção de censura possa estar presente entre nós os valores democráticos. Sei que no Parlamento o contraditório deve imperar, porém quero e todos queremos que o mesmo se realize de forma pedagógica e no interesse do nosso povo.

Porque esta moção de censura foi introduzida no âmbito, com dizia, da Constituição e do Regimento da Assembleia Nacional, o Presidente da Assembleia, quando a devolveu, quis apenas que houvesse um esforço, de acordo com a sua interpretação, no cumprimento rigoroso e escrupuloso das normas regimentais. Não teve, em nenhum momento, nenhuma intenção de inviabilizá-la, nem muito menos de impedir que o Governo viesse ao Parlamento.

Hoje considero que estão reunidas as condições e, como diz o nosso artigo 225.º, a moção de censura deve centrar-se na execução do Programa do Governo, ou assunto relevante de interesse nacional.

Os proponentes apresentaram a sua moção e elegeram, não vou aqui fazer a síntese, os assuntos que estão constantes dessa moção e pedi aos serviços que a publicassem, para que tivessem presente o texto da moção.

Quero recordar-vos que a discussão vai ser feita no estrito cumprimento do Regimento e peço a colaboração de todas e de todos para que a minha acção não seja dificultada. Se entender que a minha acção está a ser dificultada, farei também recurso às normas regimentais para repor a disciplina e a ordem, tão necessárias para o desenvolvimento, como disse, num espírito de civismo democrático em prol dos interesses superiores do nosso povo.

Só para recordar também aos Srs. Deputados que diz o Regimento que a discussão da moção de censura não deve ultrapassar 3 dias e para hoje programamos a sessão para 5 horas, distribuídas de acordo com os tempos constantes no nosso Boletim. Caso as questões não fiquem esgotadas hoje, com os líderes parlamentares, voltaremos a reunir para reprogramar o tempo.

Estando pois todas as condições reunidas, convido o primeiro subscritor da moção para fazer a apresentação da mesma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e os demais membros do Governo, caros e caros colegas Deputados, minhas senhoras e meus senhores: Também junto-me à sua voz, Sr. Presidente, e peço a todos, como democrata que sou e sempre serei, na oposição ou no poder, que de facto este debate possa ocorrer num clima que possa dignificar a nossa Casa Parlamentar; dignificar o nosso povo e dignificar o nosso país. Por isso, em nome do meu Grupo Parlamentar, pode ficar tranquilo, Sr. Presidente, que da nossa parte o debate vai correr num clima democrático, respeitando, obviamente, as leis e o Regimento.

Antes de começar a ler, gostaria de informar, porque é importante, a população em geral e as Sras. e Srs. Deputados, que esta manhã fomos surpreendidos com um comunicado na Rádio Nacional de que haveria problemas técnicos na EMAE e, por isso, haveria falhas de energia, principalmente nos distritos de Mé-Zóchi e Cantagalo...

Vozes do ADI: — No Príncipe também.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Se assim for, os caros cidadãos desses distritos terão dificuldades em acompanhar o nosso debate, mas como para nós o importante é o debate, vamos realizá-lo, independentemente desses problemas que já sabemos que a nossa EMAE tem, que não são só de hoje, é transversal a todos os governos. Por isso é que espero que não seja apenas uma manobra para que os concidadãos desses distritos não vejam este debate.

Dizer também que solicitamos, enquanto democratas que somos, de acordo com o Regimento, depois de sucessivos casos que o País viveu, debate com o Governo e um debate com o Sr. Ministro da Defesa, agendou-se

uma reunião de conferência de líderes e os Grupos Parlamentares do MLSTP/PSD e do PCD rejeitaram esse debate. De facto o Regimento diz que a maioria na Conferência de Líderes decide e foi rejeitado, dizendo que os assuntos não são relevantes para serem discutidos. Daí que socorremo-nos deste instrumento fundamental que é a moção de censura, aí sim felizmente hoje já temos o Governo aqui presente para debater com os Deputados, todos os Deputados e não somente os do ADI.

Esta moção surge porque o País vive um conjunto de situações que, para nós como representantes do povo, incomoda-nos, daí que precisamos do esclarecimento do Governo. Espero também, Sr. Presidente, que haja de facto um cumprimento rigoroso do Regimento. Rigoroso mesmo como diz, em todas as suas vertentes, para todos os Deputados, de modo a que possamos, quem sabe, começar um novo ciclo nesta Legislatura.

Passo a ler o texto da moção de censura.

«Nós, Deputados à Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, vimos, nos termos do artigo 225.º do Regimento deste órgão legislativo, apresentar a presente moção de censura ao XV Governo Constitucional, liderado pelo Sr. Primeiro-Ministro Gabriel Arcanjo Ferreira da Costa, com base nos fundamentos que se seguem:

1. Nos termos da Constituição da República, artigo 6.º, São Tomé e Príncipe é um Estado de direito democrático, baseado nos direitos fundamentais da pessoa humana, que tem como um dos objectivos primordiais, artigo 10.º, promover o respeito e a efectivação dos direitos pessoais, económicos, sociais, culturais e políticos dos cidadãos. A Constituição da República garante ainda, artigo 19.º, que o exercício dos direitos fundamentais só pode ser restringido nos casos previstos na Constituição e suspenso na vigência de estado de sítio ou de estado de emergência, declarados nos termos da Constituição e da lei, não podendo ser estabelecida nenhuma restrição ou suspensão para além do estritamente necessário.

2. O XV Governo, chefiado pelo jurista e ex-bastonário da Ordem dos Advogados Gabriel Costa, tem vindo, desde o seu empossamento, a violar grosseiramente esses direitos fundamentais dos cidadãos, através, entre outros, de acções ilegais e arbitrárias levadas a cabo pelo Ministro da Defesa e Ordem Interna, Sr. Óscar Sousa, forçando os cidadãos a viver num clima de perseguição, intimidação e medo, claramente incompatíveis com as premissas de um Estado de Direito Democrático, garante dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos.

3. O Comando-geral da Polícia Nacional e o respectivo Comandante são instigados e obrigados pelo Ministro da Defesa e Ordem Interna a levarem a cabo actuações arbitrárias e ilegais, que sabem não ter qualquer abrigo nas disposições constitucionais e legais da nossa II República, sendo prova disto factos como os incessantes interrogatórios ilegais a que certos cidadãos têm sido alvo; a vergonhosa proibição e coarctação do direito de manifestação e reunião; a detenção ilegal de cidadãos, entre outros, em clara violação das disposições do artigo 34.º da Constituição e bem assim da Lei do Direito de Reunião e de Manifestação.

4. Recentemente o País testemunhou, coisa jamais vista na II República, a utilização pelo Governo das forças policiais e militares, comandadas directa e pessoalmente pelo Ministro da Defesa e Ordem Interna, com presença no terreno, quer do Brigadeiro e Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, quer dos Comandantes geral e distritais da Polícia, para travar uma vigília pacífica, levada a cabo pelos jovens criativos do «Nós por Cá», após o seu silenciamento na televisão pública, TVS, coarctando assim o exercício de um direito fundamental previsto na Constituição da República. O artigo 34.º da nossa Constituição estabelece clara e expressamente que a todos os cidadãos é garantido o direito de se reunir, pacificamente e sem armas, mesmo em lugares abertos ao público e que a todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação.

5. O Governo, através do Ministro da Defesa e Ordem Interna, num claro abuso de poder, não se coibiu de orientar o Comandante-geral da Polícia Nacional a intimar o Vice-Presidente da Assembleia Nacional, José da Graça Diogo, e o ex-Ministro da Justiça, Elísio d'Alva Teixeira, presentes na vigília, a o acompanharem para o Comando da Polícia, tendo este último sido levado para o interior do Comando da Polícia de Água-Grande e advertido de que estava detido a mando do Ministro da Defesa, Óscar Sousa.

6. De igual forma e com o mesmo sentimento de retrocesso democrático, o País testemunhou a prisão ilegal de quatro cidadãos são-tomenses pertencentes ao grupo de jovens «STP indignados», que tendo sido convidados ao Comando Distrital da Polícia de Água-Grande para meros esclarecimentos sobre uma marcha pacífica que pretendiam organizar, acabaram por ficar detidos, a fome e sem água, até às 22 horas, tendo sido libertados graças à pressão popular que se fez sentir defronte ao respectivo Comando. Tais acções foram ordenadas e comandadas pessoalmente pelo Ministro da Defesa e Ordem Interna.

7. Apesar de a Constituição reconhecer a todos os cidadãos o direito de se reunir e manifestar pacificamente, o País testemunhou igualmente um facto inédito em qualquer regime democrático, o Comandante-geral da Polícia Nacional dirigir-se à população a mando do Governo, nas antenas da Rádio Nacional para, em jeito de intimidação velada, desaconselhar as pessoas a exercerem o seu direito constitucional de reunião e manifestação. Pior ainda, ao contrário das falsas alegações de que a Polícia não dispunha de meios para garantir a segurança da marcha, cujo lema era «tolerância zero à impunidade». O que se assistiu foi a presença musculada de um importante aparato policial em todas as artérias da cidade, excessivamente armado, impedindo os cidadãos de exercerem livremente o seu direito.

8. Continuam assim a ser feitas detenções e buscas ilegais, ameaças e perseguições a pessoas de bem,

pondo desta forma em causa os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos consagrados, entre outros, nos artigos 23.º, 28.º, 29.º, 34.º, 35.º e 36.º da Constituição da República.

9. Essas proibições, restrições, perseguições e intimidações constituem claramente graves violações das leis por parte de órgãos, instituições e serviços sob tutela do Governo, que as devem salvaguardar e põem em causa a própria Constituição e a imagem de São Tomé e Príncipe como Estado de direito democrático, um feito há décadas conquistado e que se tem sabido manter.

10. Como se não bastasse, a liberdade de expressão e de informação, bem como a liberdade de imprensa, igualmente consagrados na Constituição da República, têm sido recorrentemente postos em causa. O Governo monopolizou em absoluto os órgãos de comunicação social do Estado, nos quais os seus alegados opositores deixaram de ter qualquer possibilidade de se exprimir. A TVS e a Rádio Nacional transformaram-se claramente em instrumentos de mera propaganda do Governo, transmitindo exclusivamente informações que dão jeito ao Governo e ao poder instalado, ignorando absolutamente as informações de carácter e interesse públicos que possam pôr em causa os seus objectivos.

11. Se o Governo vem descaradamente violando tais liberdades e garantias constitucionais dos cidadãos, o mesmo desprezo tem demonstrado face aos seus direitos fundamentais, tais como a vida e a integridade física. Nos termos da Constituição da República, o direito a vida, artigo 22.º, e o direito a integridade física, artigo 23.º, são invioláveis por imperativo constitucional.

12. Em Fevereiro último, com alegação e pretexto de urgência para evitar rotura do mercado, o Governo decidiu lançar um concurso público fantoche para aquisição de 3000 toneladas de arroz branco e comprido, produto que deveria ser fornecido até 4 de Junho transacto. Sem surpresas, o concurso foi adjudicado à firma Modelo Alimentação Neves Lda., do Deputado do PCD Delfim Neves, com um claro intuito de favorecimento, não tendo a mesma, até a presente data, cumprido integralmente o contrato assinado a 4 de Março de 2013.

13. O que o País assistiu apenas foi a vergonhosa importação, neste quadro, de 900 toneladas de arroz provenientes de Douala, cuja duvidosa qualidade obrigou a ASAE, entidade pública portuguesa, a pedido das autoridades oficiais do País, a aconselhar, «salvo melhor opinião», a sua retirada do consumo.

O CIAT, Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica, única instituição pública vocacionada para o efeito no País, com um laboratório de referência recentemente inaugurado, encontrou no arroz restos mortais de larvas e insectos vivos e outros organismos nocivos à saúde humana, considerando que o arroz provavelmente já havia sido infestado e fumegado.

14. O Governo, a quem compete velar pela saúde pública dos são-tomenses, perante tais constatações preferiu, num claro desprezo pela vida e integridade física dos cidadãos, sancionar todos quantos se insurgiram com maior ou menor vigor contra o consumo do arroz. O Governo demitiu a Directora dos Cuidados Primários de Saúde, ameaçou demitir o Director da DRCAE que solicitou os testes a ASAE e ordenou a extinção do programa «Nós por Cá» com os Criativos e a condenação dos mesmos ao pagamento à TVS de uma multa de 25 milhões de dobras. Ao invés de agir imediatamente no sentido de aconselhar as pessoas a absterem-se de consumir o produto, manifestamente impróprio para consumo humano, o Governo preferiu pôr em risco a vida e a integridade física dos cidadãos.

15. Apesar de ter em mãos os resultados das análises solicitadas ao CIAT e também à ASAE, só muito tardiamente, depois de muitos cidadãos terem comprado e consumido o arroz, vem o Governo, numa atitude meramente espectacular, retirar temporariamente o produto da comercialização, para vir semanas depois, pelo punho e pela boca do novo Director dos Cuidados de Saúde, nomeado com este propósito, anunciar pateticamente aos são-tomenses que o arroz está em perfeitas condições para ser consumido.

16. Mais do que lamentável, é inadmissível o absoluto silêncio do Chefe do Governo, que se comportou neste caso gravíssimo e que briga com a saúde pública dos são-tomenses como se nada disso lhe dissesse respeito, demonstrando claramente que não é e não tem condições políticas para assumir-se como chefe de um órgão de soberania que tem a incumbência constitucional de administrar o Estado, conduzindo a política geral do País.

17. O Primeiro-Ministro, para além de demonstrar que não tem condições políticas para acautelar convenientemente os superiores interesses dos são-tomenses, quando estão em causa interesses particulares de alguns elementos da Interpartidária que sustenta o Governo, demonstrou a sua predisposição a envolver-se em actos com contornos nitidamente criminosos, como seja a importação para consumo humano de alimentos comprovadamente deteriorados, facto tipificado como crime pelo Código Penal em vigor, no seu artigo 340.º, bem como a avaliação, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do estratagema orquestrado pelo comerciante Delfim Neves para fugir ao fisco no estrangeiro, o qual não hesitou para tal fazer crer às autoridades camaronesas, com o beneplácito do Governo, que o País estava a atravessar um flagelo de fome e que a população são-tomense estava faminta.

18. Como se não bastasse, para dar cobertura a todo este esquema pernicioso que visava enriquecer o comerciante Delfim Neves, reincidente nestas lides, e provavelmente alguns membros do Governo, à custa da saúde e da vida dos são-tomenses, o Governo, através do Ministro do Comércio, veio dizer aos Deputados da Nação que está na posse de outras análises ao arroz efectuadas em laboratórios privados no estrangeiro, recusando-se, entretanto, a esclarecer que instituição do Estado solicitou as referidas análises, quem efectuou a colheita que serviu para as análises e, sobretudo, que instituição do Estado pagou tais

análises e de que forma o fez, tendo ficado patente na audição ao Ministro do Comércio a clara tentativa do Governo de omitir informações relevantes que poriam a nu todas as falcatruas que envolveram o processo de solicitação de contra análises, completamente despidas de credibilidade.

19.O Governo não hesitou também, para defender os interesses pessoais do comerciante Delfim Neves e de alguns dos seus membros implicados no esquema de importação do arroz, a desvalorizar completamente uma instituição pública como o CIAT, que vem ao longo dos anos realizando análises à qualidade dos produtos consumidos pelos são-tomenses, demonstrando claramente que para o XV Governo o CIAT não tem qualquer utilidade e que os cidadãos e entidades são-tomenses e estrangeiros devem passar a desconfiar das suas análises e conclusões.

20.Apesar de todo esse escândalo que já custou ao Estado milhares de dólares do erário público, até a presente data as 3000 toneladas de arroz contratualizadas pelo Governo, alegadamente para evitar a ruptura do mercado não chegaram ao País e o Governo permanece impávido e sereno numa clara demonstração, se mais fosse necessário, de que o Governo e o importador são uma mesma e única pessoa. Nenhuma medida foi tomada para salvaguardar os interesses do Estado e dos são-tomenses, que cabe ao Governo defender.

21.Apesar de o Governo ter, falaciosamente, anunciado no seu Programa que tem como prioridade combater a corrupção, a verdade é que o advento do XV Governo Constitucional coincide com o recrudescimento da corrupção na esfera do Estado, sendo o processo de importação do arroz, considerado pela própria população como «arroz podre», o paradigma deste flagelo que tomou conta do Estado. Para além de outros casos de corrupção, a seu tempo denunciados, tal como o que envolveu o Ministro da Agricultura e o seu *staff* da Direcção das Pescas, com os quais o Governo e o Primeiro-Ministro simplesmente preferiram coabitar silenciosamente, o País afunda-se a cada dia que passa numa espécie de salve-se quem puder.

22.O País e os são-tomenses não têm por isso memória de nenhum caso de corrupção que tenha sido combatido pelo actual Governo. Daí que, cada dia de existência deste Governo, com um Primeiro-Ministro que não tem qualquer poder de defender os interesses dos são-tomenses, nem sequer o simples poder de exigir a demissão de um Ministro manifestamente corrupto ou incompetente, é um dia de recuo para São Tomé e Príncipe nas grandes conquistas que o País já vinha realizando, quer no que respeita os direitos de liberdade e garantias dos cidadãos, a defesa dos superiores interesses dos são-tomenses e o combate à corrupção. Este último, um flagelo que, segundo o Presidente da República, deveria merecer tolerância zero. Porém, em vez de tolerância zero à corrupção, o XV Governo chefiado pelo jurista Gabriel Costa preferiu cobertura total, ou indiferença total à corrupção.

23.Estamos pois perante um Chefe de Governo manietado, refém de tudo e de todos, que não dirige governo nenhum, que não tem o poder de dizer o que pensa se estiver em contradição com os superiores interesses de alguns barões da interpartidária. Estamos perante um governo que tendo sido acusado, em praça pública, pelo comerciante Delfim Neves de ter sido quem importou o arroz, tendo o mesmo sido apenas seu intermediário e não teve a dignidade institucional nem a coragem política de vir explicar aos são-tomenses a sua versão dos factos, calando e consentindo impavidamente com a versão de Delfim Neves.

24.O Chefe do Governo, com o seu silêncio, revelador de um grande desprezo pelos são-tomenses e de clara cumplicidade com o comerciante Delfim Neves, mais não fez do que aceitar sim que foi o Governo que se deslocou a Douala para comprar o arroz; que foi o Governo que escolheu esse arroz, que foi o Governo que mentiu e enganou as autoridades camaronesas para não pagar imposto; que foi o Governo quem beneficiou das isenções concedidas em Camarões e que é o Governo quem tem de arcar com todas as responsabilidades políticas e criminais decorrentes de mais este escândalo com géneros alimentícios, envolvendo protagonistas de sempre.

25.Estamos perante um Governo que, para além de padecer de falta de legitimidade, não tem dado mostras que poderá vir a mudar a situação do País. Antes pelo contrário, está a agravar o sofrimento dos são-tomenses que, a cada dia que passa, mergulham-se no desalento, no desespero e na pobreza. O pior é que estamos perante um não governo, uma soma amorfa de ministros, tutelados pelas suas hostes partidárias a quem têm que prestar contas e de quem recebem orientações, estando o Primeiro-Ministro despido de reais poderes de direcção e de condução da política governativa, como um mero porta-estandarte de uma interpartidária, onde até então só têm vingado os interesses dos mais oportunistas.

26.Está mais do que demonstrado, pelas suas actuações, que este Governo não tem condições para levar São Tomé e Príncipe e os são-tomenses a parte alguma, muito menos ao tão almejado desenvolvimento. Salvo os que dele tiram benefícios ilícitos directos, ninguém mais acredita neste Governo, infestado com casos de corrupção. Um governo que coarcta os direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos; um governo que pauta a sua actuação pela censura nos órgãos públicos de comunicação social; um Governo que quer impor ao seu povo, a todo custo, o consumo de um arroz manifestamente impróprio para o consumo humano; um governo que promete tudo, 400 casas, 1000 postos de emprego, melhoria da situação da saúde e da educação, fornecimento de energia eléctrica e construção de estradas, mas não resolve nenhum problema real do País; um governo que se esconde do povo, ao ponto de, pela primeira vez na história do País, chegar ao cúmulo de realizar um acto central dos festejos da independência

nacional vedado ao povo.

27. São essas as razões, de relevante interesse nacional, que fundamentam a nossa decisão de apresentação desta moção de censura ao XV Governo Constitucional, chefiado pelo Dr. Gabriel Arcanjo Ferreira da Costa, no estrito cumprimento das normas regimentais, das competências que nos são conferidas no âmbito do Estatuto dos Deputados e as demais leis da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

São Tomé, 18 de Julho de 2013, subscrevemos.»

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Caros presentes, diz o nosso Regimento, no seu artigo 226.º, que o debate é aberto e encerrado pelo primeiro dos signatário da moção, por isso é que dei a palavra e, no ponto 3, «o Primeiro-Ministro tem o direito a intervir imediatamente após e antes das intervenções previstas no número anterior». O que significa que deverei convidar o Sr. Primeiro-Ministro a fazer uso da palavra.

Mas antes disso, porque o Sr. Deputado Levy fez algumas referências que não se encaixavam no quadro da moção como tal, pessoalmente me absteve de falar delas e porque evocou esclarecimentos à população, permitam-me que esclareça o seguinte: efectivamente o ADI introduziu dois pedidos, um pedindo um debate com S. Exa. o Primeiro-Ministro para a discussão da questão do arroz e um segundo, solicitando a presença de S. Exa. o Ministro da Defesa para debate sobre questões de natureza de segurança e ordem interna, com os aspectos abordados na moção de censura. É verdade que a maioria inviabilizou o pedido, mas pessoalmente, enquanto Presidente da Conferência de Líderes, propus aos três líderes uma solução que permitiria a vinda do Primeiro-Ministro à Assembleia Nacional. Propus que, já que estava sendo inviabilizado o pedido do ADI, que convidássemos o Sr. Primeiro-Ministro, por iniciativa dos líderes parlamentares, ou por iniciativa do próprio Governo, a vir à Assembleia para um debate sobre o estado da Nação, onde poder-se-ia abordar não somente as questões que preocupavam o ADI, mas a outras questões que preocupavam os Deputados e os cidadãos da Nação. Para dizer que esta proposta minha foi inviabilizada pelo Líder do ADI.

Faço esse esclarecimento, porque o Sr. Deputado Levy fez referência a isso.

Convido de imediato S. Exa. o Sr. Primeiro-Ministro a fazer uso da palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Gabriel Costa): — Sr. Presidente, Ilustres Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Excelências: É com imenso prazer, como sempre e como democrata convicto, com provas dadas, que submeto-me ao contraditório político que sempre defendi nas minhas lides, pelo aperfeiçoamento da nossa democracia.

Dizia a esta augusta Assembleia, aquando da apresentação do Programa do Governo, do OGE e do estado da Nação, que o meu Governo submeter-se-ia ao escrutínio regular da Assembleia Nacional. Nunca fugi a debate nenhum! Não tenho qualquer receio do contraditório político e julgo estar perfeitamente à vontade para debater seja que assunto for, no estrito respeito pela representação parlamentar e pela nossa democracia.

Quando tive conhecimento de que a Assembleia tinha solicitado ao Governo para que viesse cá para o debate sobre o arroz – e o Sr. Presidente da Assembleia Nacional que me desminta – prontifiquei-me imediatamente para poder debater com os Srs. Deputados a tão propalada questão do arroz. Um país que vive quase 3 meses sob a questão do arroz. É só o arroz. Arroz sim, vamos a isto e falemos de tudo que interesse à Nação, o que o Governo tem feito para debelar as dificuldades tremendas que o País tem. O Governo tem trabalhado e tem elementos que pode mostrar ao povo e à comunidade internacional que se tem dedicado à gestão da coisa pública, aos interesses do povo, contrariamente a este arrazoado de questões, que o Governo respeita, mas que dirá exactamente o que é que se pretende com estas questões todas.

Para uma pessoa que vive fora de São Tomé e Príncipe, ao ouvir o que foi dito aqui, poderia pensar que estamos efectivamente num estado de sítio; que não há liberdade em São Tomé e Príncipe; o Primeiro-Ministro e o seu Governo têm infernizado a vida deste povo, de forma que as liberdades fundamentais estão em causa.

Quero dizer aos Srs. ilustres Deputados, representantes do povo, que tive um diálogo de 5 horas com a União Europeia, e os senhores poderão ter prova disso, porque esses encontros dão lugar a uma acta que é elaborada, sobre o diálogo político com o Governo, em que as questões fundamentais dos direitos humanos e desenvolvimento estão na ordem do dia e tentem saber qual foi o resultado.

Encontrei-me com o Sr. Embaixador da França no dia 12 de Julho, para fazermos o ponto da situação. Vocês podem saber exactamente qual é a apreciação da comunidade internacional relativamente à situação que se vive no interior do nosso país.

Quero que fique bem claro que o Primeiro-Ministro e Chefe do Governo e o seu Governo não deram cobertura a nenhum acto de corrupção! Os senhores vão ser instados aqui a demonstrarem que actos de corrupção existem, porque não basta falar. Vamos e quero debater com os Srs. Deputados, olho no olho, as questões de corrupção em que o meu Governo se encontra!

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Muito bem!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vocês têm dito muitas coisas e tenho ouvido silenciosamente porque prometi a esta augusta Assembleia que faria tudo para criar um clima, de forma que os são-tomenses se entendessem sobre coisas fundamentais. Disse várias vezes nas minhas alocações que conhecia, por razões óbvias, os Srs. Deputados do ADI, as suas bases e sempre soube o que estava na base da sua criação. Evitei, mesmo sendo vítimas dos ataques mais escabrosos, de uma violência inadmissível, num Estado de direito, que se propala, sou insultado todos os dias e não sou atingido. Demonstrei com civilidade que, quando se enverga o fato de gestor da coisa pública, tem-se que ter a capacidade de relevar e não se perseguir pessoas que, no mínimo, num Estado de direito democrático, deviam ser perseguidos por crimes de difamação e de injúria.

Querem que dê exemplos nítidos? Onde é que está a piscina na minha casa? Não querem ir à minha casa ver a piscina que construí com dinheiro do Estado, com o dinheiro público? A minha casa remodelada com o dinheiro público? Convidava os Srs. Deputados que disseram e que põem isso nas redes sociais para poderem dirigir-se à minha casa. Franqueei a porta da minha casa, para verem exactamente que a intoxicação que fazem junto das populações para denegrir as pessoas, deve ter limite. O meu silêncio não é cobardia, nem é valentia, é apenas a vontade inabalável de criar um clima para que o País não fique em alvoroço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é preciso não termos a memória curta sobre a questão do cerceamento das liberdades. Eu, Gabriel Costa, não silencieei absolutamente ninguém, nem dei ordens para silenciar ninguém! Nunca dei ordem para se cercear as liberdades fundamentais do cidadão! Parece-me que os senhores esqueceram-se de que há bem pouco tempo, quando estavam na governação, posso falar disso com propriedade porque fui bastonário da ordem dos advogados, fui impedido de falar e de exercer um direito de resposta.

Quero que me dêem exemplos de direito de resposta a que me tivesse apostado.

Manipularam «Os Criativos» para fins políticos, arremeteram as pessoas para cometerem desacatos e têm que assumir a vossa responsabilidade!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Assumi um compromisso perante a Nação de não deixar periclitarem o Estado. Não haverá caos! Volto a dizer-vos, não haverá caos! As liberdades fundamentais serão garantidas e os senhores tiveram a oportunidade, perante uma situação de violação grosseira dos vossos direitos, de irem aos Tribunais. Há juristas iminentes deste Grupo Parlamentar, para dizer aos Tribunais, são os Tribunais que temos e a que todos os cidadãos estão sujeitos. Porque é que não apresentaram uma queixa formal contra as pessoas que cercearam as liberdades, que puseram em causa as vossas liberdades fundamentais? Porquê que não o fizeram? Não era essa a vossa intenção! A vossa intenção era, através das vossas antenas e das vossas redes sociais, lançar o País «a ferro e fogo», ao ponto de terem feito tudo para se ensombrar uma data que é a mais alta da nossa história, aquilo que os senhores chamam de «comemoração do 12 de Julho escondido do povo», jamais visto em São Tomé e Príncipe, com a manifestação que os senhores fizeram, sob a capa dos indignados, porque não ousaram dar a cara para assumir efectivamente uma atitude, sempre sobre o arroz. Têm decididamente uma obsessão do arroz e pretenderam ofuscar coisas que eram fundamentais e que estavam sendo feitas aqui no nosso país, como a Mesa Redonda para a Mobilização de Fundos, o que o País carece para financiar o seu desenvolvimento, numa atitude antipatriota.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Portanto, senhores proponentes da moção de censura, este Governo não tem medo da moção de censura e também acha que a moção de censura é um instrumento previsto na nossa Constituição. Agora os senhores serviram-se dela, mas no passado parece-me que eram os senhores que fugiram dela como «o demónio da cruz»...

O Sr. **Manuel Martins** (MLSTP/PSD): — Toma, toma!

Risos e aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Felizmente os senhores agora reconhecem este XV Governo Constitucional, e mais vale tarde do que nunca, porque se os senhores tivessem aqui na altura em que vim trazer o Programa do Governo teriam contribuído positivamente para o melhorar, para aportarem aquilo que o povo espera de vós, enquanto seu representante, e não fazer «política de cadeira vazia» até se chegar ao ponto de um desprezo por esta Casa Parlamentar. Os senhores entraram aqui e fiquei envergonhado quando vi

Deputados da Nação de camisolas, num desprezo e numa imagem...Sinceramente, Srs. Deputados, quando falam da dignificação, fico muito atónico. Mas o tempo é um santo remédio e eis-me aqui perante vós, não me furtei nunca ao debate convosco, porque não tenho medo de seja o que for.

Daremos as explicações todas relativamente ao arroz, os senhores ouviram as minhas entrevistas, quer dentro quer fora do País e disse que, no momento oportuno, pronunciar-me-ia sobre essa questão. Os senhores introduziram ou não uma queixa-crime contra o Sr. Ministro do Comércio, relativamente à questão do arroz? Os senhores é que fazem justiça? Não há Tribunais? Não há separação de poderes, a que os senhores fazem alusão nas vossas intervenções? Se foram ao Ministério Público e disseram que houve uma importação de arroz, que os senhores chamaram de «arroz podre», impróprio para o consumo humano, o que é que os senhores deviam fazer? Aguardar serenamente que a justiça se fizesse. Ou para outros cidadãos não há princípio de presunção de inocência?

Aquilo que os senhores fizeram em relação ao Ministro da Agricultura, vamos lá chegar, tenho coisas para vos dizer e espero que não fiquem desiludidos.

Murmúrios do ADI.

Meus senhores, vamos fazer este debate com toda a serenidade possível, tenham a segurança absoluta.

O Governo não faz comércio de arroz, nem exerce o comércio por pessoas interpostas. Para que saibam, não faço comércio de arroz, nem exerço comércio por pessoas interpostas. Para bom entendedor, meia palavra basta!

Sabendo que o arroz que foi importado do Japão se esgotava, o Governo mandou lançar um concurso público para que houvesse a importação do arroz.

O concurso foi feito e as pessoas que participaram no concurso, se entendessem que havia uma anomalia qualquer, podiam impugná-lo. O que é que impedia as pessoas que tomaram conhecimento de que o concurso não estava bem feito de impugnarem-no? O Governo, como sucede em estados democráticos, submeter-se-ia ao veredicto dos organismos próprios de fiscalização. Para meu conhecimento, ou do Governo, não houve qualquer impugnação sobre o concurso que foi feito.

Para a importação de 3000 toneladas de arroz, o dinheiro nem sequer era do Estado são-tomense. O esclarecimento que queria dar aos Srs. Deputados é que, tendo encontrado os cofres vazios como encontrei, pedi ao Embaixador do Japão autorização para utilizar o fundo de contrapartida para importar o arroz. Vocês sabem o que é que ele me disse? Os Srs. Deputados têm que fazer esse exercício, para fazerem uma oposição construtiva e não rotular as pessoas de «corruptos» à toa. Têm que fazer esse trabalho, pesquisar e saber como é que vai a Administração. Ele disse-me que havia um grande buraco relativamente a esse fundo, aquilo que se chama «KR 2008, 2009 e 2010», e que devíamos fazer um esforço para poder repor esse dinheiro. O meu Governo não tinha recebido arroz nenhum do Japão e fui obrigado a pôr o dinheiro, para que ele autorizasse que pudéssemos importar as 3000 toneladas de arroz.

Os senhores estiveram aqui na sessão passada, todos não estiveram, mas algumas pessoas estiveram, alguns entraram calados e saíram mudos, mas ouviram o que foi dito aqui. Foi dito que há mais de 14 mil milhões de dobras do fundo de contrapartida que foram utilizados no vosso governo, para importar açúcar e arroz e que não se sabe exactamente o seu paradeiro. Portanto, tive que fazer um esforço gigantesco para poder pôr algum dinheiro e prometer ao Embaixador do Japão que iria fazer uma gestão transparente desses fundos; que iria pedir uma auditoria externa às contas para se sanar essa situação. É preciso falar com propriedade, não se deve especular!

Portanto, houve um concurso público e o Governo não faz comércio. Há um vencedor desse concurso, não há impugnação. Há uma abertura de crédito documentário no banco BGF1 para a importação do arroz e o vencedor do concurso encontrou toda a dificuldade do mundo para poder obter esse crédito documentário. Vendo a situação, através do Ministério do Comércio, pediu-se autorização para que um terço, que é o montante que se coloca à disposição para se iniciar o processo, fosse utilizado para importação rápida de 900 toneladas de arroz.

Meus senhores, qual é o Governo que é irresponsável, qual é o Governo que é corrupto, perante esta situação? Nunca entrou aqui em São Tomé e Príncipe mercadorias importadas para serem comercializadas e que se verificou que essa mercadoria não era própria para o consumo humano?

Murmúrios do ADI.

Vozes do ADI: — STP-Trading.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Vocês dizem um grande disparate...

Risos do ADI.

...os senhores podem prejudicar São Tomé e Príncipe...

Murmúrios e protestos do ADI.

Meus senhores, peço a vossa paciência para me ouvirem, porque também tive a paciência de vos ouvir! Ouvi e nem sequer comentei, porque é assim que se procede em democracia, tem-se que ter capacidade para ouvir.

Não continuem a dizer que se importou mercadorias impróprias para o consumo humano do Brasil, porque isso põe em causa as relações entre São Tomé e Príncipe e o Brasil. Sejam responsáveis!

Houve mercadorias, e falo com propriedade e os senhores sabem porquê, que chegaram a São Tomé e Príncipe e algumas delas tinham prazo de validade curto e não eram mercadorias impróprias para o consumo. Não digam isso, porque isso pode prejudicar seriamente o País!

Portanto, chegou a mercadoria a São Tomé e Príncipe, aliás os senhores estiveram no Porto, parece-me que estavam muito bem informados, porque uma amostra do arroz apanhada no cais do nosso porto apareceu na rede social. Antes da análise, já diziam que o arroz era podre. O que quero dizer aos senhores é que o que dizem aqui nesta moção de censura são inverdades! Os senhores vão ficar surpreendidos, porque tenho dados. Vocês dizem que o Governo, sabendo que o arroz tinha problemas, na vossa óptica, não obstante isso, deixou o povo consumir o arroz impróprio para o consumo. Isso não é rigorosamente verdade.

O meu Governo agiu, em termos administrativos, como agiria um governo responsável, contrariamente àquilo que dizem! Vejam a data do comunicado do Conselho de Ministros. Não havia nenhuma análise quando a polémica se instalou sobre a qualidade do arroz. Hoje não tenho a certeza de que este arroz é próprio ou impróprio para o consumo humano e tenho a humildade de dizê-lo. Só os senhores é que sabem. Como não a tenho, não faço justiça. Não é desprezo pelo povo, porque há a presunção de inocência. O que fiz foi o que qualquer governo sério e responsável devia fazer.

Numa primeira atitude, suspendi a comercialização do arroz para tranquilizar as pessoas, emitindo um comunicado. Tendo ido ao Príncipe e, em contacto com os membros do governo regional, soube que, na sequência do que aconteceu com o barco «Tornado», as pequenas barcaças que iam para o Príncipe continuavam a levar o arroz e tomei a decisão, com o Sr. Ministro do Comércio, de proibir a venda do produto até que fizéssemos todas as análises definitivas relativamente à questão. Aonde é que está o crime? Meus Srs. Deputados, que crime é que cometi, que crime é que o meu Governo cometeu? Tinha que substituir os Tribunais?

Os senhores meteram uma queixa, o Ministério Público mandou fazer a colheita do arroz, os senhores sabem-no porque acompanharam isto tudo com câmaras e não quero entrar em detalhes daquilo que os senhores fizeram, essa amostra foi pela via diplomática e até agora não tenho os resultados da mesma. Se calhar os senhores sim, porque têm o segredo dos deuses!

Os senhores dizem que o Governo perseguiu a Sra. Directora dos Cuidados Primários de Saúde e ameaçou demitir o Sr. Director da DRCAE. O Governo ameaçou demitir? Vocês conhecem o relatório da Sra. Directora. Um director de Saúde não diz que aconselha, age. Diz é ou não é. Se tem bases laboratoriais para o dizer, sim senhor.

Isso é outra inverdade que está no documento dos senhores. Potó nunca disse aos senhores que o arroz era impróprio para o consumo, e nunca o poderia dizer, porque não tem meios para dizer isso. São os senhores que dizem, porque quiseram fazer um aproveitamento político até a exaustão dessa questão! Vocês quiseram tirar dividendos políticos exacerbados. Não era efectivamente a sorte da saúde do povo é que estava em causa; era a desestabilização do Governo; o caos. Porque se isso fosse discutido com a serenidade necessária, devia saber-se exactamente quando o produto chega ao País quem deve a dar autorização para que ele saia do Porto.

Quem é que dá autorização para que o produto saia do porto? É que essa polémica nem sequer existiria, nem essa intoxicação dentro e fora do País. Vocês descuraram-se disso, não é o que interessa, porque o que interessa é criar a ideia de que este Governo é corrupto; que o Gabriel Costa e o seu Governo locupletaram com uma importação de 900 toneladas de arroz. Tragam documentos, provem por *A* mais *B* que o meu Governo recebeu algum dinheiro por causa desse arroz!

Murmúrios do Sr. Deputado Octávio Boa Morte.

Meus senhores, sejamos sérios, não tenho duas caras!

Os senhores acusaram o Sr. Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural de ter cometido um acto de corrupção, porque os senhores tiveram conhecimento de que houve uma sociedade de pescas que foi constituída, momentos antes da saída dele para Espanha, para negociar um acordo de pesca com uma empresa europeia desejosa de operar em São Tomé e Príncipe. Pedi os documentos e vi que é verdade que o Srs. Directores das Pescas constituíram essa sociedade na véspera e tentei saber qual era a ligação que tinha o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas com essa sociedade. Fiz a indagação, tenho os documentos aqui e posso mostrar aos senhores, cheguei à conclusão que não tem nenhuma.

Neste sector que os senhores conhecem, porque exerceram o poder, sabiam que havia uma sociedade que se chamava SIPESCA. Os senhores sabiam que havia essa sociedade, porque era no tempo do ex-ministro Agostinho Fernandes, e não vos criou qualquer temor, nem se preocuparam em dizer «não, não é uma boa coisa, os directores de um determinado serviço não podem constituir uma sociedade para poder

prestar serviços nesta área, é uma situação promíscua». Fizeram muito bem em ter levantado essa questão, os senhores directores foram sancionados, e os senhores não tiveram a dignidade de dizer isso aqui.

Srs. Deputados, é curioso esse vosso apelo momentâneo por essas coisas, porque, por exemplo, estive a fazer uma investigaçãozinha e também vi que hoje os que reclamam com vigor a questão da incompatibilidade relativamente a essa questão das pescas também tiveram exactamente a mesma atitude. Pergunto, por exemplo, ao senhor líder Levy se quando era notário do Estado, em 2000, não constituiu uma sociedade que se chamava TECNOBASE, com o Sr. Agostinho Fernandes, para prestar serviços em matéria de fiscalidade e de contabilidade. O senhor era um notário do Estado e sabia que não podia fazer isso, mas fê-lo.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Tenho aqui a documentação e não falo à toa.

Os senhores, durante muito tempo, andaram a dizer que aquilo que se apresentou sobre o número de viagens eram documentos falsos. Tenho-os todos aqui. Dá-me graça quando os senhores dizem que há uma governamentalização dos órgãos da comunicação social estatal. Estão a confundir-me com o vosso governo. O Sr. Deputado Levy fala mais na televisão e na rádio do que eu, Primeiro-Ministro. Trago as gravações e o senhor vai ver quem tem mais tempo de antena, se sou eu ou se é o senhor. O senhor diz coisas com muito mais tempo, estou-lhe a dizer com toda a franqueza. Digamos coisas que correspondam à verdade e não confundamos as pessoas!

Não dei ordem nenhuma para silenciar seja quem for! Não faz parte do meu estilo, e os senhores sabem.

Quero terminar essa questão do Sr. Ministro das Pescas, porque é importante. Vocês chamaram o Governo corrupto, de boca cheia e sem fundamento. Vieram aqui dizer que eu, directamente com o Sr. Ministro, criámos uma situação para dela tirarmos proveito pessoal. Se os senhores me disserem que não é curial que as passagens ou *perdiem* de indivíduos que negociam em nome do Estado sejam pagas pela organização. Vocês querem dizer-me que, durante os governos anteriores e no vosso governo, ninguém foi à Espanha negociar acordos de pesca pagos com o erário dessas organizações?

Se é uma prática má, que digam «é uma má prática», mas não inventem factos para poder apelidar as pessoas de corruptas e coisas do género. Temos *n* casos, os senhores sabem que sou advogado e que conheço isto tudo, os senhores conhecem a fragilidade orçamental do Estado. Se me disserem, em termos de valores éticos e morais, vamos evitar que passagens sejam pagas, por exemplo, pela CST. Se vão para o conselho de administração da CST verão que são dadas bolsas de estudo e determinadas vantagens para os filhos, evitemos que haja esse tipo de situações.

Direi, «muito bem». Tomemos isso como base para uma discussão séria sobre aquilo que deve ser a nossa conduta. Agora, dizer que um Ministro da República que sai para ir discutir um acordo, pode ser bom ou mau, é corrupto porque ele aceitou que o bilhete de passagem fosse pago nesses moldes, e um *perdiem* que ele nem sequer chegou a receber? Ele é corrupto por causa disso?

Os senhores meteram o caso nos Tribunais ou não? É o juiz que vai dizer se efectivamente a conduta do Sr. Ministro é reprovável. Ele não pode ser linchado politicamente pelos senhores. O que pretendem é que este Governo caia, porque vos incomoda, e de que maneira!

Risos do Sr. Deputado Levy Nazaré.

Este Governo incomoda-vos, mas ele vai até ao fim!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Porque esse Governo, contrariamente àquilo que os senhores estão a dizer aqui neste arrazoado de inverdades, não cometeu nenhum acto de corrupção. Este Governo desmantelou aquilo que tem estado a alimentar os senhores...

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Pois é, e cuidem-se...

Protestos do ADI.

Meus senhores, ouvi atentamente...

Protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, faço apelo à serenidade. Os Srs. Deputados têm direito a palavra e, assim que o Sr. Primeiro-Ministro terminar a sua intervenção, daremos a palavra aos senhores...

Vozes do ADI: — Pode insultar-nos?

O Sr. **Presidente**: — Insultar não...

Murmúrios e protestos do ADI.

Meus senhores...

Vozes do ADI:— Nós vamos começar a insultá-lo também!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Tem que dizer o Sr. Primeiro-Ministro para não insultar os Deputados!

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Se insulta, também temos como fazê-lo.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tenham calma...

Protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Acalmem-se, deixem-lhe terminar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, só um momento. Chamo a atenção dos Srs. Deputados, porque têm direito a palavra...

Protestos do ADI.

Srs. Deputados, os senhores têm direito a palavra e o Sr. Primeiro-Ministro, pelo que entendi, disse qualquer coisa como aquilo que está a alimentar-vos. A frase pode ser contestada...

Protestos do Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. Deputado vai ter a palavra para demonstrar ao Sr. Primeiro-Ministro, com as palavras que entender mais correctas, que está errado. Dar-lhes-ei a palavra.

Sr. Primeiro-Ministro, pode continuar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Srs. Deputados, oiçam com serenidade como ouvi todos os insultos que me foram feitos aqui. Devem ter a capacidade de ouvir.

Dizia, Srs. Deputados, que aqui é o santuário para discutirmos os casos que preocupam este país, que preocupam as nossas populações. Hoje estou na posse de elementos que provam, por A mais B, que o negócio dos barcos era do vosso governo.

Protestos do ADI.

Srs. Deputados, os senhores terão a oportunidade de esgrimir todos os argumentos que quiserem aqui, de uma forma contraditória. Não estou a inventar absolutamente nada...

Murmúrios do Sr. Deputado Idalécio Quaresma.

Não é insulto, o senhor tome como quiser. Nos 27 pontos da moção de censura, disseram coisas terríveis e tive a hombridade e a calma de ouvir! «Um chefe do Governo manifestamente refém de tudo e de todos ...», «manietado pelos barões de interesse partidários...». Quem é que vos disse isso? Estão no Governo e no interior da interpartidária para saberem exactamente quais são as discussões que temos?

Sobre as liberdades fundamentais, os senhores sabiam, porque são juristas, que havia uma vigília e não há manifestação depois das 18 horas. Os senhores confeccionaram cartazes na Fundação Solidariedade; têm feito panfletos, numa linguagem totalmente inadmissível em relação ao Chefe de Estado. O que é que o Chefe do Estado tem a ver com a vigília? O Chefe do Estado não governa nem tem nada a ver com o problema de «Os criativos». Os senhores instrumentalizaram os criativos para tirar dividendos políticos, fazendo uma manifestação nocturna, num desacato às autoridades, à ordem pública. Os dirigentes do ADI

foram interpelados naquela noite, provavelmente, porque ninguém foi preso. Aliás, dá-me uma graça tremenda quando vejo o ex-Ministro da Justiça chorar «lágrimas de crocodilo» sobre esta ou aquela interpelação. Ele andava com algemas e prendia pessoas...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Xié!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Vocês não tinham conhecimento disso? Perguntem-no! O Sr. Elísio Teixeira prendeu um cidadão estrangeiro por ter mandado, passo à expressão, um «piropo» à Sra. ex-ministra da Saúde...

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

O Sr. **Manuel Martins** (MLSTP/PSD): — *Ê ça kada kuá ku ça naí!*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Este senhor esteve preso. Esse cidadão não tinha liberdade! Eu é que fui para a casa do camaronês com autoridade policial, sem mandato judicial, entrar na sua casa e levá-lo para o Aeroporto, expulsá-lo? Naquela altura, os defensores das liberdades fundamentais dos direitos do homem estavam completamente...

O Sr. **Manuel Martins** (MLSTP/PSD): — Não funcionava!

O Sr. **Primeiro-Ministro e chefe do Governo**: — Não funcionava, não havia direitos fundamentais? Esses cidadãos não tinham direitos?

Eu é que desobedeci a ordem do Tribunal; eu é que ameacei o Presidente do Supremo Tribunal, em exercício? Não, foi o vosso líder que perguntou ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, em exercício, se ela queria ou não colaborar.

Murmúrios do MLSTP/PSD e do PCD.

Portanto, os senhores não estão bem colocados para poderem dizer tudo aquilo que disseram, quando no vosso governo cometeram atrocidades, comprovadamente! Porque há decisões a nível de instâncias internacionais relativamente a isso. Pessoalmente, eu fui ao ALPA denunciar as atrocidades cometidas pelo vosso Governo, em matéria de direitos fundamentais.

Compreendo a vossa irá contra o meu Ministro da Defesa e Ordem Interna, digo bem, «meu Ministro da Defesa e Ordem Interna». A vossa irá é porque vocês prometeram o caos, – porque só isso é que pode justificar uma atitude que tiveram de desafiar as autoridades – e a autoridade policial proibiu aquela manifestação, e está no seu direito de proibir. Não há qualquer dúvida. Se os senhores entenderam que é uma proibição ilegal, ilegítima, vocês têm ilustres advogados, é contestar a decisão, está na lei. Não, assumiram uma posição de confronto, porque quem manda em São Tomé e Príncipe são os senhores.

Os senhores, sob a capa dos «indignados» – os indignados são os vossos militantes que escrevem na vossa rede social, na vossa antena «O Parvo», estavam na calada da noite a colocar cartazes, em desacato a uma ordem manifesta das autoridades administrativas. Exactamente houve medidas para poder impedir esse desacato.

Portanto, os senhores responsáveis do ADI se serviram dos «criativos», que humildemente recebi no palácio do Governo, não para os manipular. Vocês me conhecem muito mal. Eles tinham objecto para gravar, disse-lhes que sou a favor do humor que eles fazem. Eles devem tê-los transmitido, porque vocês tinham contacto com eles. Disse-lhes também que apenas tomassem cuidado, porque as outras pessoas também têm direitos; que antes de terem a certeza de uma coisa, se fizerem, podem ser chamados à responsabilidade. E disse-lhe mais que cuidassem que a vigília fosse responsável, para não ser recuperada e extrapolarem, porque fariamos observar a ordem.

Meus senhores, vocês sabiam que o que foi feito naquela noite, sob a responsabilidade do ADI, sob a responsabilidade do vosso partido, podia degenerar-se, porque o objectivo era assaltar a televisão para linchar o Juvenal Rodrigues...

Vozes do MÇSTP/PSD e do PCD: — Xié!

Murmúrios gerais.

O Sr. **Primeiro-Ministro e chefe do Governo**: — ... porque estavam descontentes com eles? Fizeram toda aquela encenação para pôr o País a ferro e fogo, num momento em que os senhores sabiam perfeitamente bem que decorria a mesa redonda.

Portanto, estamos atentos e vimos as movimentações que vêm sendo feitas e temos outras informações, meus senhores, e vamos dizer aqui. Essa ideia de que os senhores são perseguidos aqui, aromarias que

fazem...O meu Governo não está preocupado com o cidadão que vai e que vem. O meu Governo está sim preocupado com movimentações que podem pôr em causa a integridade do nosso Território.

Murmúrios do ADI.

Não vou dizer-vos exactamente as informações que tenho, mas não pensem que estamos a dormir! Fiquem cientes de que enquanto estivermos na governação vamos tomar todas as medidas que se impõem para que o Estado não periclite, no estrito respeito pelas instituições democráticas e pelos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos. Serei o primeiro a dar as mãos a palmatórias quando houver um excesso.

Agora, meus senhores, façam o vosso papel de oposição responsável, de cidadãos e do exercício correcto de cidadania. Não incitem as pessoas a desacatarem as autoridades, porque os senhores não gostariam, se estivessem no meu lugar, que isso acontecesse. Não façam isso, não manipulem!

Portanto, o que aconteceu não foi violação nenhuma. O Sr. Arlindo, mais conhecido por Bala, foi chamado, – é uma das coisas recorrentes que se vê na vossa rede social, que se está a perseguir o Arlindo – ele acabou por entregar as armas de guerra que tinha...

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — O quê?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Oh!

Murmúrios gerais.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Ah, não sabem? Perguntem-no! Portanto, não era à toa que chamamos a vossa atenção e as coisas eram feitas no sentido de se criar um clima de harmonia.

Meus senhores, façam e preparem a vossa oposição responsável, interpelem o Governo, exerçam os vossos direitos e convençam a população. Estamos num Estado onde os senhores devem preparar a alternância.

Os Srs. Deputados sabem qual é a taxa de inflação hoje?

Uma voz do ADI: — Sei lá!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Vocês têm que acompanhar a acção governativa, para não dizerem coisas que não correspondem à verdade.

Risos do MLSTP/PSD e do PCD.

Portanto, Srs. Deputados, vocês não têm elementos nenhuns para dizerem que há actos de corrupção e que ela campeia no meu Governo. Não têm! Digo aos Srs. Deputados que é preciso terem alguma calma, é preciso saberem o que dizem, porque não é aceitável. Vocês trataram o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna de *Pitbul*. É ou não é? São formas de se tratar as pessoas? Hoje estão ofendidos por aquilo que eu disse?

Leiam e revejam a vossa rede social. A ideia que se dá do País é péssima. Vocês não vêm nenhum cabo-verdiano, angolano e nenhum moçambicano a se autoflagelarem como fazemos relativamente a São Tomé e Príncipe. Podemos ter as nossas divergências e dizer as coisas com as quais não estamos de acordo, mas nunca dar essa imagem. O são-tomense que está no exterior fica completamente enfurecido, porque pensa que realmente este país está a ferro e fogo. Não é verdade!

Portanto, meus senhores, esta moção de censura, aliás o próprio Sr. Deputado Levy Nazaré dizia que era para fazer com que o Governo viesse. Estamos a brincar de moção de censura. Há matéria própria, nos termos regimentais, para censurar o Governo, com debate sobre questões de interesse nacional, ou uma questão de relevante interesse para a Nação. Mas não se pode, sob a capa de um hipotético arroz de que se fala todo o tempo, dizer que se queria que o Sr. Primeiro-Ministro viesse à Assembleia para discutir convosco e pôr uma moção de censura contraditória, sem convicção e encerram contradições, porque o Sr. Deputado não pode dizer que um governo é ilegítimo e querer assacar responsabilidades a uma pessoa que é ilegítima. Convenhamos!

Risos e aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Srs. Deputados, estou ao vosso inteiro dispor para que debatamos aquilo que interessa o povo e a Nação são-tomense.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, como manda o figurino regimental, feitas essas duas primeiras intervenções, abro a inscrição para continuarmos o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy, para uma solicitação.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, tomo a palavra para dizer, mais uma vez, e quando na minha intervenção fiz esse pedido, profundamente consciente daquilo que estava a dizer, a todos, não só aos Deputados, porque o debate é entre os Deputados e o Governo. Também peço ao Governo para respeitar os Deputados, que são os representantes do povo.

O que peço ao Sr. Presidente para fazer, quando estivermos a falhar, é usar as prerrogativas que tem, mas quando o Governo também estiver a falhar, use as mesmas prerrogativas.

O Sr. **Presidente**: — Quando assim entender, quer de um lado quer doutro, que estiverem a exceder, pode crer que farei a intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados: Gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que a nossa moção de censura visa essencialmente debater os actos deste Governo e é pena que o senhor ainda continua com o fantasma de Patrice Trovoada, pensando que tudo que fazemos é porque somos sustentados e pagos por Patrice Trovoada...

Murmúrios.

Quando o senhor quiser falar, tome a palavra. Vocês é que provocam todos esses barulhos aqui na Assembleia. Deixemos outros falarem. Se querem fazer algum comentário, tenham coragem...

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Mas quem é que lhe está a importunar?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Homem que é homem tem a capacidade de enfrentar o outro.

Murmúrios gerais.

Discordo com algumas questões que o Sr. Primeiro-Ministro disse cá e numa forma pouco digna, de ter dirigido a alguns Deputados da forma que dirigiu. É pena que o senhor que se diz «um homem democrata», um «homem da lei» faça esse tipo de declarações.

Só gostaria de dizer-lhe que o fantasma do golpe de Estado, da perseguição, de que estamos a fazer isto ou aquilo, é normal, porque do seu Ministro da Defesa pode vir tudo e mais alguma coisa.

Só que há uma questão que lhe gostaria de dizer: o Ministro da Defesa é um político, não é um militar, porque exerce um cargo político. Infelizmente é militar na reserva, e um oficial de alta patente das forças armadas, mas ele tem que se despir do sentimento militar, da sua condição de militar, e fazer o seu papel como político e não como polícia. Não andar na calada da noite, a perseguir e a tentar prender pessoas. Ele é um Ministro que exerce o cargo de Ministro da Defesa, como um civil qualquer. Não é um oficial das Forças Armadas que é ministro da defesa. Não é !E é isso que exigimos. O Sr. Primeiro-Ministro disse tanta coisa que me leva a acreditar que não tem controlo das acções que o Ministro da Defesa tem levado a cabo. Agora, basear-se numa questão de que se queria assaltar a televisão, assaltar instituições do Estado? Se o senhor tem toda essa informação, porquê não procedeu de conformidade com a lei?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte, para uma intervenção...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Mas, Sr. Presidente, qual é a metodologia?

O Sr. **Presidente**: — Estou a seguir uma prática da Casa. O Regimento diz que o Sr. Primeiro-Ministro pode intervir logo que haja uma intervenção por parte dos Deputados, mas li relatórios de duas moções de censura, inclusive chegamos a ter uma em que o Primeiro-Ministro não falou e fê-lo apenas no fim, apenas os Deputados falaram. Porque estamos em sede de Plenário, podemos definir aqui a metodologia. Queria propor a metodologia de os Srs. Deputados falarem e o Sr. Primeiro-Ministro responder, mas se os Srs. Deputados quiserem que façamos a opção de cada vez que um Deputado fale o Sr. Primeiro-Ministro faça uso da palavra, utilizando o mesmo tempo. Podemos pormos de acordo sobre isso.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, apenas para cumprirmos aquilo que havia dito, «cumprimento rigoroso do Regimento».

Murmúrios dos Srs. Deputados Delfim Neves e José Viegas.

O Sr. **Presidente**: — Repare, Sr. Deputado, o artigo 222.º, ponto 3 diz que o Sr. Primeiro-Ministro tem o direito de intervir imediatamente após e antes das intervenções previstas no número anterior. É a única norma que temos e ela se refere ao primeiro subscritor.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — o que estou a perguntar é para a fase seguinte. Qual é a modalidade que vamos seguir?

Murmúrios do Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Presidente**: — Desculpe Sr. Deputado, não percebi.
Tem a palavra.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, apenas para ajudar. Acho que qualquer Deputado, quando faz menção ao Regimento, deve citar o artigo para elucidar os seus colegas. Estou à procura e não vejo em parte alguma do Regimento que obriga o Primeiro-Ministro a responder às perguntas de cada Deputado. Ele pode intervir antes ou depois do signatário ou proponente da moção de censura.

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, só um momento. Vamos abrir um espaço pequeno para nos pormos de acordo sobre a metodologia da condução dos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Agradeço o Sr. Presidente, porque fui eu que levantei a questão e peço a todos para ouvirem muito bem aquilo que digo. Levantei a questão exactamente por causa daquilo que disse o Sr. Presidente, e concordo consigo. É que o Regimento não diz qual é a metodologia, por isso é que perguntei qual será a metodologia. Se aqui encontrarmos um consenso sobre esta metodologia, encontramos. Foi a primeira questão que levantei. Por isso é que peço aos outros para ouvirem bem quando a gente fala.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos propor o seguinte: vamos utilizar a metodologia dos Srs. Deputados que quiserem fazer uso da palavra. Neste momento só tenho um Deputado inscrito, que é o Sr. Deputado Boa Morte. Se não houver outras Sras. e Srs. Deputados a fazer uso da palavra, passarei a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, que falará, ou indicará um outro Sr. Ministro para fazer uso da palavra.

Estamos de acordo sobre isso, Srs. Deputados?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Srs. Deputados, vou só fazer o ponto da situação do tempo. O Governo tem ainda 45 minutos, o ADI tem 34 minutos e 14 segundos e...

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — 34 como?

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, Srs. secretários, façam bem as contas.
Tem a palavra o Sr. Deputado Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: A minha questão, é para o Sr. Ministro da Defesa, Sr. Oscarito...

O Sr. **Ministro da Defesa e Ordem Interna** (Óscar Sousa): — Óscar Sousa!

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Óscar Sousa, obrigado.

Risos do Governo.

Primeira questão, quem mandou o Sr. Ministro da Defesa intimidar e ameaçar o Vice-Presidente da Assembleia Nacional? Será que foi o Sr. Primeiro-Ministro?

Sr. Primeiro-Ministro, será que o Sr. Ministro da Defesa conhece a nossa Constituição e sabe qual é o regime em vigor em São Tomé e Príncipe?

Estou à espera que me prendam!

Murmúrios e risos do Governo, do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Lombá, para uma intervenção.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sr. Presidente, Excelentíssimo Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Tomo a palavra porque não me convencerão os argumentos do Sr. Primeiro-Ministro às questões apresentadas que diziam respeito ao Sr. Ministro da Defesa. De acordo com os conhecimentos académicos e militares que nos conduzem a entender a teoria académica militar: «As forças armadas de um país só devem ser chamadas a interferir quando existem movimentações de forças militares, numa invasão armada contra a integridade de um povo, ou do País.» Não foi este o caso. «A Polícia é quem responde pela ordem interna, pela garantia e segurança da população, dentro das cidades, localidades e/ou zonas de conflito urbanos, garantindo o cumprimento das leis, normas de conduto do cidadão, dentro da sociedade em que está inserido, mas sem nunca lesar os direitos dos mesmos consagrados na Constituição da República». Direitos que em relação àqueles jovens foram violados.

Pergunto: perante todo esse cenário que assistimos ultimamente, com as acções e movimentações do Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, como pode o Sr. Primeiro-Ministro conviver e aceitar, sem qualquer comentário, que o Ministro da Defesa e Ordem Interna acorde e faça deslocar as mais altas patentes das FASTP e da Polícia, para movimentarem militares para a praça, impedindo civis de se manifestarem? Digo mais, aonde estava o senhor, como chefe do Governo? Se foi do seu conhecimento, porque é que não mandou parar, atendendo que a presença de tropas com armas de guerra na mão até podia trazer mortes? Iria um pouco mais longe. Não acha o senhor que não tem controlo dos membros do seu elenco e muito excepcionalmente o Sr. Ministro da Defesa?

Fico por aí.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Esse compasso de espera é para anunciar o tempo, particularmente do Grupo Parlamentar o ADI e do Governo. O ADI tem ainda 54 minutos e o Governo, 45.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder às questões que foram colocadas pelos Srs. Deputados.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Ilustres Srs. Deputados, ouvi as questões que foram aqui levantadas relativamente ao sector da Defesa e Ordem Interna e, particularmente, em relação ao Sr. Ministro da Defesa, Óscar de Sousa. Tenho controlo do que se passa ao nível do meu Governo. Disso não tenho dúvidas, Srs. Deputados, e estou aqui perante vós para assumir exactamente essa responsabilidade, não as fujo.

O que disse aos senhores não é fantasma nenhuma e se os houver não é na minha cabeça de certeza absoluta. Sou detentor de um cargo público e tenho a missão de preservar a integridade do Território e não deixar periclitar o Estado. Claro que o devo fazer no estrito marco na lei.

Srs. Deputados, a Polícia, volto a dizê-lo e fui claro, proíbe uma manifestação e alega que não tem efectivos suficientes, tendo em conta que estávamos nas vésperas do aniversário da nossa independência. Os senhores têm que assumir isso, a lei é igual para toda gente. Tendo em conta as razões objectivas apresentadas pela Polícia, que é uma decisão administrativa, sabem que ela podia ser impugnada. Os senhores tinham o intento de obstruir o 12 de Julho, vejam que «O Parvo» diz: «não haverá 12 de Julho», então tomamos a sério e o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna recebeu instruções precisas para tomar todas as medidas para que não houvesse descatos.

Murmúrios do ADI.

São medidas preventivas, ninguém foi molestado! As gloriosas forças armadas de São Tomé e Príncipe não puseram em perigo nenhum cidadão de São Tomé e Príncipe. Digo bem relativamente à manifestação. Não é nenhum fantasma, Sr. Deputado Arlindo Ramos, com todo o respeito. O senhor sabe como é que as coisas funcionam, como é que as informações chegam. É preciso é prevenir e «é melhor prevenir do que remediar». Quando a vigília foi transformada numa manifestação nocturna, com cartazes contra o Chefe de Estado e contra o Primeiro-Ministro, com um palco improvisado e com materiais de som à noite, contrariamente ao que a lei prevê, e vocês sabem perfeitamente bem quem eram os instigadores, isso não é nenhum fantasma! Foram tomadas medidas para impedir que isso se transformasse exactamente num caos.

O senhor conhece efectivamente a situação e a podemos debater aqui, é missão da representação nacional. É a situação que temos hoje em São Tomé e Príncipe, relativamente a manutenção da ordem e a tranquilidade pública. Não temos efectivo policial suficiente. O senhor vê polícias na rua? É um problema nacional que os senhores têm que saber.

Portanto, era uma situação de excepção. Não digo excepção no sentido de estado de emergência ou de sítio, mas porque surpreendentemente transformaram uma vigília pacífica, que não foi proibida e estava a decorrer, numa manifestação nocturna, com indícios de desacato e de pôr em perigo a televisão são-tomenses, a única estação televisiva que temos. Não disse mais nenhuma outra instituição.

Foi feito um cordão e os responsáveis estavam efectivamente no local a acompanhar. Porque é que os responsáveis de partidos políticos estavam lá? Estavam a fazer o quê?

Murmúrios e risos do ADI.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Eles não são cidadãos?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Encapuadamente, a vigília era uma forma de desautorizar e fazer uma manifestação nocturna contra um órgão de soberania. O Presidente da República não tinha nada a ver com aquela manifestação, como não tinha nada a ver com aquilo que era a indignação dos criativos. Os senhores manipularam isso e têm que assumi-lo, porque isso podia extravasar!

Então foram tomadas as medidas que entendemos que são adequadas perante essa situação, para que os senhores compreendessem que tem que haver ordem. Se algum acto contrário a lei foi cometido, os senhores que fossem ao Tribunal provar por A mais B.

Sr. Deputado Lombá, estou de acordo consigo que, em condições normais, as Forças Armadas não intervêm.

Houve fogo posto no Aeroporto...

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Martinho Domingos** (ADI): — O quê que uma coisa tem a ver com outra?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Oiçam, Srs. Deputados, estou a dar um exemplo da intervenção das Forças Armadas, para poder apagar um fogo que foi posto.

Depois de se ter reabilitado o sistema eléctrico da pista do Aeroporto Internacional, foi colocado fogo atrás da estação...

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/ PSD): — Do reservatório.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ...do reservatório de combustível da ENCO e isso podia ter sido um caos, meus senhores...

Vozes do ADI: — Mandem prender!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Podem ter a certeza de que o autor, quando for encontrado, será levado ao Tribunal. O Governo não prende ninguém. As autoridades policiais fazem a detenção e entregam às autoridades competentes. Não é função do Governo, nem de nenhum Ministro.

Murmúrios do Sr. Deputado Levy Nazaré.

É o que estávamos a dizer há pouco tempo. O vosso não mandou prender? Mandou.

Portanto, não inventamos nada. Esse fogo é de origem criminosa e se se alastrasse para o depósito de combustível, ficaríamos sem Aeroporto. Os militares é que foram lá. Não há bombeiros, mas é a nossa situação.

Por isso, Srs. Deputados, digo-vos do alto desta Tribuna que o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna agiu e eu estava ao corrente. Sou o Chefe do Governo e tenho o controlo...

Risos do ADI.

Portanto, não se pôs militares na rua para intimidar as pessoas, nem nada disso. A prevenção que foi feita relativamente à manifestação interdita é legal e essa intervenção foi feita pelas forças policiais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, primeiro para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que constantemente entra em contradições e acabamos de assistir a uma há bem pouco tempo. Na sua intervenção, dizia aos Deputados do ADI que não devem reagir e que não devem dizer nada antes de a Justiça fazer o seu trabalho, que o processo já está na Justiça, ou que devíamos meter uma acção no

Tribunal. Gora o senhor vem para esta Tribuna dizer que houve fogo posto, tentando assim dizer que é o ADI e o seus Deputados que puseram o fogo...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Oh, francamente!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ... o senhor também devia fazer o seu trabalho e meter o processo na Justiça e não estar aí a enganar o povo.

Murmúrios gerais.

Sr. Presidente, queria fazer uma pergunta directa ao Sr. Ministro da Defesa e, com a sua permissão Sr. Presidente e todos os Deputados, vou usar uma expressão que foi usada por ele, não é minha. Sr. Primeiro-Ministro, o senhor disse que tem conhecimento de tudo, enquanto Chefe do Governo, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro da Defesa o que é que ele entende por «eu sou um gajo fodido».

Protestos do MLSTP/PSD, do PCD e do Governo.

A Sra. **Edite Salvaterra**: — Isso é expressão que usa numa Assembleia?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Foi a expressão que o Sr. Ministro da Defesa usou perante o ex-ministro da Justiça, Elísio Teixeira, na altura da sua detenção. Há outras pessoas «fodidas» também.

Protestos do MLSTP/PSD, do PCD e do Governo.

Gostaria de ler um artigo do Estatuto dos Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor que foi ex-Bastonário da Ordem dos Advogados, é jurista, como sou e tem no seu Governo também a Sra. Ministra da Justiça, que foi minha colega de faculdade, andamos muitos anos nos corredores da faculdade na FDL, para o Sr. Ministro da Defesa e todos os membros do Governo tomarem conhecimento. Diz o artigo 15.º da Lei n.º8/2008, alínea g) do número 1: «Direito de uso e porte de arma, com isenção de licença».

Murmúrios e protestos do MLSTP/PSD e do ADI.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Bala é Deputado?

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Leia os deveres também!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — É uma lei e não foi feita pelo ADI. Só para o Sr. Ministro tomar conhecimento.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, uma observação: entendi a preocupação do Sr. Deputado Levy em ser esclarecido por uma afirmação eventualmente feita pelo Sr. Ministro, mas quero pedir ao Srs. Deputados que tenham alguma contenção de determinadas linguagens que não são adequadas a este espaço.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Foi a linguagem usada por um Ministro do Estado!

O Sr. **Presidente**: — Não estou a dizer que não tenha sido dita pelo Sr. Ministro. Só estou a pedir aos Srs. Deputados que, neste espaço, façamos um esforço para que determinadas linguagens não sejam utilizadas.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Não se preocupem que não vou utilizar nenhuma linguagem pouco correcta.

Risos do ADI.

Venho por causa da última intervenção do Sr. Primeiro-Ministro. O senhor disse que o seu Governo não prende nem manda prender ninguém. Muito bem, estou de acordo consigo, mas o senhor teve conhecimento de algumas detenções feitas pelo Sr. Ministro da Defesa. Teve ou não conhecimento?

É só esta pergunta que gostaria de fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, há mais inscrições?

Pausa.

Não havendo, gostaria de saber se S. Exa. o Primeiro-Ministro quer fazer uso da palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, era apenas para responder às preocupações que foram levantadas aqui...

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, só um momento. Gostaria de pedir aos senhores convidados para não se movimentarem demasiadamente na Sala, sob pena de tomarmos outras medidas. Há muita movimentação na Sala.

Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, não comento declarações ou expressões feitas no calor de seja o que for. Apenas diria é que agradeço o Sr. Deputado Levy Nazaré por ter lido essa disposição legal, mas ela tem que ser lida no seu verdadeiro sentido axiológico. É verdade que a Lei diz isso e também fui Deputado desde os primores da independência, mas a Lei não diz que os Deputados têm que ter na sua posse armas de guerra. Portanto, há armas, que têm o calibre próprio que o civil pode portar – o Deputado é um civil. Agora, na nossa realidade, muitas vezes é a questão de dar satisfação àquilo que está na lei, mas armas de guerra devem estar na posse dos militares...

Murmúrios do Sr. Deputado Levy Nazaré.

Portanto, a arma de defesa pessoal, aquela que o Deputado deve ser portador é de 6,175 milímetros, se a memória não me falha.

O Sr. **Presidente**: — Mas é dessa arma que estamos a falar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Relativamente à eventual interpelação de um Deputado, havia uma manifestação nocturna, o Deputado estava na hora errada e no sítio errado, é um flagrante delito.

Murmúrios e protestos do ADI.

Sim, é um flagrante delito, provocando agitação e há registos daquilo que se passou naquela noite. Portanto, a vigília estava a decorrer normalmente, vocês tinham todo o direito de estar, como a própria lei indica, a protestar contra uma medida administrativa que, segundo aquilo que eu tinha notificado ao grupo «Os Criativos», tinha deixado de existir. Como é uma administração que está sob a minha tutela, quando tomei conhecimento do caso, falei com eles e isso não teria chegado onde chegou se estivéssemos de boa e se não quiséssemos fazer aproveitamentos.

Quando digo aos criativos: «sou pela sátira, sou pelo humor, fiquem tranquilos» ... Há uma coisa que não disse e vou dizer rapidamente: vocês estão a dizer que se cerceou a liberdade das pessoas, mas aquele programa não era do grupo «Os Criativos». Era um programa da TVS. Não é uma questão terem o seu programa e quererem editá-lo que o Director da TVS tivesse proibido. Não estamos num caso, especificamente, de censura, mas mesmo assim, estou a dizer-vos com toda a convicção, eles seriam responsáveis por aquilo que haviam de dizer. É um programa que a TVS comprava. O programa apareceu aonde? Apareceu na rede social, em contravenção com o que está contratualmente estabelecido, o que levou o Director a ter, exactamente, essa intervenção.

Agora, o que se seguiu é que é muito mais grave e que mostrou exactamente a manipulação que estava a ser feita da situação. Porquê? Havia pessoas interessadas em lançar o País a ferro e fogo para dizer que estão a ser cerceadas liberdades, instigar as pessoas que queriam fazer uma vigília a transformá-la num protesto contra o Presidente da República, que é o causador de todos os males, porque ele é que tem este Governo ilegítimo e ilegal, como se ouve de muitas vezes. Um Presidente da República que não tem nada a ver com isso.

Vocês não acham que estavam a ensaiar uma coisa que podia acabar mal?

É isso que se tentou prevenir.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Lombá, para uma intervenção.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, desculpe ter que voltar.

Fico também sem o entender. O senhor acabou de dizer que aquilo podia acabar mal e o senhor mandou para lá tropas, o que é que o senhor queria fazer? O senhor não queria evitar!

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — O senhor sabe o que é tropa e o que podia fazer se fosse provocada, tropa é para matar!

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Xié!

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Para quem foi tropa e conhece, tropa é para matar. O Sr. Ministro da Defesa sabe, porque ele próprio já fez uso disso. Portanto, mandar tropa não era a melhor medida. Desculpe lá!

Também gostaria de dizer outra coisa: o senhor é Primeiro-Ministro, mas parece que conhece muito pouco São Tomé e Príncipe...

Murmúrios e risos do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Oh, esse não é Patrice!

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — ... o senhor quando vem para esta antena dizer que o fogo no Aeroporto é posto, Sr. Primeiro-Ministro, todos os anos no Aeroporto de São Tomé e Príncipe temos fogo. Precisamente lá onde aconteceu este ano, no ano passado tivemos fogo, só que foi no primeiro período. Quem lá estava como director sabia e conseguiu chamar todos os bombeiros e todos juntos apagamos o fogo. Agora, quem lá está agora conhece pouco por isso aceita de si que o fogo foi posto. Todo ano no Aeroporto de São Tomé há chamas, principalmente nos meses de Maio, Junho, Julho e Agosto.

Não dá para entender isso, Sr. Primeiro-Ministro.

Também ouvi aqui por fora, mas isso, Sr. Primeiro-Ministro...

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Isso é um panfleto.

O Sr. **Roberto Lombá** (ADI): — O que o senhor está a mostrar é um panfleto.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

Uma Voz do ADI: — Sr. Presidente, qual é o tempo que temos?

O Sr. **Presidente:** — O ADI neste momento tem 49 minutos e o Governo 32.
Se faz favor, Sra. Deputada, tem a palavra.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Tomo a palavra para falar pontualmente da questão da vigília, com uma preocupação.

Sr. Primeiro-Ministro, o grupo «Os criativos», organizando a vigília, teve a autorização da Polícia Nacional, no entanto, caso houvesse alguns excessos ao nível do procedimento, – falo pontualmente dos cartazes, do palco e das colunas – a Polícia estava lá para garantir a ordem no recinto. Não bastava que um membro da Polícia, tranquilamente, já que a vigília era pacífica, fosse informar aos organizadores de que não deveria haver esses materiais no decorrer da vigília?

No entanto, para fazer face a esses materiais de manifesto, houve também de forma exagerada alguns excessos por parte da Polícia, num confronto directo com quem estava a colocar os cartazes e mesmo tentando tirar a coluna do palco e para anexar a tudo isso, um reforço militar com duas a três carinhas.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Devidamente carregadas!

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Aí sim reforço de guerra, estando os Srs. Ministro da Defesa, Comandante-Geral da Polícia Nacional e Brigadeiro no local, quando se estava a falar de uma vigília pacífica. Quem de facto exagerou nos procedimentos? Esta é a primeira questão.

Há-de convir que a população, não só «Os criativos», porque a população também aderiu e participou na vigília, e quanto mais iam vendo as forças chegarem mais exaltados iam ficando os ânimos. Se houvesse um descalabro da situação e houvesse disparos, a quem seria imputada essa responsabilidade, Sr. Primeiro-Ministro?

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — A vocês!

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — A pergunta foi dirigida ao Sr. Primeiro-Ministro e acredito que ele virá responder.

O Sr. **Presidente**: — Dou de seguida a palavra ao Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, estamos a insistir muito nesse tema, porque achamos que precisamos de algum esclarecimento sobre o comportamento do Sr. Ministro da Defesa em relação a algumas questões. Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, estamos aqui a debater um problema com o Governo e queremos um esclarecimento. Tenho muito respeito pelo Sr. Presidente da República e acho que o senhor não pode utilizar sempre esse argumento «porque é um insulto ao Presidente, que era por causa do Presidente, que era isto, era aquilo», sempre Presidente da República. Por amor de Deus!

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — O senhor também devia respeitar, no mínimo, o Presidente da República.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Cecílio Quaresma, para uma intervenção.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Acho que de vez em quando brincamos com coisas sérias. Não sei se o Sr. Primeiro-Ministro fez um balanço real da vida social de São Tomé e Príncipe, porque na verdade a nossa sociedade está muita nervosa e se vêm dizer agora que a defesa está bem, temos que ter cuidado. Existe perseguições, mesmo ao nível das Forças Armadas, e todos sabemos.

Independentemente disso, venho aqui dizer algo sobre a segurança noutra nível. Sr. Primeiro-Ministro, a empresa STENA, operadora do barco «Melisa», acusou o seu Governo de «falta de escrupulo, que procura enriquecer-se através de bens de empresas estrangeiras». O senhor sabe que esse caso joga bastante com o problema da Defesa e Guarda Costeira. Nesse sentido, como é que o Sr. Primeiro-Ministro pretende lidar com o problema, sabendo que podemos ter uma catástrofe ecológica nas águas marítimas do País, se os barcos forem apanhados por um mau tempo? Esse é um problema que realmente está a afectar muita gente e os navios estão cá ancorados há muito tempo e tem muito combustível.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, para uma intervenção.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados: Antes de iniciar a minha intervenção e de tecer algumas perguntas, gostava de pedir ao Sr. Presidente que solicitasse ao Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna que tivesse uma melhor postura nesta augusta Assembleia, porque o Sr. Ministro nos está a ver ao escuro e o povo precisa ver os seus olhos.

Murmúrios e risos gerais.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Isso é verdade!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, tenho poucos anos nesta Casa, mas nunca vi aqui nenhum dos nossos Deputados, nem os Srs. Ministros usarem óculos escuros.

Vozes do MLSTP/PSD: — E vocês que vieram de camisetas?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Como é que vamos saber se o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna está a falar a verdade? Como disse aqui o Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Gabriel Costa, temos que falar «olho no olho», olhar «olhos nos olhos».

Vozes do ADI: — Está com dor de olho.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Acho que todos estamos de acordo que esta postura não é a mais digna para um Ministro. Por isso, Sr. Presidente, penso que esta questão não é simples, porque o povo precisa ver as pessoas olho no olho, como disse o Sr. Primeiro-Ministro aqui.

Murmúrios gerais.

Gostava de chamar atenção ao Sr. Primeiro-Ministro porque, na minha opinião, algumas vezes, na sua intervenção, anda a desviar-se daquilo que é o objectivo essencial da nossa presença aqui nesta augusta Assembleia. Falar da sua piscina, falar directamente ao nosso colega Deputado Levy, não, aqui estamos com um leque de situações que devem ser discutidas, com o objectivo único de defender a dignidade deste povo.

Murmúrios do MLSTP/PSD, do PCD e do Governo.

Portanto, chamo atenção ao Sr. Primeiro-Ministro para, quando vier aqui, não se desviar daquilo que é o assunto essencial que nos trouxe aqui hoje.

Por enquanto a minha pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro é a seguinte: quando é que vai também «mandar fechar» os antigos trabalhadores da empresa Nova Cuba, no Príncipe, onde o senhor ainda é advogado, incompativelmente com as funções que exerce, já que vemos no País actualmente uma situação de «mandar fechar» cidadãos inocentes?

Murmúrios do Sr. Primeiro-Ministro.

Soube que outrora aquelas pessoas vinham manifestando os seus interesses e agora com o senhor no poder não sei o que é que vai acontecer a esses nossos concidadãos.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, muito rapidamente, volto a dizer que o Sr. Primeiro-Ministro, cada vez que vem, de facto o Deputado Carlos tem razão, tenta desviar-se do assunto e entra em contradições. Disse aqui que a presença dos Deputados do ADI na vigília seria para instigar, para criar problemas e para provocar actos descontrolados, daí a presença de três ou quatro viaturas cheias de militares armados com AK. Então pergunto: o Sr. Deputado Delfim Neves passou por lá, também esteve lá, estava a provocar desacatos? Quer dizer-me que também os Deputados e alguns dirigentes do MLSTP/PSD que estiveram lá estavam a provocar desacatos?

Em democracia, mesmo que haja uma vigília ou uma manifestação, o cidadão, não importa se é Deputado ou não, é um direito do cidadão ir para uma manifestação, uma vigília ou um outro acto qualquer. Assistimos isso em Portugal e noutros lados e mesmo aqui em São Tomé. Em quantas manifestações já vimos altos dirigentes do MLSTP/PSD e do PCD à frente, mesmo sendo ou não do partido? Quantas centrais sindicais as vezes fazem coisas e vemos Deputados?

Murmúrios gerais.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, não estiveram lá só Deputados do ADI e essa desculpa não resolve o problema. O Sr. Delfim Neves foi lá e por pouco ia sendo agredido pela população por causa do arroz.

Protestos do Sr. Deputado Delfim Neves.

É isso que gostaria de dizer. Essa forma de vir enganar as pessoas, porque a população está a ouvir, não serve.

Outra pergunta, já agora, qual será a sua resposta para a prisão ou detenção de jovens? Também é porque eles estavam a criar desacatos e problemas ao País? Jovens quadros formados que regressaram ao País para darem o seu contributo, desde as 15 até as 22 horas, sem água e a manipular arma de guerra à frente dos miúdos?

Vozes do MLSTP/PSD: — Miúdos?

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente:** — Dou a palavra ao Sr. Deputado Delfim Neves, para um esclarecimento.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Vou falar mesmo daqui.
No uso do artigo...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, por uma questão de comunicação social, convido-lhe a usar o púlpito.

Pausa.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, no uso das prerrogativas do artigo 103.º do Regimento, gostaria apenas de esclarecer ao Sr. Deputado Levy que está a faltar à verdade, para não lhe chamar de mentiroso. Se a manifestação ou a chamada «vigília» era contra Delfim Neves, naturalmente que não iria participar nela. Para bom entendedor, poucas palavras bastam! Estava a trabalhar até as 22 horas e saí para ir pôr combustível...

Vozes do ADI: — Ah!

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — ... e quando cheguei ao local vi uma corrente da polícia, fiz marcha atrás e fui-me embora.

No dia seguinte os senhores vieram lançados para tirar-me o carro. Isso é que era bom!

Murmúrios e protestos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para uma intervenção.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Desta moção de censura, gostaria de reter dois factos que me parecem importantes.

Primeiro, é um desejo expresso pelo Sr. Deputado Levy, que afirmou quando apresentava a moção, que iniciássemos um novo ciclo. Acho que o País precisa de um novo ciclo para que todos consigamos dar respostas às profundas e adiadas aspirações do nosso povo.

Tenho uma atitude muito séria em relação a moções de censura. Ela é tão séria que, para o registo, houve um momento que se falou de uma moção de censura ao anterior governo e estive contra ela nas instâncias apropriadas, depois estive a favor dela, quando os factos apontavam nesse sentido.

Na moção são abordadas três questões, basicamente. A questão da liberdade de imprensa e de expressão, muito centrada na TVS. Sobre esse assunto penso que as respostas foram claras, já tinham sido claras para mim. Podemos não concordar, no ponto de vista de princípios, com a supressão de um programa. O Sr. Primeiro-Ministro mesmo disse que gosta desse humor satírico, tem piada, eu também gosto, acho que é bom. Faz bem à sociedade que algumas coisas sejam tratadas dessa maneira. Mesmo admitindo que essa atitude seja incorrecta, penso que não há aqui nenhum fundamento para que seja objecto de censura de um governo. Porquê? Porque é um acto isolado. Não estamos perante uma actuação sistemática, persistente, um padrão de comportamento que leva à supressão da expressão individual das pessoas. Isso para mim é claro. Hoje, no meu ponto de vista, a televisão é mais aberta, é mais plural e as pessoas têm mais acesso à televisão do que há algum tempo.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O segundo assunto tem a ver com o arroz, na vertente de saúde pública. Sobre isso há terreno para que uns expressem preocupações que quanto a mim podem ser legítimas, mas a verdade é que o Governo agiu como deve agir qualquer governo responsável. Disse aqui o Sr. Primeiro-Ministro, não tenho razões para duvidar disso, que quando se colocou a questão, a atitude do Governo foi suspender a venda do arroz, antes das análises serem produzidas. O Sr. Primeiro-Ministro disse, e não foi contestado, por acaso eu não estava no País, mas foi ordenada a suspensão da venda do arroz.

O terceiro problema que é objecto da moção tem a ver com possíveis atentados à liberdade das pessoas e as coisas estão muito centradas no Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna. Sobre isso precisamos ser muito claros. Este é um Estado frágil e nenhum governo pode dizer que age de maneira ligeira a eventuais ameaças de perturbação da ordem pública, porque rapidamente, num país como o nosso, isso pode degenerar em situações muito complicadas. Mesmo em países muito mais avançados que o nosso, com forças muito bem preparadas, temos visto que manifestações degeneram em actos extremamente graves.

Não podemos ser inocentes. Essa atitude do Governo situa-se num contexto que é claro e que foi anunciado há muito tempo. Os responsáveis da ADI anunciaram uma política de caos e vejo essas atitudes como medidas de facto preventivas. Este país já não aguenta caos. Se nessa atitude preventiva do Governo houver exageros e violações, há lugar para que os cidadãos, individualmente ou representados, possam interferir junto à justiça para que isso seja entreposto.

O ponto que quero chegar, e aí estou em desacordo com o Sr. Primeiro-Ministro, é que na minha análise a ADI não quer que o Governo caia. O que objectivamente está a se passar é que com este clima que se instala, moção de censura, manifestações e tudo mais que tem acontecido nos últimos meses, nós todos, de maneira consciente ou inconsciente, estamos a fazer um grande prejuízo a este País.

Vozes: — Só agora.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Este País precisa de investimento privado estrangeiro, precisa que as pessoas venham e acreditem no País e esse clima que está instalado, sim, prejudica a vinda de qualquer investidor ao nosso país.

Esse novo ciclo que o senhor deseja, que eu desejo e penso que muitos são-tomenses desejam, tem de ser um ciclo onde necessariamente os partidos políticos dialoguem seriamente sobre os problemas fundamentais do País e ultrapassem essa prática.

Conheço o Dr. Gabriel Costa e quando se disse que ele dá cobertura ou participa em actos de corrupção, acho uma violência extrema para quem o conhece.

Os senhores da ADI têm mérito na promoção de jovens para lugares de responsabilidade. Digam o que disserem, não vou falar do membro do Governo que seja do meu partido, vou falar de um membro do Governo que não é do meu partido, o Sr. Ministro da Agricultura. Tenhamos as diferenças que tenhamos com ele, ele é um ministro dinâmico, tem mostrado que quer fazer e quer fazer bem. Pega-se num novo actor na cena política nacional, com responsabilidade, e põe-se-lhe o carimbo de corrupção. Estamos a ajudar o País? Não quero dizer, e isso está mais do que provado, que a corrupção seja um atributo dos mais velhos. Vivo aqui suficiente para ver que há muitos jovens com poucas lições para dar às pessoas em termos de corrupção.

Dizer que o Chefe do Governo tem desprezo para com os são-tomenses é uma frase muito forte. Não acredito que nenhum deputado do ADI tenha desprezo pelo povo são-tomense. Se me disserem, em qualquer circunstância, digo que não, pelo menos dos que estão aqui presente.

Esse novo ciclo que queremos tem que ser um ciclo de mais responsabilidade, porque já há muita gente indignada contra os partidos políticos, contra o papel que eles desempenham na nossa sociedade. Indignados há muitos, com muitas razões ponderadas para o serem e são muito fáceis de serem mobilizados por qualquer pessoa que esteja contra um governo.

Espero que se inicie um novo ciclo e esse ciclo se inicie com a rejeição dessa moção, espero que assim seja e que seja um ciclo de mais responsabilidade, de mais diálogo responsável entre nós todos.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, os Deputados já fizeram intervenções, não sei se o Sr. Primeiro-Ministro poderia responder e depois eu interviria.

O Sr. **Presidente**: — Faça uso da palavra Sr. Deputado.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, minhas saudações.

Sr. Primeiro-Ministro, andei a escutá-lo muito atentamente para poder perceber onde é que o senhor está colocado. Se o senhor está do lado dos são-tomenses ou se está do lado do seu elenco. Percebi que o senhor já não convence ninguém, nenhum são-tomense, e vou explicar-lhe porquê.

Quando o senhor esteve cá no debate sobre o estado da Nação, durante 5 horas, falou muita coisa, prometeu muito a esta Nação, mas não fez nada, zero. Temos um Governo hoje que não dá resposta, isso é honestamente, as pessoas estão aflitas, os são-tomenses estão bloqueados, a situação está complicada. Não faça ouvido de mercador, é verdade, o senhor sabe. O senhor está a sorrir, está a gozar dos são-tomenses, porque não está a levar a cabo as acções que prometeu aqui e ainda põe-se a rir, isto é uma brincadeira!

Aplausos do ADI.

Um Primeiro-Ministro tem que ser sério! O senhor veio a esta Casa Parlamentar, falou aos Deputados do PCD e do MLSTP/PSD. Até hoje, sinceramente, pergunto-me porque é que o Sr. Dr. Gabriel Costa, que é um homem que conhecemos, excelente quadro, assumiu este compromisso, porquê se meteu nisso.

São Tomé e Príncipe não está a arrancar, não está a crescer, estamos parados, estamos travados, a população está a gritar e lamentamos o seu silêncio. O senhor deveria pelo menos ter o respeito pelos são-tomenses e falar um pouco da situação actual do País. Tínhamos que lhe forçar a vir aqui ao Parlamento, através desta moção de censura, porque o MLSTP/PSD e o PCD não quiseram. Se bem que o senhor já disse que tinha vontade, mas os partidos que sustentam esta governação impediram.

O senhor quando foi chamado para dirigir este Governo traçou alguns eixos e um desses eixos era combate à corrupção e à coesão social, mas parece-me que no capítulo de combate à corrupção o senhor está chumbado. Falou tanto aqui e não fez nada.

Aplausos da ADI.

Até hoje o senhor não moveu uma palha. Recordo-me que o Sr. Deputado José Viegas, quando tomou a palavra, disse que foram ditas coisas aqui e que não podiam ficar aqui, mas elas ficaram aqui, não se ouviu nada.

Fico ainda mais estranho quando o senhor diz que tem conhecimento total de todas as acções do seu Governo. Então, Sr. Primeiro-Ministro, há actos de corrupção e há sinais claros. Quando entrarmos noutros sectores, vamos provar que há corrupção e é do seu conhecimento, o senhor já comprovou aqui que tem conhecimento total. Repara, no processo do arroz, o Director da DAF inicia o processo, faz parte da comissão, é presidente e é contratante. Há ou não corrupção? Julgo que há coisas de que o senhor tem que se distanciar e nos dar resposta, porque precisamos saber.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria apenas de aconselhar os Srs. Deputados que sobre esta matéria, sobretudo a questão da corrupção, infelizmente, falamos durante meses, anos e seria bom, já que a questão está sobre a mesa, que os Srs. Deputados que têm conhecimento de actos corruptos pudessem dar mais elementos, para que na presença do Sr. Primeiro-Ministro e dos membros do Governo pudéssemos, pelo menos, tomar conhecimento com elementos mais palpáveis. É este o apelo que gostaria de fazer.

Não tenho mais inscrito, daí que gostaria de saber se o Sr. Primeiro-Ministro quer fazer uso da palavra.
Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem havido realmente questões que me podiam embaraçar. Srs. Deputados, o que vimos aqui, durante todos essas explanações são coisas que não me convencem do bem fundado desta moção de censura.

Eu disse aqui aos senhores que nunca me furtei a debate nenhum. Quando é que os senhores me chamaram aqui à Assembleia que não vim? O Senhor Presidente esclareceu convenientemente.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Mas os seus partidos não quiseram que o senhor viesse.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Partido é partido. Não mando na Assembleia, a Assembleia tem o seu Regimento, tem o seu modo de funcionamento, há separação de poderes. Sou Governo, não sou parlamentar.

Quando é que me convocaram, deliberaram isso que eu não tivesse vindo? Sejam sérios! Nunca me furtei ao debate. Fica claro que aquilo que os senhores estão a dizer não corresponde rigorosamente à verdade.

Murmúrios do ADI.

Não perturbem, oiçam, o que é uma virtude. Sobretudo quando se tem razão, não há precipitação. Têm que provar aqui os actos de corrupção do Primeiro-Ministro e do seu Governo. É isso que os senhores têm que fazer aqui. Disse aos senhores e repito os eixos da minha governação.

Fico muito grato ao Sr. Deputado Carlos Pinheiro, porque tomou boa nota.

O que é que o senhor está a fazer? Como é que o senhor tomou o hospital e o que é que o senhor fez até hoje?

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — O senhor já fez?

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não se precipitem, não se agitem que vamos com os números.

O que é que o senhor está a fazer em relação aos projectos estruturantes para este país? Que passos o senhor deu? São essas perguntas que os senhores deveriam fazer. Esse trabalho de casa poderia contribuir para melhorar a governação. Os senhores é que se furtaram muitas vezes ao contraditório político aqui. Deviam vir ao debate sobre o estado da Nação.

Eu não faço linchamento de pessoas na praça pública. O senhor que vá ao Ministério Público, se está interessado em saber quais são os processos que foram metidos relativamente à governação anterior e vai ter resultados. Se calhar é um defeito, mas não participo em linchamentos públicos.

Murmúrios do ADI.

Não perturbem, meus senhores, oiçam. Venham cá falar e tragam elementos.

Passei uma grande parte do meu tempo a recuperar a imagem e a credibilidade externa deste Estado.

Risos do ADI.

Sim, é verdade.

Os senhores andaram aí a dizer que a mesa redonda foi uma vergonha, o que mostra exactamente que quando se está na ociosidade realmente não se tem a preocupação com aquilo que é essencial, porque se houvesse um trabalho sério os senhores ter-se-iam apercebido que houve o resgate da imagem do Estado, o estado pirata a que estaríamos condenados se não houvesse exactamente essa decisão, para parar com esses desmandos.

Vamos à história dos barcos. O Senhor falou sobre a questão dos barcos. Pergunte aos americanos. As instituições do *Bretton woods* nos seguem, perguntem, não falem à toa. Houve ou não incursões desses barcos nas nossas águas territoriais? Houve. A Guarda Costeira teve ou não uma intervenção para pôr fim à pilhagem ou às actividades que faziam o Estado são-tomense perder dinheiro? Quem é que lucrava com isso, se anteriormente havia autorização? É o Governo de Gabriel Costa que lucrava com isso? O que se fez foi exactamente preservar os interesses do Estado são-tomense e os barcos estão aí. O processo foi introduzido no Tribunal e eu respeito a separação de poderes. Enquanto a questão não for esgotada, não posso desautorizar os Tribunais. As pessoas foram levadas aos Tribunais e foram condenadas. Os senhores sabem perfeitamente disso e se não sabem deveriam saber, porque a vossa actividade é exactamente de fiscalizar a actividade governativa, de aconselhar se acham que está mal. Não é escrever nas redes sociais que o Estado são-tomense está à procura de dinheiro para «comer», dinheiro estrangeiro, numa atitude anti patriota. O desprezo pelo povo são-tomense mostra-se através de actos. Não vendi barco nenhum.

Murmúrios do ADI.

Quando venho cá, oiço os senhores com atenção, pelo respeito que tenho para com as pessoas. Oiçam. É uma virtude. Não me façam perder tempo. Estou a dar-vos explicações clarividentes daquilo que se passou relativamente aos dois barcos. Estamos preocupados, Sr. Deputado, com a questão de uma carga que consideramos perigosa. Há uma comissão que está a trabalhar incessantemente relativamente a essa questão.

Ouvi os senhores, numa determinada rádio, dizer que fizemos o Estado são-tomense perder dinheiro, porque havia bons contractos. Estão na posse de elementos, se calhar, que não tenho, porque levaram para casa. Não tenho conhecimento de contrato nenhum, não encontrei contrato nenhum na primatura, relativamente a essa questão. O que se tem estado a fazer é correcto, temos advogados internacionais para acautelar os interesses do Estado são-tomenses.

Já disse aos senhores que não faço comércio, porque sou interposto. Enquanto eu estiver no Estado não vou ter nenhuma actividade lucrativa, no meu interesse, e desafio os senhores a provarem o contrário, de peito aberto. Não façam insinuações, o Estado está em boas mãos...

Risos e aplausos do ADI.

Gritem mais. O Estado está bem entregue, porque não estará a saque e enquanto eu estiver à testa do Governo haverá transparência na gestão da coisa pública. Não é discurso de um falso.

Murmúrios do ADI.

Se os senhores me provocarem demais, direi determinadas coisas aqui em directo.

Vozes do ADI: — Diga.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Os senhores têm andado a insinuar honestidade, quando alguns dos senhores têm casos de corrupção que sabem perfeitamente bem.

Vozes da ADI: — Diga.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Não se precipitem, porque eu não falo à toa. Os senhores sabem.

Murmúrios do ADI.

Uma Voz: — Quem vai para a cadeia, vai, quem morre, morre.

Uma Voz: — Este não é o Gabriel que a gente conhece.

Uma Voz: — Deve ser outro.

Uma Voz: — É outro.

Protestos do MLSTP/PSD e PCD.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, o Presidente não pode impedir a manifestação nos lugares e os senhores sabem disso. O Presidente não pode impedir determinadas manifestações que não rocem na indisciplina.

Uma Voz: — Exacto.

O Sr. **Presidente**: — Peço a todas e todos Deputados presentes, de todos os grupos parlamentares, que oiçam com atenção a intervenção de cada um.

Sr. Primeiro-Ministro, por favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, espero poder terminar.

Srs. Deputados, os senhores sabem o que se passou em relação ao reconhecimento do Kosovo.

Protestos do ADI.

Os senhores estão a me pedir...

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos pôr-nos de acordo.

Peço silêncio aos Srs. Deputados e à assistência, sobretudo a assistência. Se continuarem a conversar, convidarei a assistência a abandonar a Sala, porque vêm para ouvir. Os Srs. Deputados podem se manifestar, mas não posso permitir que a assistência esteja a perturbar a Sala.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Volto a dizer que comigo o Estado está em boas mãos, porque tudo é feito no sentido de evitar que este Estado se transforme efectivamente num Estado pirata. Algumas negociatas que existiram aqui no passado deixarão de existir.

Não gostam de ouvir isso, mas havia gente que ganhava com a história dos barcos, menos o Estado são-tomense.

Vimos alguns contratos que eram completamente à revelia do povo são-tomense, e os senhores são representantes da Nação.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, já que não estamos no debate do Estado da Nação, queria aproveitar já agora a ocasião para instar os líderes parlamentares e o próprio Governo a, no fim desta sessão, agendarmos um debate sobre o estado da Nação, onde poderemos fazer...

Murmúrios do ADI.

...era este o meu propósito quando eu propus, na Conferência de Líderes, o debate sobre o estado da Nação, porque eu sei que há alguma dificuldade em se falar de apenas algumas questões deste país aqui na nossa Assembleia. Por isso mesmo eu havia proposto um debate sobre o estado da Nação e não apenas sobre a questão do arroz ou sobre a questão da defesa e segurança. Eu não fui ouvido e o resultado está aí. Portanto, gostaria...

Murmúrios do ADI.

....o ADI não quis. O ADI não aceitou e está no seu direito.

Vamos nos concentrar e ser objectivos. É este o meu apelo.

O Presidente da Assembleia não tem iniciativa nessas matérias, mas gostaria de deixar aqui, como sugestão, um debate breve sobre o estado da Nação, onde discutiremos e faremos a radiografia do País.

Sr. Ministro, pode continuar, por favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, eu não podia deixar de dar resposta a alguns Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Carlos Cassandra disse aqui que eu estava a exercer a advocacia concomitantemente com as minhas funções de Primeiro-Ministro. Uma grande mentira! Os Deputados têm que ter alguma honrabilidade e sobretudo responsabilidade naquilo que dizem. Qual é o acto de advocacia que exerci enquanto Primeiro-Ministro? Nenhum, Sr. Deputado! Contrariamente, ontem tive a informação de que o senhor ameaçou um membro do governo regional perante o Sr. Presidente do governo regional.

Murmúrios.

Não estou a julgar nada. Deixem-me falar. Mas qual é o problema? Ele disse aqui uma verdade absoluta, que não consegue provar. Isto não estava na ordem do dia.

Relativamente ao arroz eu respondi todas as questões que os senhores colocaram aqui e se tiverem mais coloquem!

Risos.

Meus Senhores, se continuarem assim, ficarão a falar sozinhos! Se é chacota, passo à expressão, eu não participo nisso!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, se não há condições para o senhor continuar a falar, convidoo a sentar-se.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me saudá-los.

Tomo a palavra, primeiro, para felicitar os Srs. Deputados do ADI por terem vindo a esta Casa Parlamentar colocar uma moção de censura, que é um instrumento que consta na Constituição e que é um instrumento que se usa em democracia, em qualquer canto do mundo. Sinto-me satisfeito por isso, porque abre um espaço onde realmente se pode debater com o Governo, contrariamente àquilo que assistimos durante muito tempo nesta Casa Parlamentar, onde os Deputados não tinham a possibilidade de dialogar com o Governo. Achamos que realmente houve evolução, porque o ADI, finalmente, acabou por reconhecer que existe um Presidente da Assembleia Nacional, que existe um Governo legítimo e que está no uso das suas competências e funções. Isso é muito, porque é aqui nesta Casa que se faz política e não lá fora, na rua, com panfletos, com descatos e com mentiras. É aqui onde podemos ver as pessoas, olho no olho, para falarmos. Se for para falarmos olho no olho, podemos falar de cada um individualmente, se necessário for, e dizer quem é quem, aqui nesta Casa Parlamentar.

«Quem não quer ser lobo, não lhe veste a pele».

Ontem estive a assistir ao programa «Nós por lá», um programa que fazia apelo à união, para que todos os são-tomenses dêem as mãos, para podermos levar este país a um bom porto, para desenvolvermos este país e para que todos os são-tomenses possam sentir que o País a, definitivamente, progredir e que todos ganhem com este progresso, cada um de acordo com a sua oportunidade. Gostei imenso do programa, gostei das intervenções que ouvi e dos conselhos que deram a este país.

O MLSTP/PSD é um partido que prima pelo diálogo, portanto, abrimos espaço para dialogarmos com todas as forças políticas, porque logo após do congresso do nosso partido, nos dirigimos a todos os partidos políticos, pedindo-os que encontrássemos um clima de entendimento, que houvesse diálogo e que encontrássemos solução para podermos tirar São Tomé e Príncipe do fosso em que se encontra. É evidente que o nosso apelo não encontrou eco em todos os partidos políticos, daí que estamos numa situação hoje em que há ameaça de caos e, num Estado de direito democrático, cabe à autoridade nacional tomar as medidas necessárias para pôr cobro à situação que possa causar caos, pelo que me congratulo com a intervenção do Governo durante esse período em que o País estava ameaçado. Estava ameaçado, porque não se admite que um partido político responsável, saído das eleições, saia à rua para ameaçar, criar caos no País, num período em que nós devíamos todos festejar. Festejar, porque o País estava a crescer, a ficar adulto, com 38 anos de idade. Quer dizer que é um país já adulto e significa dizer que é um período para nós podermos repensar um pouco as nossas atitudes e darmos definitivamente um rumo a este país, para que realmente as coisas possam funcionar.

Enfim, deixo aqui o meu descontentamento pela forma como o Sr. Presidente interrompeu o Sr. Primeiro-Ministro. Eu não convivo com esta forma e deixo já clara a minha posição.

É evidente que não vamos falar de outras coisas, porque pediram-nos que nos cingíssemos apenas ao assunto que diz respeito à moção, mas vejo aqui uma moção que não sei se é moção, porque não respeita os requisitos necessários para que seja aceite como moção. Moção de Censura deve ser dirigida à execução do Programa do Governo ou ao assunto de interesse nacional, não assuntos. E temos aqui uma moção com cerca de 26 pontos e não sabemos de que assunto se trata realmente nesta moção.

Acho que aqui nesta Casa Parlamentar, neste momento, ninguém está autorizado, como Deputados que somos, a discutir um assunto sobre o arroz, porque sabemos que é um assunto que se encontra já na alçada da Justiça e não podemos estar aqui a perturbar a investigação. Está na lei e nós devemos respeitar.

Daí que comissão de inquérito ou não, o certo é que o assunto, quando está no segredo da Justiça, cabe aos fazedores da lei respeitar aquilo que fazem, porque somos nós que fazemos a lei.

Há assuntos aqui que eu acho que seria trabalho para um inquérito parlamentar. Realmente se o ADI estivesse a comportar-se como um partido da oposição e se tivesse assumido o seu lugar na nossa plenária como manda a lei, cumprindo com os seus deveres, há assuntos que não mereciam estarmos aqui a discutir numa moção de censura, mas seriam assuntos que deveriam ser solicitados ao Governo para responder ou dever-se-ia introduzir um inquérito parlamentar, para a sua averiguação. Portanto, não tem cabimento estarmos aqui a discutir esta moção e os Srs. Deputados do ADI sabem muito bem disso. Se é do interesse dos Srs. Deputados estarmos aqui a medir forças para votarmos a moção e saber quem é quem e quem manda, nós sabemos que na democracia, sim, a maioria é que manda. Estamos aqui como maioria que suporta este Governo, para podermos dar corpo ao manifesto sobre aquilo que são as acções do Governo.

Eu gostaria muito sinceramente que viéssemos aqui discutir os problemas reais do País. A situação do desemprego, do desenvolvimento, de uma forma geral, do País...

Uma voz do ADI: — Isso é depois!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — ... se é depois então quer dizer que este inquérito aqui não tem lugar. Daí que eu aconselharia ao Sr. Presidente da Assembleia que passássemos directamente à votação desta moção...

Risos.

Sim, directamente à votação, porque o que vêm fazer os Srs. Deputados do ADI aqui é medir forças. Tenho alguma dificuldade em intervir aqui neste púlpito, porque tenho entaladas muitas coisas na garganta e não gostaria de ser eu a «entornar o caldo», mas na devida altura poderemos «entornar esse caldo», se for necessário.

Iniciamos aqui um debate e estamos convencidos de que vamos terminá-lo, conscientes de que estamos a fazer um exercício para podermos dignificar São Tomé e Príncipe. Daí que não vou dizer algumas coisas que eu pretendia dizer. Fico por aqui, mas se houver necessidade de uma segunda intervenção, estarei disponível para dizer aquilo que os Srs. Deputados, certamente, não gostariam de ouvir.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do MDFM/PL.

O Sr. **Presidente:** — Gostaria apenas de clarificar o seguinte: quando convidei o Sr. Primeiro-Ministro a tomar o seu lugar, é porque vi que estava um ambiente dentro da Sala que não lhe permitia expor correctamente as ideias. Daí que o convidei a sentar-se, esperando um outro momento para o convidar a continuar com a sua intervenção. Não o interrompi. Era a Sala que não tinha um ambiente propício e, no respeito pelo Governo, convidei o Sr. Primeiro-Ministro a retornar ao seu lugar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia, mas antes disso queria dizer aos Srs. Deputados que a leitura que eu tenho disto tudo, se eu estivesse a ser extremamente rigoroso e atendendo apenas àquilo que é o nosso Regimento, eu teria cortado a intervenção a muita gente, mas eu sei que estamos na arena política. Temos que fazer um esforço. Já muitos fizeram aqui a sua intervenção, ouvi a intervenção do Sr. Deputado Rafael Branco, que fez um apelo enorme, o Sr. Deputado Levy, que falou de um novo ciclo. Eu entendi que temos que harmonizar o ambiente político, particularmente entre os Deputados. É só por esta razão, Srs. Deputados, que eu permito que se esteja a fazer um debate sobre uma moção com assuntos específicos e que se estejam a resvalar para outros assuntos. É só por isso. Daí que continuo a pedir serenidade e passo de seguida a palavra ao Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, vou ser breve. É só para perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro se os seus comparsas...

Murmúrios.

...não lhe disseram também que os senhores andam a perseguir o Deputado Carlos Correia na Região Autónoma do Príncipe. Se não lhe disseram, peça mais informações. O senhor, por favor, diga-lhes que todos os Deputados, não é só Carlos Correia, não devem ser perseguidos.

É só isto, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente:** — Continuo a chamar a atenção dos Srs. Deputados para o decoro na linguagem. Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Boa Morte, para uma intervenção.

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, hoje penso que o senhor conseguiu realizar o seu sonho, porque nós do ADI temos-lhe chamado Presidente da Assembleia.

Risos.

Saúdo a todos aqui presentes, em particular ao Sr. Primeiro-Ministro e todo o seu elenco.

Sr. Primeiro-Ministro, foi do seu conhecimento que a verba correspondente a 30% do valor total da importação de 3 000 toneladas de arroz, atribuído pelo seu Governo para ser depositado no BGFI Bank, foi desviada para importação de 900 toneladas de arroz impróprio para o consumo? Que medidas o senhor já tomou ou irá tomar sobre esta questão?

O Sr. **Presidente:** — Bom, Sr. Deputado Octávio, o sonho poderia ser outro e não o de chamarem-me Presidente, porque tenho a convicção de que tenho a legitimidade do cargo e do seu exercício. Portanto, o sonho não é o senhor chamar-me Presidente nem tão pouco os seus colegas. Eu, aliás, dizia-vos que não me chamando Presidente punha-vos numa situação difícil, porque quem vos convoca é o Presidente, quem dá a palavra é o Presidente, portanto, não vamos retomar isso, não quero falar disso, vamos trabalhar, concentrar a nossa atenção no que é essencial, mas já que citou isso, faço este esclarecimento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos, para uma intervenção.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Sr. Presidente, entrando no capítulo da questão do arroz, de acordo com as declarações que nós ouvimos através das antenas da TVS e também aqui nesta Casa Parlamentar, na sede da 2.^a Comissão, o Director-geral da firma Modelo e Alimentação Neves, Lda. disse que apenas serviu de intermediário no processo de importação do arroz.

Uma voz: — Interveniente.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Interveniente. Muito obrigada.

O Sr. Primeiro-Ministro disse cá, e fiquei satisfeita em ouvir isso, que não tem duas caras e é com base nisso que quero ouvir, e acredito que todos aqui querem, e o mais importante ainda é que a população que nos escuta em casa quer, que o senhor nos diga quem de facto é o verdadeiro responsável pela importação das 900 toneladas de arroz.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Xavier Mendes, Presidente do Partido de Convergência Democrática, para uma intervenção.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, muito boa tarde. Primeiro, queria dizer-lhe que nos congratulamos com a sua presença aqui, bem como a do seu elenco nesta augusta Assembleia, para fazer um debate de uma moção de censura. Congratulamo-nos porque o senhor não fugiu da cruz, o senhor não é diabo que fugiu da cruz, porque estivemos aqui 2 anos em que nenhum Ministro do anterior governo do ADI pôs aqui os pés, exceptuando uma vez aquando do debate da Comunicação Social, em que apareceu aqui o ex-ministro Afonso Varela, e inviabilizaram depois o debate.

O ex-primeiro-ministro, ou vinha para o orçamento ou não punha cá os pés. Quantas vezes foi chamado para ser interpelado nesta Assembleia e o Sr. Primeiro-Ministro do XIV Governo Constitucional não dava cartão à Assembleia? Pelo contrário, os seus pares subalternizavam e banalizavam a Assembleia, e hoje querem fazer o mesmo outra vez.

Sr. Presidente, mãos firmes, por favor! Não é possível continuarmos nesta cena de malcriação – desculpem o termo – que se tem vivido nesta Assembleia, usando termos impróprios, termos que nem na rua devem ser ditos, mas temos ouvido aqui. Nós todos aqui e o povo de São Tomé e Príncipe exigimos respeito. Temos que ter um comportamento exemplar como Deputados. Não podemos continuar nesta saga em que estamos metidos.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, esta moção de censura não tem razão nenhuma de ser introduzida nesta Assembleia. Nós já falamos aqui, o próprio Regimento da Assembleia define qual é o conteúdo e a forma de apresentação de uma moção de censura, mas o Sr. Primeiro-Ministro apareceu aqui, quando o outro desapareceu. Pelo contrário, arranjou-se aqui uma confusão tamanha que só depreciou a acção dos Deputados, depreciou a acção desta Casa, onde se faz política e democracia.

O povo são-tomense é um povo ordeiro, pacífico e tolerante, mas os últimos acontecimentos que tem vivido o País tem mostrado o contrário. Tem instigado este povo a ser outra coisa, a acabar com a sua tolerância e o seu pacifismo, e esta moção de censura está nessa onda, está nessa estratégia. É criar efectivamente a instabilidade, mostrar a opinião pública internacional que existe instabilidade no País.

O Sr. Primeiro-Ministro deu alguns exemplos, mas acho que devia aprofundar um pouco mais a estratégia de criação de instabilidade no País. Há essas movimentações. Numa altura em que tínhamos a decorrer no País uma mesa redonda extremamente importante para o futuro deste povo, quiseram desestabilizar para que corresse ao lado toda acção que decorria nessa mesa redonda. Se o resultado dessa mesa redonda não fosse atingido, o ADI batia palmas, mas pelo contrário, os senhores conseguiram que essa mesa redonda fosse positiva para o País...

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

...garantiu o financiamento para os próximos 5 anos. Eles não querem, querem que o povo passe fome, viva na miséria e não possa ter boa qualidade de vida.

Protestos do ADI.

Não é possível que um patriota, um responsável político possa correr de porta em porta, nas organizações internacionais, União Africana, União Europeia, Timor, Portugal, ou seja, todos os países com que São Tomé e Príncipe tem parceria ou instituições com que São Tomé e Príncipe tem projectos para ser financiado e faça tentativa de barrar esses financiamentos. Isso é patriótico?

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Terrorismo de Estado.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Má-fé.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Isso é má-fé! Um Governo que vive de dádivas, 90% do orçamento é proveniente do estrangeiro, temos que estar de mãos estendidas e são esses mesmos que gostam do povo pequeno que vão bloquear as tentativas do Governo para arranjar dinheiro para financiar o orçamento e dar melhor vida à nossa população? É inadmissível, Sr. Primeiro-Ministro. E depois querem disfarçar e distrair-nos com uma nova estratégia, uma moção de censura que não tem cabimento nenhum para o PCD.

O Sr. **José António** (ADI): — Mas para o povo tem.

Não tem, estamos aqui a devagar, porque há instituição própria e não a Assembleia Nacional, para a resolução dessas questões. Há instituições próprias e a Assembleia não vai usurpar os poderes dessas instituições. Temos os Tribunais, temos outras instituições para tratar desses assuntos e não devíamos estar aqui a gastar tempo e energia com o conteúdo dessa moção de censura apresentada.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Venho cá expor um assunto, mas gostaria de informar o Sr. Primeiro-Ministro que não vou entrar em detalhes, porque o assunto está entregue ao Ministério Público, é o assunto relacionado com a Direcção de Pescas. O protocolo de pescas assinado entre o Governo e uma Associação de Armadores de Atuneiros Espanhol, uma empresa privada. Ouvei a resposta que deu quando se expôs o assunto na moção de censura. Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro da Agricultura se, quando levaram a cópia do protocolo para ser assinado, não perguntou ao seu Director das Pescas sobre o acordo geral de pesca que havia com a União Europeia. Nesse protocolo que o senhor assinou com a Associação de Grande Atuneiros Congeladores (AGAC), dizia que os armadores isentavam a presença de observadores são-tomenses a bordo dos navios e que também as formalidades de inspecções a bordo dos navios seriam feitas de acordo com aquilo que o armador propôs. Quer dizer que a primeira inspecção não seria já, contrariando o que foi assinado com a União Europeia, que as inspecções deveriam ser em águas são-tomenses, mas o armador propôs ao senhor que a primeira inspecção fosse feita nos pratos habituais, quer dizer, Abjam e Dakar, e o senhor concordou que essa inspecção fosse realizada lá e não nas águas são-tomense, que a partir da segunda inspecção os gastos fossem assumidos pelo Estado são-tomense e que o armador não responsabilizaria por essa inspecção a bordo dos navios. É por isso que pergunto se o senhor conhecia o acordo geral de pesca assinado com a União Europeia, porque essa instituição obrigava que o Estado são-tomense tivesse observadores a bordo desses navios, enquanto pescavam em águas são-tomenses.

A Direcção de Pesca formou 47 pescadores como observadores a bordo, para serem embarcados nesse navio, mas o actual protocolo isenta a presença de observadores são-tomenses a bordo desses navios. Daí que pergunto, como se vai resolver o problema desses 47 observadores?

Quando se denunciou o problema, havia uma certa promiscuidade entre a Direcção de Pescas e a empresa que eles próprios criaram. O Sr. Ministro sabe e com certeza teve conhecimento de que houve uma tentativa de mudar do agente local por parte dessa empresa que foi criada por esses senhores da Direcção de Pescas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Arlindo Ramos, desculpe ter que o interromper, mas é só para entender o alcance da sua intervenção, para saber se se encaixa perfeitamente dentro dos eixos do conteúdo da moção de censura.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — O que foi exposto aqui na moção de censura fala da Direcção das Pescas. Na última parte da moção de censura.

O Sr. **Presidente**: — Está no âmbito da corrupção?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sim, no âmbito da questão de corrupção.

Como vinha dizendo, a Direcção das Pescas sabia oficialmente que havia um agente local desses armadores no País e eram são-tomenses. É uma empresa são-tomense e é composta por são-tomenses. Além da Sociedade de Pesca Comércio e Serviço (SOPESCOSER) como o Senhor próprio disse, existia a Sociedade Industrial de Pescas (SIPESCA) e o objecto social dessas empresas, tanto uma como outra, era o agenciamento e emissão de licença de pescas, tirando o negócio a uma outra empresa que é são-tomense, não é estrangeira. O Senhor também sabe que esses senhores da Direcção de Pescas, a partir do director até o chefe de departamento técnico, para além daquilo que o Estado dava como participação emolumentar, que são os 35% da receita total cobrada de licença de pesca, numa forma de chantagem, propuseram à Agência Equador que fosse buscar 40% dos serviços prestados, que é uma receita desta Agência, e vão buscar por fora 40% desta receita. O senhor teve conhecimento de toda essa situação. Não compete a mim dizer que é um acto de corrupção ou não. O senhor disse que não tinha conhecimento, teve e reconheço que o senhor teve conhecimento, inclusive antes da sua deslocação. Foi aconselhado a não decidir antes de consultar os meandros daquele protocolo, ignorou-o e deslocou-se ao exterior à custa do armador.

Eu esperava que o senhor pudesse tomar alguma medida administrativa em relação à Direcção das Pescas.

Perante toda essa situação, gostaria de lhe perguntar, Sr. Ministro, quais as medidas que tomou em relação a esta questão, porque a prática continua.

O Sr. **Presidente**: — Começo a ter alguma dificuldade, porque não estamos num debate sobre o estado geral do País e há algumas questões que são sectoriais, cujo enquadramento o Regimento prevê debate sectoriais em que os ministros de determinados sectores deveriam estar presentes e debate com o Primeiro-Ministro sobre matérias gerais do País. Porém, disse-vos que estamos num espaço político, sou daqueles que acham que quando as questões de Estado são colocadas, os responsáveis devem clarificar, não devem ficar com ónus, mas chamo atenção também para evitarmos a evocação de entidades que não têm espaço aqui para poderem se pronunciar. Sociedades, empresas, cidadãos que não têm assento no Plenário não devem ser objecto de evocação, porque aqui eles não têm espaço para poder se defender.

Gostaria também de chamar atenção dos Srs. Deputados, é verdade que há matéria que podem estar em sede da Justiça e que pela sua natureza os políticos podem fazer uso do mesmo para o debate político, mas tenhamos atenção que as nossas normas orientam-nos que devemos ter algum cuidado a fazer a abordagem de questões que estão em sede da Justiça.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, foi dito por si que não era aceite que se falasse de empresas e pessoas que não estão cá, mas o Sr. Deputado que acabou de intervir falou de empresas e pessoas que não estão cá. É uma mensagem que passou para lá fora. Estamos a falar aqui dentro, mas está a ser transmitido para lá fora. Por essa razão, acho que o Sr. Primeiro-Ministro tem que ter toda a latitude para poder também intervir e falar de pessoas e empresas que não estão cá.

O Sr. **Presidente**: — Vou continuar a conduzir a reunião da forma que achar melhor. Ainda não concedi a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, então o Sr. Primeiro-Ministro dirá aquilo que lhe convier, mas quero assegurar, como diz o Regimento, a boa condução dos trabalhos e é meu papel evitar que estejamos aqui a fazer delongas desnecessárias.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, sobre esta matéria preferia que se dissesse tudo que houver para dizer de forma que pudesse depois responder.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O Sr. Deputado Jorge Amado de facto tem razão. Estamos a ser vistos e ouvidos fora desta Sala, por isso mesmo o povo viu a imagem de quando o Sr. Deputado Delfim Neves fez sinal ao Sr. Primeiro-Ministro para não responder, o povo está a assistir.

O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que está pronto para responder a todas as questões, então não deve fugir – é esta a expressão que eu uso – às perguntas. A Sra. Deputada Isabel Domingos fez uma pergunta clara, posso repetir, e o povo está à espera da resposta.

Antes ouvimos aqui o Sr. Deputado Rafael Branco e gostaria de dizer ao Sr. Deputado que tenho em mãos um guião do MLSTP/PSD, do ano passado, que tem um conjunto de alíneas sobre a situação do País na altura. Porque é que na altura, estou a falar de Setembro, Outubro, Novembro do ano passado, não fez o apelo que fez aqui? Não apelou à união, à paz, à tranquilidade, à estabilidade? Porquê?

Fizeram manifestações e a Polícia não os reprimiu; fizeram o que fizeram e nada aconteceu, em violação dos direitos dos cidadãos. Apresentaram uma moção e o Governo caiu da forma que caiu.

Quanto ao que diz o Sr. Deputado Jorge Amado sobre o que diz o Regimento, ou execução do Programa do Governo ou um assunto de interesse nacional, tenho aqui a moção subscrita por 14 Deputados que derrubou o governo do Dr. Patrice Trovoada, todas as páginas, todas as alíneas, vários assuntos.

Vou repetir a pergunta e espero que o Sr. Primeiro-Ministro venha responder. Ouvimos aqui o representante da empresa dizer que não foi ele nem a sua empresa que foi o importador do arroz da polémica, que ele foi um mero interveniente. Quem importou esse arroz que o povo não come e não vai comer mais?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD). — Eu não sou objecto da moção de censura, mas se a pergunta foi-me dirigida acho que o Sr. Deputado merece uma resposta.

Em primeiro lugar, não sei se seguiu a minha intervenção, eu disse que houve um primeiro momento em que se discutiu a possibilidade de introdução de uma moção de censura e que naquele momento, eu, em nome da estabilidade que o País precisa, não defendi a introdução dessa moção. E se não sabe vou dizer-lhe que, no momento em que se introduziu a moção, o então Primeiro-Ministro convidou-me como actor político a falar sobre a situação política do País e naquela reunião, já disse isso publicamente, aconselhei-o a abrir um diálogo com as forças

da oposição, porque achava e continuo a achar que este país é muito pequeno para um partido ou um grupo pretender dirigir sozinho.

Eu tive essa diligência, mas aqui nesta Assembleia também, frontalmente, em diversas intervenções, manifestei-me claramente contra alguns comportamentos que o Governo vinha tendo. Durante esta Assembleia, quando se discutia alguns assuntos, tive intervenções junto de alguns ministros do governo, no sentido de procurarmos um entendimento. Para mim havia questões que eram objecto de discussão e de visão que não tinham razão de ser, bastava um pouco de espírito de compromisso e bastava pensar um pouco em São Tomé e Príncipe para evitá-las.

Eu votei a favor da moção de censura que derrubou o XIV Governo constitucional, estive presente na manifestação contra a violação clara de liberdades do cidadão e do indivíduo, assumo claramente.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — E o senhor foi impedido?

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD). — Não fui. Ninguém me impede. Dois anos é muito pouco tempo para esquecermos o que se passou e sabemos que houve um comportamento de violação sistemática de direitos da liberdade de expressão. Assumi claramente isso e sabem porquê. Porque neste capítulo estou absolutamente à vontade. Nunca interferi junto a um órgão de comunicação social para não publicar uma notícia ou impedir algo. Não houve governo que teve uma manifestação igual a que tive, perante incêndios na central eléctrica, perante muitas coisas que não são para aqui chamadas.

Murmúrios do ADI.

Espero tê-lo esclarecido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuo a dizer que estou cá para responder a todas as questões com clareza. O que é verdade é que não posso esgotar o tempo do Governo, respondendo a questões que já foram colocadas e já foram respondidas. Disse aqui de uma forma clara aos Srs. Deputados o que o Governo fez em matéria de arroz e estão a perguntar-me quem é que importou o arroz. Disse aos senhores que o Governo não faz comércio directamente nem por pessoa interposta...

Protestos do ADI.

...não é fugir.

Pediram-me para vir explicar, estou a querer explicar, só que estão a complicar.

Risos do MLSTP/PSD e do PCD.

Meus senhores, vamos explicar sem complicar.

Risos.

Disse aos senhores que era necessário importar 3000 toneladas de arroz. O Ministro de tutela lançou um concurso público. Há uma composição, os senhores podem não estar de acordo com ela, impugnavam-na, mas é verdade que houve um vencedor do concurso. Esse vencedor fez o pedido de abertura de um crédito documental no BGF Bank, teve dificuldades, contactou o Governo, porque havia risco de rotura de *stock* de arroz no mercado para se libertar um terço (1/3) do dinheiro autorizado pelo Japão, e não é aquilo que se está a dizer, para importação das 3000 toneladas. Essa autorização foi dada ao vencedor do concurso e o arroz foi importado.

Se o arroz tem problemas ou não, estou a aguardar serenamente, já disse às pessoas que não posso fazer justiça. Os senhores meteram uma acção no Tribunal e está a correr os seus termos. Como cautela pedi que suspendessem o arroz preventivamente, enquanto o problema não ficar resolvido, porque não tenho a certeza. Se os senhores estão no segredo dos deuses, eu não estou. Dizer que o arroz é podre ou não, que tem toxina e por aí fora! Serenamente, agindo como Estado, como uma pessoa responsável, não estou a fazer política com isso. Tenho respeito pelo povo são-tomense, não quero matar ninguém. Isso é uma acusação completamente gratuita e infundada. Cabe na cabeça de alguém que raciocina que o Primeiro-Ministro vai importar um arroz que não esteja em condições ou mesmo que o arroz seja importado por um importador económico para matar as pessoas?

Senhores, eu disse aqui várias vezes que estou na vida profissional, vi quantidade de produtos que foram dados como impróprios para consumo e tiraram fora de circulação. Sejamos serenos e discutamos coisas que efectivamente têm interesse para este povo e não criemos problemas às pessoas. Critiquem.

A questão de pesca, logo que soube que se tinha constituído uma sociedade, os senhores têm que se lembrar do que eu disse sobre isso, para não perdermos tempo. Logo que soube que havia essa sociedade, tentei saber junto do Sr. Ministro o que se passava. Não tenho provas de que o Sr. Ministro faça parte da sociedade, soube que essa sociedade já estava constituída no tempo do anterior governo, aliás o Sr. Deputado Arlindo Ramos está muito bem informado, porque é sócio da Agência Equador...

Risos.

Protestos do Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Se não é, retiro o que disse!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, posso só esclarecer. Eu não sou sócio da Equador e o senhor sabe quem são os donos. Se for para dizer eu digo aqui, mas no Grupo Parlamentar do ADI não há.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É que o senhor está tão informado sobre esse processo! Sr. Deputado, não digo isso com qualquer intenção. Quando eu vi o que foi posto na *Internet*, o que eu fiz foi exactamente ir ouvindo as críticas que estavam a ser feitas, tentar saber o que se passou e o Sr. Ministro esclareceu-me. Ele disse-me: «Sr. Primeiro-Ministro, também acabei de tomar conhecimento de que foi constituída uma sociedade para poder operar nesse domínio». Eu disse-lhe: «Se for verdade, esses senhores têm que ser sancionados». E foram, Sr. Deputado! Foram sancionados na hora. Uns têm processo disciplinar, é o curso normal das coisas, os que dependiam da confiança administrativa do Ministro saíram.

Bom, para dizer ao ilustre Sr. Deputado, eu continuo a defender a mesma coisa. Continuo a dizer que só tenho uma cara. A culpa comigo não morrerá solteira. Eu preciso é de chegar a uma conclusão. Agora, não posso fazer processo de intenção. Preciso agir, não arbitrariamente, mas com base, porque se o senhor me dissesse aqui, perante esta augusta Assembleia, que o Sr. Ministro fazia parte da sociedade, o Sr. Ministro já não faria parte do meu Governo. Isso é que seria corrupção!

Meus senhores, não lancem as pessoas na lama! É o que os senhores disseram nas parangonas dos jornais: «O Governo de Gabriel reabre auto-estrada da corrupção!». Meus senhores, isto não é verdade! Tem-se que ter a hombridade de dizer exactamente o que se passou. Quando o senhor fala desses detalhes todos sobre as pessoas que deviam estar a bordo e que não deviam, isso mostra que o senhor está a par das coisas. E se o senhor levanta esse problema na sede de debate ou no fórum próprio, sobre o estado da nação, eu louvo, porque é essa exactamente a função dos Deputados. Eu não posso saber todos os meandros daquilo que se faz e se calhar o Sr. Ministro também não. Para nós ajudarmos a acabar com a utilização dos bens públicos para fins pessoais, temos que ter essas informações, e é exactamente para isso que estamos aqui.

Portanto, ilustre Sra. Deputada, respondi à sua questão relativamente à questão do arroz? Não me furto à questão nenhuma. Podem ter a certeza absoluta. Não há temor!

O Sr. **Presidente**: — Passo agora a palavra à Sra. Deputada Bilaine Ceita.

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo.

O Sr. Ministro do Comércio esteve presente no âmbito da auscultação na 2.^a Comissão da Assembleia Nacional sobre esta questão do arroz e houve algumas questões que, no meu entender, não ficaram completamente esclarecidas pelo Sr. Ministro do Comércio. Sendo assim, gostaria de perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro de forma bem clara, e também exijo uma resposta clara do Sr. Primeiro-Ministro: qual foi a instituição do Estado que fez a recolha das amostras do arroz que foram analisadas pelos laboratórios Aquimisa, ASAE e por um laboratório em Camarões? Peço uma resposta clara do Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos da Bancada do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma interpretação.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, vou ser breve. Só quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que eu nunca ajo de má-fé contra as pessoas, e se o senhor quiser dizer, que diga. Tenho aqui testemunhas, o Sr. Gil Costa, se ele quiser dizer que diga, eu nunca ajo de má-fé.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves, para uma intervenção.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e todo elenco, Sras. e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Sr. Presidente, tenho estado a acompanhar com muita preocupação este debate, não só hoje, e quero confessar que estou muito preocupada.

Julgo que estamos a prestar um mau serviço a esta Nação. Não fomos eleitos para isso.

Quando andamos no terreno, dizemos ao povo que queremos contribuir para o desenvolvimento deste país, dizemos ao povo, sobretudo, que queremos contribuir para a melhoria das suas condições de vida. E eu pergunto: é assim que estamos a contribuir para o desenvolvimento deste país? É assim que estamos a contribuir para a melhoria das condições de vida deste povo? Que futuro é que nós queremos para este

país? Que legado nós queremos deixar aos nossos filhos e às próximas gerações? Sras. e Srs. Deputados, eu julgo que é o momento para nós começarmos a reflectir nisso tudo.

Alguém, disse aqui «vamos começar um novo ciclo». Eu julgo que sim, temos que começar um novo ciclo, porque falta-nos começar a reflectir seriamente sobre o futuro deste país. Temos um país em que apenas 10% dos recursos que cobre o Orçamento Geral do Estado são produzidos por nós, 90% temos que pedir através de ajuda externa, ou seja, estamos de mãos estendidas. Num contexto de crise internacional em que os doadores também já se vêem a braços com os seus problemas, até quando é que nós vamos ficar de mãos estendidas?

Este país precisa de muito trabalho e nós estamos aqui a nos distrair. Julgo que nos falta um pouco também do amor. Já não temos amor a nós próprios, não temos amor ao trabalho, não temos amor ao País, não temos amor ao povo, e se não houver amor não pode haver união nem pode haver entendimento. Por isso, eu gostaria de evocar uma passagem bíblica, S. João capítulo 13, versículo 31 a 33a e 34 a 35 dizia que Jesus, ao despedir-se dos seus discípulos, virou-se para eles e disse-lhes: «meus discípulos, é por pouco tempo que ainda estou convosco. Dou-vos um mandamento novo: que vos ameis uns aos outros. Como eu vos amei, amai-vos também uns aos outros. Nisto reconhecerão que são todos meus discípulos?»

Quero recordar-vos também uma passagem do ex-Presidente da África do Sul, Nelson Mandela, e recentemente o Presidente Obama, na sua visita a África do Sul, fez referência a isso: «Ninguém nasceu a odiar o outro pela sua cor, por ser preto ou branco, pela sua crença religiosa ou por seu credo político». E dizia mais: «Se nós aprendemos a odiar, também podemos aprender a amar». E é este apelo que eu lanço aqui. Que aprendamos a amar! Amemos o nosso país, o nosso povo e a nós próprios. Parece que estamos a perder a auto estima. Temos que nos amar a nós próprios para começarmos a amar os outros.

Precisamos de unidade, de diálogo e precisamos ter a capacidade de perdoar e de tolerar. Já não toleramos, já não perdoamos. Estamos com um ódio, vingança, um clima de crispação que não sabemos onde vamos chegar.

Por isso quero lançar este apelo a todos, para que comecemos a pensar seriamente neste país e que pensemos nesse lema das crianças: «queremos pão, paz e amor». É disso que precisamos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos a chegar ao fim da nossa discussão. Quando digo que estamos a chegar ao fim do debate é porque não temos mais inscritos e eu quero aplicar o Regimento onde diz: «O primeiro subscritor abre e encerra...». Não havendo mais inscritos, convido o Sr. Primeiro-Ministro a fazer o uso da palavra, se assim o entender, e se não quiser convido o primeiro subscritor a fazer a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Com a sua permissão, Sr. Presidente, apenas uma visão sobre a interpretação quer do debate quer do Regimento. É que quando nós fazemos perguntas ao Governo, ficamos à espera de respostas e poderão surgir perguntas depois das respostas. É por isso que não estamos a inscrever-nos. Estamos à espera que o Governo venha responder. É possível que depois da resposta do Governo surjam outras perguntas. Eu digo porquê. Porque nós ouvimos o representante da empresa, na 2.ª Comissão, e ele disse que não tinha nada com isso, que não era importador, um mero interveniente no processo. Isso contraria o que disse agora o Sr. Primeiro-Ministro.

Na altura nós fizemos outra pergunta, e havia Deputados do MLSTP/PSD e do PCD: quem beneficiou das isenções das taxas aduaneiras em Camarões? O representante da empresa, o Sr. Delfim Neves, disse claramente que não foi ele, foi o Governo. É por isso que fazemos essa pergunta. Porque a resposta do Sr. Primeiro-Ministro, na minha opinião, e penso que na opinião de todos os que estão aqui a ouvir, é que não foi o Governo que importou. O Governo lançou um concurso público e uma empresa ganhou, essa empresa é que é o importador.

Sr. Presidente, com a sua permissão, nós temos perguntas, mas queremos ouvir respostas para depois colocarmos mais perguntas.

O Sr. **Presidente**: — Tudo muito bem, Sr. Deputado, também quero que as vossas questões sejam totalmente esclarecidas. Daí que convido de novo o Sr. Primeiro-Ministro para esclarecer as questões que estão por esclarecer, de forma a darmos continuidade aos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não creio que tivesse deixado qualquer pergunta por responder. Disse qual é o processo que se seguiu para a importação do arroz.

Quer que eu fale da isenção, vou dizer-lhe exactamente o que é isenção. Nem é isenção propriamente dita. Nos Camarões, pela pouca quantidade de arroz que eles têm para o seu consumo interno, eles submetem a exportação a taxas que agravam esse produto e sabemos que havia essa dificuldade. Não há aqui qualquer escamoteamento seja do que for. Por isso disse que não faço comércio do arroz. Obedecemos os procedimentos, os senhores poderão dizer que foram bons ou maus procedimentos, são juízos valorativos.

Houve um vencedor do concurso.

O Sr. **Adilson Managem** (ADI): — Quem foi?

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Foi dito aqui e ninguém contestou. O que foi feito pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros foi uma carta a pedir às autoridades camaronesas, mormente a embaixada dos Camarões em Libreville, que desse todas as facilidades para que o produto pudesse chegar mais cedo ao País. Houve uma carta que foi feita pelo vencedor do concurso, se calhar os senhores tiveram o conhecimento dessa carta numa comissão especializada, sobre a intenção dele de poder acelerar o processo.

Poderão falar, estou de acordo convosco com a explicação que derem aqui. Qual era a intenção? A intenção era que o produto chegasse mais cedo a São Tomé e Príncipe. Se é a forma mais correcta ou menos correcta podem discutir, mas dizer que alguém beneficiou da isenção! Quem beneficiou da isenção? Quando se isenta um produto no quadro da exportação, imediatamente o produto chega mais barato. Certifiquem as facturas, é só ver e podem haver diligências, também estamos a fazer todas as diligências necessárias para que isso fique completamente esclarecido. Aquilo que é discutido aqui não é propriamente o processo de importação, é como se alguém tivesse locupletado com o dinheiro do arroz.

A única coisa que não deve ficar nessa situação toda são atropelos ou a violação daquilo que os senhores próprios evocam, que é a questão da presunção da inocência. Toda gente é inocente até o trânsito em julgado da sua declaração de culpa.

Se há os expedientes todos, os senhores devem fiscalizar até verem se há provas de casos de corrupção. Isto é, se alguém tirou partido, porque fez isso para beneficiar, num quadro anormal que a lei caracteriza como crime, denunciem ao Ministério Público. O Ministério tem o processo em mãos, o Governo não manda no Ministério Público ou nos Tribunais, que irão decidir sobre isso.

Uma Voz: — O senhor está a fugir à resposta.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não estou a fugir a coisa alguma, estou a dizer-lhes o que os senhores deveriam ter feito.

Murmúrios do ADI.

O que estou a fugir?

O grande problema é que os senhores disseram que o arroz é podre, que foi importado para matar as pessoas, vocês é que disseram isso tudo. Senhores sobre isso, eu até queria um debate na televisão.

Murmúrios do ADI.

A verdade é como azeite não fica no fundo, vem ao de cima. Não linchem as pessoas na praça pública, deixa fazer a luz sobre isso tudo e os senhores fiscalizam.

Uma Voz: — É como STP-Trading, nunca fez luz.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Fiscalizem completamente. Estou aberto a que os senhores fiscalizem

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — A Sra. Deputada fez uma pergunta directa.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Qual é a pergunta?

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — Qual deles, quem colheu?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estou à vontade. Com todo respeito que tenho pela sua pergunta, a senhora disse que ouviu o Sr. Ministro do Comércio na Comissão e que soube que houve análises laboratoriais que foram encomendadas e queria saber exactamente quem fez as análises. Vou dizer-lhe. O Sr. Ministro do Comércio teve instruções minhas para poder proceder à análise para saber exactamente se era verdade aquilo que as pessoas diziam. O que aconteceu?

Uma Voz: — CIAT.

Não diga aquilo que não sabe. OCIAT não faz análises sobre o teor...

Murmúrios do ADI.

E há pessoas aqui que conhece isso. O CIAT não tem capacidade para poder medir a quantidade da floctoxina no arroz ou noutra coisa qualquer. A primeira vez que vi os resultados laboratoriais foi depois de ter suspenso a venda do arroz. Os senhores tiveram acesso, leram e se estiverem de boa-fé, porque toda a moção de censura anda à volta do arroz, então esclareçamos de uma vez por todas.

Nós mandamos pedir esse relatório.

Murmúrios.

Os senhores falaram da *Autoridade de Segurança Alimentar e Económica* (ASAE). Eu viajei no avião que levou o arroz para análise. Até por sinal, o resultado aconselhava a não comercialização do arroz.

Uma voz: — É isso.

Porquê dizia isso? Porque na Europa, segundo a directiva da União Europeia, estou a falar com gente que percebe disso completamente, dizia que eles baixaram o teor da aflotoxina, na base de uma norma em vigor na União Europeia.

Houve outros pedidos. A pessoa interessada também pediu uma análise, porque sabia perfeitamente bem que na sua boa-fé, aquilo que importou, importou um produto próprio para o consumo humano.

O que pode estar em causa? Eu também posso contestar o resultado da ASAE. Chama-se isso contraditório. Haverá tantas análises quanto forem necessárias. O que se fez foi exactamente acautelar. Enquanto houver a discussão desse problema, preservou-se a população do consumo de um produto que tinha polémicas. Digam-me, Srs. Deputados, em quê isso pode molestar, em quê isso ofende, em quê isso é corrupção? Digam-me.

Por isso estou a dizer, meus senhores, vamos continuar a seguir, mas não digam que essa atitude foi uma atitude de desrespeito pelo povo, como disseram de uma forma leviana. Não vão dizer que é para matar as pessoas, porque estamos a pôr no espírito das pessoas uma situação que na realidade não existe.

Murmúrios do ADI.

Eu disse exactamente quem pediu as análises.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Leopoldino, para um esclarecimento.

O Sr. **Dionísio Leopoldino** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, em relação à questão do arroz, o processo de auscultação da 2.ª Comissão está em curso, portanto, não há necessidade de estarmos a levantar essa questão constantemente. O processo está em curso e os membros da 2.ª Comissão que são Deputados do ADI, na auscultação, poderão ter todos os detalhes relativamente à importação do arroz.

Acho que deveríamos ultrapassar esta questão e focar no assunto que é mais importante e que nos leva a estar cá.

O Sr. **Presidente:** — Este é um apelo que é dirigido aos Srs. Deputados do ADI, mas no uso das suas faculdades acho que devem fazer intervenções. Não me cabe a mim coarctar a possibilidade de cada um fazer a sua intervenção, dentro do tempo limite. Estou a conduzir os trabalhos, espero que os Srs. Deputados me compreendam. O Grupo Parlamentar do ADI tem ainda o seu tempo e fará uso do mesmo.

Murmúrios.

Srs. Deputados, não tenhamos pressa. Os Srs. Deputados exigem do Presidente determinadas posições, mas se o Presidente começasse a ser extremamente rigoroso desde o princípio, muitas intervenções não teriam lugar aqui, porque estavam desfocadas da questão da moção de censura e de todos os grupos parlamentares

Tem palavra a Sra. Deputada Isabel Domingos.

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — De facto quero manifestar aqui que também tenho muita dificuldade de trabalhar neste contexto...

Uma Voz: — Não trabalhe.

...porque foram colocadas questões directas ao Governo, que constituem preocupação e foram manifestadas no texto da moção de censura, relativamente a todo o processo de arroz. Logo, dar voltas dizendo que se está a dar justificação aos Deputados também não é resposta.

Ainda no âmbito da auscultação feita na 2.ª Comissão, já ouvimos, não está no segredo da justiça e foi dito pelo representante da firma importadora, o mesmo escreveu uma carta no âmbito da isenção, dizendo que a população está faminta e há fome em São Tomé e Príncipe e a explicação que nos deu aqui nesta sede é que foi para dramatizar. Usou a expressão em nome de um Estado para dramatizar a situação, porque estamos numa situação de

fome. No entanto, o arroz foi suspenso do mercado, pela conjuntura que o envolveu, e estamos a ver outro arroz no mercado a ser comercializado. Ainda não me apercebi, alguém que me prove o contrário, que há uma rotura do stock de arroz e que não há arroz no mercado para a população consumir. Estamos a brincar? Com todo o respeito, Sr. Presidente!

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh.

Aplausos do ADI.

Quando se escreve uma carta para um país que se diz país irmão e amigo e chama-se essa carta de dramatização. Nós não estamos a brincar. Se é o amor ao País que pretendemos ter, onde é que está o amor nesta carta? Digam-me por favor.

Na resposta que o Sr. Ministro das Finanças camaronês deu, ele disse que, no quadro da fome que São Tomé e Príncipe está a passar, ele concede ajuda humanitária.

Estou a dizer-lhe que, em meu nome, Isabel Domingos, enquanto cidadã são-tomense, não gostei, porque se numa altura estivermos na situação de catástrofe, não sei o que vamos chamar, se a situação actual exige uma ajuda humanitária.

O pedido que faço é que as perguntas sejam respondidas, com todo o respeito que a situação exige.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Paquete.

O Sr. **Hélder Paquete** (ADI): — Venho cá repisar a questão do arroz, porque considero que essa é uma questão importante e as pessoas devem ter informação sobre esse processo.

Sr. Primeiro-Ministro, há pouco tempo vimos na nossa Televisão, TVS, o Director Primário de Saúde falar publicamente que esse arroz pode ser consumido, mas nunca disse que comeu.

Sr. Primeiro-Ministro, gostaria que se cingisse nas nossas perguntas, porque são directamente para si. Perante todo esse problema do arroz, gostaríamos que o senhor nos dissesse se o arroz importado está em condições para a população de São Tomé e Príncipe consumir ou não? Gostaríamos que o senhor dissesse isso aqui abertamente.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, agradeço particularmente por ter sabido dirigir esta sessão, separando naturalmente uma pessoa, enquanto deputado aqui e enquanto deputado nas comissões. Eu sou Deputado para defender os interesses nacionais, estou cá exclusivamente com este papel.

O Sr. Primeiro-Ministro disse aqui que já respondeu a várias questões relacionadas com o caso do arroz, mas acredite, Sr. Primeiro-Ministro, que estamos perante uma questão de saúde pública e o senhor está investido de uma função nobre e deverá primar pela conservação da saúde pública.

Alguém que me antecedeu já disse, mas vou repetir, nunca é demais, o Sr. Director dos Cuidados Primários de Saúde disse publicamente, na televisão e na rádio, que o arroz é bom para o consumo, supostamente por ter-se inspirado numas das análises, se calhar, que sabemos que é da Aquimisa. Perguntaríamos ao Sr. Primeiro-Ministro se esse processo de recolha das amostras que foram aos centros da Aquimisa e provavelmente aos Camarões, não enferma de vícios, se tem de facto credibilidade, se se pode confiar nessas recolhas.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Na sequência daquilo que disse a Sra. Deputada Isabel Domingos, sei que o Sr. Primeiro-Ministro formou-se em França, tem bom conhecimento do francês, tanto quanto eu, portanto vou ler a carta do pedido de isenção, para ver como é que a nossa imagem como País é afectada, quando se acata isso só de interesse. Vou ler em francês e peço ao Sr. Primeiro-Ministro para traduzir em português, para que todos saibamos exactamente o que é. Só vou ler algumas expressões: «...*au profit des populations affamées de São Tomé et Príncipe*», a seguir, «...*São Tomé et Príncipe en ce moment est en pleine de crise de famine*». No fim da carta diz o seguinte: «...*nos permettre de palier à ce fléau*». Deu-se uma imagem de que estamos numa crise terrível, para a importação das 900 toneladas do arroz e acho que não deve ser assim. Daí que solicito ao Sr. Primeiro-Ministro para vir traduzir isso, para que todos nós e a população possamos saber o que esta carta está a dizer em português.

Aplauso do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, queria dirigir-me ao Sr. Primeiro-Ministro, dizendo-lhe que de facto não está a ajudar em nada. Digo-lhe que não tenho medo, porque todos nascemos para morrer. Portanto, não tenho medo de ninguém e estou disposto a morrer a qualquer momento.

Murmúrios.

Srs. Deputados, tenham calma, viemos para o debate ou não?

O Sr. Primeiro-Ministro é mau! Já algumas pessoas tinham essa versão e perante esta situação quero reforçar que o senhor é mau! O senhor teve conhecimento desse arroz, quando o Partido ADI divulgou. Durante todo este tempo o senhor não fez nada. O povo andou a consumir esse arroz até quando o senhor pretendeu suspender. O senhor sabe quantas pessoas já haviam consumido esse arroz? O senhor sabe quais são as causas futuras que os nossos cidadãos podem vir a ter no futuro por causa desses malefícios do arroz? Daí que eu considero o senhor uma pessoa má! Eu, Carlos Correia, é que estou a dizer. Se quiser matar-me que me mate!

Sr. Primeiro-Ministro, *unsa wófatxi na lunguiê*. Parece-me que o senhor não está a perceber o português e as perguntas que estão a ser feitas. *Unsa wófatxi na lunguié*.

Sum mé, atxinika xitiuwo sôsô.

A Sra. **Ministra de Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades** (Natália Umbelina): — Não é bem assim.

Risos.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sra. Ministra Natália...

A Sra. **Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidade**: — *Moço dessamu ku vida mie*.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Nunca ninguém pode deixar-lhe. Porquê assumiu o cargo? Não posso deixar a Sra. Ministra com a sua vida. A senhora tem que responder pelo o povo.

Aplausos do ADI.

Com muito orgulho, nunca me gabei que sei falar o lunguié como deve ser, mas a senhora também já incentivou os jovens a falarem e apreenderem. Hoje está aqui, a Sr. Ministra deveria anotar e mais tarde me dizer que o que eu disse não é bem assim. Assim estaria a contribuir para o lunguié crescer.

Aplauso do ADI.

Sum Plumê-Ministlu, n'guê tudo pena na ié çá fá: «Gabriel palixá só, flá só, palixá só».

Risos.

E de facto hoje o senhor demonstrou aqui que não responde às coisas concretamente, só está ali, como se diz na língua do Príncipe, «*palixá só*». Mas o senhor está cá para responder às perguntas dos Srs. Deputados ou está cá para vangloriar-se, dar-se ao luxo, gabar-se e estar aí a exhibir-se perante o povo? Não é isso que queremos.

As perguntas foram feitas de forma directa, porque é que o senhor está a desviar-se? Por amor de Deus! Aqui ninguém é criança! Não saio da minha casa para ouvir gabarola, *palixá, palixá só*.

Protestos da Sra. Deputada Filomena Monteiro.

Estou no meu direito de uso da palavra. Sra. Médica Filomena, tenha cuidado, estou no uso da palavra, faz favor.

Sr. Primeiro-Ministro, vou voltar a falar em lunguié. *A fá bu kandoite matandé*, o peixe morre pela boca, de maneira que fiquei em minha casa a acompanhar em directo o debate, as gabarolas que o senhor andou aqui a dizer, é caso para se dizer: *a fá bu kandé, ele kimatandé*. O senhor gabou demais, não está a conseguir e está sob pressão ...*por deficiência na gravação não nos foi possível transcrever parte desta intervenção...*

Aplausos do ADI.

Ainda não terminei, só mais 1 minutinho.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor desvalorizou aqui, perante nós, a instituição CIAT. Agora lhe pergunto: qual é o destino que vai dar a essa instituição, que sempre fez as análises do nosso País e que por causa dela ainda estamos vivos? O Sr. Primeiro-Ministro vem hoje aqui dizer que essa instituição já não serve.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Que mentiroso.

Srs. Deputados, qual foi a instituição que descobriu que os produtos que vieram do Brasil eram impróprios para o consumo? Não foi o CIAT? Hoje o CIAT já não serve? Então diga-nos, por favor, qual é o destino que o senhor pretende dar ao CIAT.

Aplausos do ADI.

Ainda não terminei, só para fazer uma réplica.

Ouvi aqui a intervenção do Sr. Deputado Rafael Branco e outros Deputados. Hoje os Srs. Deputados...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, mantenha a calma, por favor.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Ok, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Rafael Branco, hoje transformado em santo rafayé...

Aplausos do ADI.

Pelo amor de Deus, Sr. Deputado! Esse diálogo que o senhor traz para convencer a população de que devemos todos pautar pelo desenvolvimento, pela estabilidade, onde é que andava essa sua parte humana anteriormente? Diga-me, Sr. Deputado. Não venha confundir-nos sobre este aspecto. E outros tantos discursos deste tipo não são para aqui.

Portanto, Srs. Deputados, quero chamar a vossa atenção: se há quem criou e tem criado instabilidade e o fraco desenvolvimento para este país sois vós.

O Sr. **Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, quero comunicar-vos que estou a ser flexível no desvio do assunto central, mas estou a ver que o tom pretende crescer e quero chamar atenção para continuarmos a manter a serenidade. Até este momento não fiz uso de nenhum artigo do Regimento que me obrigue a tomar determinadas decisões para mantermos a ordem. Quero que continuemos a manter a serenidade, estamos a chegar à recta final, julgo desnecessário estar a crescermos agora, quando a fome começa a bater-nos a tonalidade da voz.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, boa tarde.

Venho usar da palavra neste púlpito, enquanto membro da 2.^a Comissão, que tem estado a ouvir as entidades envolvidas no processo de importação do arroz, para obtermos um esclarecimento. É verdade que somos políticos, devemos fazer política, mas com alguma coerência. Como dizia o Sr. Deputado Arlindo Ramos, que também faz parte da 2.^a Comissão, ele não age de má-fé, também quero aqui apelar aos Srs. Deputados para realmente não agirem de má-fé.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor disse que a amostra do arroz que foi a Portugal foi no avião em que o senhor viajou, mas enganaram-lhe. O senhor vai ter que investigar isso e apurar a responsabilidade.

Ruídos.

Estou a falar com documentos. O famoso relatório da ASAE que se fala, fala de um arroz que não existe em São Tomé. A ADI acusa o Governo de ter importado um arroz sujo, amarelo, partido.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não, não é o Governo.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — E a amostra do arroz que a ASAE utilizou para fazer a análise diz que é arroz branqueado carolino. É desse arroz que se fala? Afinal é branco ou é sujo?

Aplausos do ADI.

Não é esse arroz que foi importado. Portanto, isso significa que a amostra foi viciada. Vamos ver o resultado da AQUIMISA que diz que o arroz tem qualidade. Essa instituição usou como amostra um arroz de grão amarelo e trincado. É este arroz que existe em São Tomé e está a ser comercializado. A AQUIMISA usou a amostra

própria, mas a ASAE usou o arroz carolino, quando não temos arroz carolino em São Tomé. O que é que significa isso? De onde apareceu o arroz carolino para a ASAE fazer a análise?

Se formos coerentes, os Deputados da 2.^a Comissão, já ouvimos a CIAT, foi mesmo nesta Sala e temos a gravação, falaram-nos que em momento algum disseram que o arroz era impróprio para o consumo e disseram que não têm condições técnicas para definir a qualidade do arroz. Só que a população já sabe que o propósito da ADI é fazer política. Vocês estão a fazer a vossa política e a gente entende.

Murmúrios do ADI.

Sr. Primeiro-Ministro, com esses elementos que acabei de dar, investigue isso, porque não é normal acusarem de ter-se importado um arroz sujo e a ASAE receber um arroz branco e carolino. É para fazer o quê? Quer dizer que a amostra foi viciada. Investigue isso, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Gostaria que os Srs. Deputados deixassem cada um fazer uso dos seus direitos. Enquanto um Deputado estiver a falar, façamos um esforço para o ouvir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Jorge.

O Sr. **Paulo Jorge** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Caros Deputados: O que pude ouvir do Deputado que me antecedeu é que o Sr. Primeiro-Ministro não tem informação pormenorizada sobre a questão do arroz, tudo indica. Mediante a afirmação feita aqui pelo Sr. Deputado Gil Costa, realmente o Sr. Primeiro-Ministro está numa situação complicada, com certeza.

Segundo as afirmações proferidas pelo Sr. Ministro do Comércio aos Deputados, durante a auscultação na 2.^a Comissão, o seu Governo solicitou uma análise ao laboratório da Aquimisa. Gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro nos dissesse como é que surgiu a Aquimisa neste processo. Qual é a relação institucional que existe entre a Aquimisa e o Estado são-tomense? Como é que se chegou a esse laboratório? Foi através de si, Sr. Primeiro-Ministro? O senhor conhece esse laboratório? Foi através do Ministro do Comércio ou foi através do importador? Queremos saber como é que o arroz foi parar ao laboratório da Aquimisa.

Aplausos do ADI.

Sendo um laboratório privado, como foi paga essa análise, com que dinheiro, qual foi o mecanismo de pagamento? Queremos saber.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor considera valido ou não o resultado da análise feita pelo CIAT?

Aplausos da ADI.

O Sr. **Presidente**: — Quero alertar os Srs. Deputados que não vou eternizar essa discussão à volta da questão do arroz.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Eu até estava a pensar que estava a ouvir uma embaixada de São Lourenço: «...*nostros amigos e companheiros*».

Risos.

Quero dizer aos ilustres Srs. Deputados que é preciso ter humor. Se eu tenho humor negro, não tenho a tolerância. É preciso ter humor para ouvir exactamente aquilo que não gostaria de ouvir. Isto não é nenhum palco para se poder fazer *showoff*. Estamos a discutir coisas sérias!

Quando venho cá dar explicações, dou explicações com convicção. Quando disse cá, e estou a falar em português e em bom português nos entendemos, disse claramente que viajei no avião que levou a amostra, e disso não tenho dúvidas. Se o laboratório que fez as análises disse uma outra coisa, isso é problema do laboratório. Eu vi a amostra na embaixada, não estou aqui para mentir ou para dizer seja o que for. Esse expediente foi nosso para poder saber, porque havia rumores sobre a qualidade do produto.

Os senhores perguntam quem é Aquimisa? Meus senhores, eu já disse que não faço comércio. É natural que alguém que tenha importado o produto...

Murmúrios.

... não é crime nenhum. Os senhores podem dizer que não concordam com a análise e se submetem ao contraditório. Estão a «fazer tempestade num copo de água», para eternizar uma questão que está mais do que clara.

Uma Voz: — Será?

O senhor é um privado e faz uma importação, se alguém põe em causa o produto, o senhor pode, perfeitamente bem, fazer um teste. O que é que isto tem de crime? Eu não sou responsável, o Governo não fez esse tipo de análise. Por isso, é que há o contraditório. Um indivíduo está envolvido numa operação, essa operação é questionada, ele vai procurar meios de prova, quanto mais não seja, se for verdade, para poder interrogar o fornecedor. O que está cá em causa é que os senhores partiram de uma premissa de que tudo isso é uma cabala para extorquir dinheiro ao Estado e estão fixados nisso, porque encontraram a corrupção no Governo de Gabriel Costa.

Meus senhores, isso é fantasma, só existe na vossa cabeça. O meu Governo não fez absolutamente nada que pudesse merecer reprovação dos senhores. Agiu, esteve atento como gestor da coisa pública e, com muito orgulho tomou as medidas que achou que devia tomar para preservar eventuais danos caso se venha confirmar.

Eu disse aos senhores aqui, estamos a ser repetitivos, eu não tenho certeza que o arroz é impróprio para o consumo. Disse aos senhores que agi por cautela. E CIAT, isso para responder ao senhor que está muito preocupado com a questão do CIAT, «o que é que se vai fazer com o CIAT?», ninguém desacreditou o CIAT. Isso é uma mentira, é uma falácia. O que se disse é o CIAT de Pótó, que conheço muito bem e que o Sr. Deputado Diogo conhece muito bem, não está em condições para dizer que o produto é próprio ou impróprio. Percebi a vossa preocupação. Não há cacau que se exporta – o Sr. Deputado Diogo sabe do que estou a falar – que se diz que tem tais, tais percentagem de matéria bolorenta, tem isto, tem aquilo e o chocolate feito com esse não é consumido? Tudo depende e é por isso que estou a dizer que se estivermos de boa-fé e com alguma calma, vamos chegar, é preciso ter paciência. Estamos aqui a discutir «sexo dos anjos», em bom português.

Os senhores falaram de um relatório, disso e daquilo e dei aos senhores todas as explicações.

Uma Voz: — *Fugiu à resposta.*

Não fugi. O que é que fugi? Não fui contraditório coisa alguma. Dei aos senhores toda a explicação plausível. No meu interior, como homem honrado, dei as explicações toda aqui e não sou nada mau. Como que sou mau? Porque é que sou mau? Eu até gosto do Sr. Deputado.

Risos.

Uma Voz: — Cuidado, cuidado com as afirmações.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Gosto como pessoa.

Uma Voz: — Ah.

Risos.

Eu acho que os Srs. Deputados têm toda a legitimidade para questionar, no âmbito das vossas competências, o Governo sobre essas questões, porque nos ajudam a melhorar e a ver se efectivamente há lacunas. O objectivo é fazer com que o nosso Estado funcione da melhor forma possível, mas façamo-lo com elevação, com verdade, façamo-lo, sobretudo, com a prudência necessária para levarmos o barco a bom porto.

Meus senhores, eu não tenho elementos nenhuns para inferir esses dois casos que os senhores fizeram «cavalo de batalha» desde o início deste debate, como sendo caso de corrupção.

É só isto que eu quero dizer aos senhores.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para uma intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, de facto é bom fazermos algumas perguntas, porque algumas respostas estão agora a sair e se tornam mais evidentes. Primeiro é que não foi o Estado que importou, está claro. Logo, é o importador. Então, faltou à verdade!

Risos.

O importador faltou à verdade na Casa Parlamentar, na 2.^a Comissão, e está gravado. Quis imputar essa responsabilidade ao Governo. Graças a ele está esclarecido.

A segunda coisa que tenho a dizer é que estou muito satisfeito com este debate. Sr. Primeiro-Ministro, honestamente, espero que continue assim, a esclarecer as coisas, para o povo saber afinal quem é quem nesta República, porque iam imputar ao Governo essa responsabilidade. Já sabemos que não é do Governo, mas sim do importador.

Sr. Presidente, estou a gostar. De facto, estamos a começar um novo ciclo e novo ciclo não significa estarmos todos do mesmo lado da canoa. Isso é um erro! Qualquer pessoa pode perceber que se ficarmos todos do mesmo lado da canoa, ela afunda-se. Logo, temos que ter opiniões diversas e é aqui na Casa Parlamentar. Graças a Deus parece que agora as coisas vão funcionar bem, nós vimos esclarecer as coisas.

Essas conversas, esses dizeres de união, de paz, são bons, eu agradeço, mas em democracia não é isso, é o contraditório que temos aqui, e ainda bem, porque estamos a avançar.

Gostaria de ler um assunto importante, e ainda bem que o povo está a acompanhar a discussão do caso do arroz, para se esclarecer isso e para saber quem é quem, para que no momento próprio o povo possa julgar, porque o povo também é um julgador.

Ainda bem também que o Sr. Primeiro-Ministro disse que viajou no mesmo avião em que foi a amostra e disse, todos nós ouvimos, que se o importador apresentou um pedido de análise a uma empresa. Não é crime nenhum e eu concordo consigo como jurista também que sou. Análise na Aquimisa é o próprio importador que pediu. Não é crime nenhum! Agora é o resultado da Aquimisa que é posto em causa. É isso que o Governo disse, há outros resultados mas é esse resultado da Aquimisa, que foi pedido pelo importador, que contraria o resultado de uma instituição pública em Portugal, a ASAE.

O povo tem que ouvir, porque muita gente não teve acesso a esses papéis. Passo a ler a parte que se destaca mais, neste caso específico, «a presença de Aflatoxina B1, considerado, sem dúvida, o composto mais tóxico produzido por fungos como *aspergillusflavus*, *aspergillusnigri* e *aspergillusparasiticus*, representa um perigo para a saúde humana.» É o resultado da ASAE de Portugal, uma instituição pública, que o Estado não pagou nenhum tostão para pedir essa análise. A Aquimisa foi paga, a ASAE não. Eu me redimo se de facto isso acontecer. Eu vou repetir para todo o povo ouvir: «...representa um perigo para a saúde humana.»

Depois, essa análise diz, e o Sr. Primeiro-Ministro tem em mãos, em termos de conclusão o seguinte: «Face ao exposto e tendo em conta a perigosidade desse tipo de micotoxina produzido pelos *aspergillusflavus*, parece-nos, salvo melhor opinião, que o arroz em causa não devia ser colocado no mercado.» O Sr. Primeiro-Ministro sabe que se usa essa expressão «salvo melhor opinião» por uma questão de gentileza, de educação. Não significa que a instituição tenha dúvidas. Porque é que eu digo isto? Essa instituição é do Estado, é uma instituição pública em Portugal e essa instituição é que analisa todos os produtos em Portugal. Eu tenho nas mãos um protocolo do acordo celebrado entre dois Estados, o Estado são-tomense e o Estado português. Protocolo de cooperação, porque nós temos uma embaixada que está a acompanhar-nos, temos todos os dias acordos de cooperação, que todo o povo assiste, vê-se a embaixadora de Portugal a assinar acordos com entidades são-tomenses. O acordo está em vigor e eu sei que foi a Direcção de Regulação e Controlo das Actividades Económicas (DARCAE), que pediu a análise. Não foi o Governo, porque não está no âmbito das suas competências. Tanto é que quando o Governo fez o pedido à ASAE, esta disse que mandava a quem tinha cooperação e quem pediu.

O Governo tentou fazer outros expedientes, a ASAE disse que não, «vou dar a resposta desse resultado à entidade com a qual temos acordo de cooperação assinado.» Esse acordo está em vigor, tenho-o cá comigo e passo a ler para todos os senhores e senhoras aqui presentes. Diz o seguinte: Cláusula 1: «O presente protocolo de cooperação estabelece o quadro de cooperação entre ambos os serviços celebrantes, bem como o apoio a prestar à DARCAE de São Tomé e Príncipe, pela congénere de Portugal nas seguintes áreas: formação técnica, organização e desenvolvimento institucional, apoio jurídico, apoio técnico e pericial...» e aqui é que está, «e) Análise aos alimentos». Um acordo de cooperação entre dois Estados, duas instituições do Estado. Quando manda o resultado, o importador vai pedir à Aquimisa, instituição privada e que se paga, para vir contrariar este acordo de cooperação com Portugal, quando andamos a pedir ajuda? E vêm dizer que é o ADI que não quer ajuda para São Tomé e Príncipe?

Aplausos do ADI.

Sr. Primeiro-Ministro, não sei se o Ministro do Comércio lhe deu o acordo, mas eu posso deixar-lhe uma cópia. É importante o que acabei de dizer.

Logo, para ludibriar a opinião pública, o importador pediu uma outra análise, foi dito aqui, pelo menos não foi o Governo, mas o Governo disse que não é crime nenhum pedir, e de facto não é crime. Como advogado e jurista que sou, sei que não é crime pedir e essa análise é que vem pôr em causa uma instituição pública de Portugal que tem um acordo de cooperação com São Tomé e Príncipe para analisar todos os nossos produtos.

O Sr. Primeiro-Ministro disse e muito bem que a nossa instituição, CIAT, não tem capacidade técnica para fazer esse tipo de análise.

Se o Governo não o fez, eu, Levy Nazaré, como Secretário-Geral do ADI, um partido responsável, peço a todo o povo que está a me escutar agora para não comer esse arroz. Faço este apelo ao povo. Mesmo quem tenha um saco ou um quilo em casa, não coma esse arroz, porque se não morrer de imediato, a consequência para a saúde daqui a uns anos será grave, porque o arroz tem produtos cancerígenas que pode pôr em causa a saúde pública.

O Sr. **Presidente**: — Informo aos Srs. Deputados do ADI que já não dispõem de tempo. O Governo dispõe de 10 minutos, o PCD dispõe de 24 minutos e o MLSTP/PSD, 50 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, nunca pensei que o caso do arroz pudesse ser politizado a este nível. Chegou-se a politizar, até violando os termos da língua portuguesa, como se fez aqui, quando em duas situações se deu uma interpretação que não corresponde minimamente àquilo que obedece ao léxico do português. Eu queria dizer aos Deputados do ADI que o falar alto, com muito ímpeto, não é sinónimo de dizer a verdade, e as pessoas sabem disso. Ouvei dizer o Sr. Deputado Levy que «salvo melhor opinião» é uma questão de gentileza...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — De cortesia!

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — É um sinal de contraditório!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Nunca!

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — De português entendo mais do que o senhor. Devo!

Risos.

Pois, o salvo melhor opinião é um sinal de contraditório, é alguém que tem essa opinião, mas que aceita opiniões contrárias.

E a questão da dramatização, o importador escreveu a carta para sensibilizar as autoridades camaronesas e não está em causa, quando se fala de dramatização. Eu vi aqui a Sra. Professora Isabel Domingos...

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Dez anos a leccionar!

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Só tenho 2...

A Sra. **Isabel Domingos** (ADI): — Estou a dizer que tenho 10!

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — A senhora tem 10 e devo por aí só dois!

Risos do MLSTP/PSD e do PCD.

Mas não ponho isso em questão. Estou a falar em termos de «dramatização», palavra que lhe provocou tanta vergonha e tanto sentimento. Fiquei espantado, porquê? Quando se quer dramatizar, pode ser sensibilizar para conseguir os objectivos, não vejo nenhuma má intenção no importador ao escrever a carta nos termos em que escreveu, na medida em que ele tentava sensibilizar as autoridades camaronesas para que o arroz viesse muito mais rápido.

Murmúrios e protestos da Sra. Deputada Isabel Domingos.

Portanto, quero dizer à senhora que o termo «dramatizar» não tem esse significado. A senhora o que pôs em causa não é a forma, pôs em causa a dramatização e ela não tem nada de pejorativo, nem nada de condenável, como pareceu ser colocada na sua intervenção.

Houve uma grande intervenção aqui, embora não seja muito religioso, da Sra. Deputada Maria das Neves. É preciso de facto que este país não atinja os níveis de insatisfação e de instabilidade que temos hoje. Este problema tem que ser resolvido por nós e no princípio do debate deu a ideia de que íamos prosseguir neste caminho, no sentido de se começar uma nova era, como se disse, mas no fim a questão descambou. Quero recordar aos senhores aqui só uma coisa: uma vez alguém me disse: «se entre Mandela e Declerc se conseguiu a paz e o entendimento, então a paz e o entendimento são sempre possíveis». Devemos reflectir de facto todo o sofrimento que passou o povo sul-africano, as mortes, os assassinatos, etc., conseguiram chegar a um entendimento. Agora, entre nós não há tanta divisão.

Eu queria chamar a atenção dos senhores, porque o clima de instabilidade atingiu um ponto tão elevado que não sei se há quem não sinta isso, que podemos ter consequências graves. É preciso desdramatizar este clima, é preciso conseguirmos pontos de consenso capazes de proporcionar uma vivência mais cordial, digamos, que possa conduzir-nos a esse entendimento, sem o qual não há desenvolvimento em São Tomé e Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Elsa Pinto, para uma intervenção.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do XV Governo Constitucional, Sras. e Srs. Deputados, povo de São Tomé e Príncipe: Gostaria de cumprimentar a todos os presentes e enviar, a partir deste púlpito, as mais cordiais saudações aos são-tomenses.

Em primeiro lugar, gostaria de destacar que o recurso a uma moção de censura por um grupo de Deputados do ADI é o exemplo de que a democracia em São Tomé e Príncipe continua vigorosa e se consolida e, contrariamente ao que se pretende propalar, não há violações de direitos e liberdades, pois o contraditório democrático se faz de acordo com as regras do Estado de direito democrático.

Quero igualmente assinalar que, com a introdução da presente moção de censura, abre-se uma nova página, e aqui já fora dito, de relacionamento político constitucional, pois o Partido ADI, seus responsáveis e a sua militância, através desta moção de censura, confirmam de forma clara, inequívoca e responsável a existência constitucional e legal do XV Governo Constitucional da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

O exercício legal e regimental do debate da moção de censura não deixa mais dúvidas de que existe uma Assembleia constitucionalmente instituída, uma maioria confortável que sustenta o Governo...

Murmúrios do ADI.

... e o ADI, na sua condição de oposição. Assim diz o velho ditado: «somente aos vivos está determinado morrer», por conseguinte podemos concluir que o uso da moção de censura é o reconhecimento de facto do actual Governo e as instituições da República, inclusive o Presidente da Assembleia Nacional, com todo o direito.

O recurso pelo ADI a uma moção de censura revela, igualmente, desespero...

Uma voz do ADI: — Xié!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — ... de uma oposição amorfa e descontrolada, com o único intuito de desacreditar a classe política nacional, provocar instabilidade política e inviabilizar o funcionamento pleno das instituições.

Murmúrios do ADI.

Se não, vejamos: num passado ainda recente, o ADI vaticinou o caos, todos estão recordados, quer sejam do ADI, quer sejam de outros partidos, «vai haver caos, caos, caos». Ora, de longe e de perto constatamos o caos político que vive o ADI, que resulta da sua forma caótica e desordenada de fazer política.

Uma voz do ADI: — Isso é uma declaração política?

Protestos do ADI.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): —O ADI, de forma irresponsável, recusou-se a exercer o poder e retirou-se da governação, deve assumir a sua responsabilidade; o Presidente da Assembleia do ADI, de modo incompreensível e caótico, não só renunciou o mandato, mas aniquilou a sua carreira profissional e pessoal, com consequências desastrosas; os Deputados do ADI, que se arrogam o direito de serem os exímios e únicos detentores do poder de representação conferido pelas urnas e pelo povo, ausentaram-se em férias graciosas da Assembleia Nacional,...

Risos do MLSTP/PSD e do PCD.

... furtando-se do exercício para o qual o povo lhes elegeru. O ADI diz-se preocupado com o povo e o futuro, mas vai multiplicando expedientes no estrangeiro para impedir que o País receba ajuda ao desenvolvimento e que o povo tenha melhores condições de vida.

Vozes do ADI: — A senhora tem provas?

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Mas o mais grave é a tentativa permanente de usar o nome do povo em proveito próprio. Em nome do povo, assinou-se o acordo com o Kosovo; em nome do povo, vários navios realizaram operações obscuras nas nossas águas, fragilizando ainda mais...

Protestos do ADI.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Deixem-na, deixem-na!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Se há uma coisa, Srs. Deputados, é que sei ouvir!
Em nome do povo, estamos em pleno contraditório democrático...

Murmúrios do ADI.

...em nome do povo, vários navios realizaram operações obscuras nas nossas águas, fragilizando ainda mais a imagem de São Tomé e Príncipe; em nome da juventude, terrenos foram desbravados para hipotéticos parques de jogos e são hoje terras privadas para construção de casas próprias...

Vozes o ADI: — Oh!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — ... em nome do povo, o dinheiro para a compra de medicamentos foi parar algures; em nome do povo, se organiza uma manifestação para pôr em causa as conquistas do 12 de Julho, da liberdade e da soberania.

Senhoras e senhores, o insucesso da manifestação convocada pelo ADI não se prende com a proibição da Polícia, resulta da falta de entendimento e da incapacidade do ADI em perceber que o discurso de mobilização utilizado entrou em ruptura com a vontade do nosso povo.

Murmúrios do ADI.

O povo de São Tomé e Príncipe é pacífico e nunca iria corroborar com o caos, que tanto querem para este país.

Senhoras e senhores, ao longo dos últimos 2 anos, nesta Casa parlamentar, o ADI negou-se todo o relacionamento político-constitucional e o Governo...

Murmúrios e protestos do ADI.

Toda gente aqui falou o que quis e não impediu!

Vozes do ADI: — Não, não!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Portanto, o ADI negou-se a todo o relacionamento político-constitucional e o Governo de então, de forma desrespeitosa e antidemocrática, furtou-se a todos os debates solicitados. Aí quero emprestar as palavras ao Sr. Levy Nazaré, Secretário-geral do ADI...

Protestos do ADI.

Também tivemos o arroz que não cortava, já perderam a memória?

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Quem importou?

Vozes do ADI: — Ah!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — São vocês!

Risos do ADI.

A moção de censura que o ADI apresenta é um falso problema, todos sabemos o que o ADI pretende. O que pretende é gerar instabilidade, provocar eleições, impedir o Governo de trabalhar, pois já deu conta de que este Governo é credível...

Risos do ADI.

... tendo já recebido nota positiva do FMI e do Banco Mundial.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do Governo.

Srs. Deputados, olhem que as nossas centrais fomos nós que fizemos e vocês é que inauguraram, já se esqueceram!

Murmúrios e risos do ADI.

Sr. Primeiro-Ministro, esse debate desgastante sobre o arroz, mesmo que ficasse aqui 3 dias e esgrimisse todos os argumentos, a opinião formada pelo ADI está feita. O que o ADI quer é entreter a opinião pública...

O Sr. **Octávio Boa Morte** (ADI): — O arroz não é bom!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Eles são os instigadores do arroz e já têm a solução para o mesmo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O povo é que é especialista a comer esse arroz!

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — O senhor não é o povo?

Protestos o ADI.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O povo de São Tomé e Príncipe é especialista em comer esse arroz.

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — Quero terminar, dizendo que esta manobra diversiva apenas nos fortalece e estamos atentos. O incêndio ocorrido no Aeroporto, Sr. Primeiro-Ministro, as sabotagens constantes, temos cerca de 192 000 euros para pagar nas Finanças e é o ADI que tem que pagar a factura...

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

A Sra. **Elsa Pinto** (MLSTP/PSD): — A subversão contínua da Administração Pública. Que passem todo tempo a subverter o funcionamento das instituições! Srs. Primeiro-Ministro, estamos atentos!

Quero encorajar o Governo a continuar a envidar esforços para a melhoria das condições de vida das nossas populações. A chegada dos medicamentos, a melhoria das infra-estruturas no meio rural e o sector pesqueiro, a continuação e formação de quadros, a vinda de gado...

Murmúrios e protestos do ADI.

... e outras acções que estão em curso.
Bem-haja, Sr. Primeiro-ministro e viva a democracia.

Aplausos do MLSTP/PSD, do PCD e do Governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rafael Branco, para um esclarecimento.

O Sr. **Rafael Branco** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, venho cá porque o meu nome foi citado de maneira gratuita e porque, na medida do possível, tento combater a ignorância com as minhas limitadas capacidades.

Risos e aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

Foi feita aqui uma interpretação do poema da nossa escritora Alda do Espírito Santo, que de facto é uma interpretação completamente errada e descontextualizada. Quando a Dona Alda fala «estamos todos do mesmo lado da canoa», na época em que ela fez o poema, é porque no outro lado da canoa estava o poder colonial e nós, enquanto povo, precisávamos estar todos do mesmo lado da canoa...

Protestos do Sr. Deputado José António.

Estão a ver como o senhor facilmente passa ao insulto? Parece que só sabe estar com baixeza, só pode ser!

Depois, é uma outra coisa, a ignorância política. Não falei de união, falei de entendimento e em qualquer democracia ou qualquer país que se preze há partidos com diferentes posições, mas há um momento na história de cada país em que é preciso um entendimento mínimo e básico para se avançar. É o caso de São Tomé e Príncipe. Não é que cada um renuncie as suas posições e não as defenda, mas há um momento em que é preciso um entendimento mínimo. Isso não somos nós em São Tomé e Príncipe que fazemos, em todo o lado e mesmo nos países mais avançados, com democracias avançadas, com economias mais fortes, houve momentos em que partidos da esquerda a direita se uniram para pôr em cima os interesses nacionais.

Portanto, não preciso ser santo, não quero sê-lo e não tenho condições para ser, aspiro sempre poder fazer e dar o melhor para o meu país.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos a caminhar para o encerramento da sessão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa, para uma intervenção, mas espero que os Srs. Deputados não se inscrevam e *desinscrevam*, porque isso não facilita o trabalho.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Vou procurar resumir para não roubar muito tempo.

Sras. e Srs. Deputados, tenho a certeza de que ficou aqui provado o objectivo do Grupo Parlamentar do ADI com este debate, uma vez que se queixam bastante da censura e da falta de espaço para fazer política e para chamar nomes, sem provas, aos cidadãos, aos dirigentes e aos membros do Governo. Então, quiseram usar este palco por excelência, tanto é que exigiram a transmissão em directo da televisão e da rádio, para fazer política,...

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — ...mas é verdade que devemos fazer política com coerência...

Murmúrios e protestos do ADI.

Meus senhores, quando andaram a falar, não vos interrompi. Queiram escutar, por favor!

Vozes do ADI: — Porque foi decidida através de uma resolução!

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Ah, agora estão a falar da resolução, não é? No Governo do ADI sempre se queixaram que a TVS não tinha condições para fazer transmissões em directo e agora estão a exigir. Quer dizer que fizemos melhoria na televisão. Reconhecem que houve melhorias na televisão! Porque no vosso Governo a televisão nunca teve condições para transmitir em directo. Então quer dizer que estamos de parabéns e fizemos melhorias na televisão. Reconhecem isso?

Murmúrios e protestos do ADI.

Sr. Presidente, vou continuar.

É necessário que os Deputados, ao fazer política, tenham um pouco de coerência.

Protestos do ADI.

O Grupo Parlamentar do ADI fala tanto e pega no resultado da ASAE, pondo em causa o resultado da Aquimisa, perguntando quem solicitou ou não. Gostaria que me dissessem aqui, particularmente para os Deputados que estão na 2.^a Comissão e que têm acompanhado a audição das pessoas envolvidas, como é que os dirigentes do ADI tiveram acesso ao resultado da ASAE, antes do próprio Governo.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Será que esse resultado não foi solicitado pelo ADI, usando as prerrogativas que tem?

Murmúrios e protestos do ADI.

Como é que se explica sair de São Tomé um tipo de arroz e chegar em Portugal, na ASAE, o arroz carolino branco? Como é que se justifica isso?

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Pergunte ao Governo!

O Sr. **Gil Costa** (PCD): — Outra questão que foi aqui provada na audição que tivemos com o CIAT, ou seja, ficou provado que, tecnicamente, é impossível, foi dito pelas técnicas do CIAT, fazer esse tipo de análises em 24 horas.

Murmúrios e protestos do ADI.

Ficou provado, tecnicamente, os senhores poderão investigar, mas a verdade é que o resultado da ASAE foi feito em menos de 24 horas, está aqui. Começou no dia 24 e terminou no dia 24...

Murmúrios e protestos do ADI.

...tecnicamente, quero que me provem isso!
Façamos política com a verdade e não estejam aqui a inventar coisas!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Gil e Srs. Deputados, quero chamar atenção para não fazermos declarações que possam pôr em causa instituições que nos ajudam.

Murmúrios gerais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que estamos a chegar ao fim deste debate de moção de censura e que estamos, sinceramente, a concluir que ele não tinha razão de ser...

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Tanto mais para tentar atirar poeiras para os olhos das pessoas. Acabamos de assistir, finalmente, que a questão que se prende com o arroz não tem nada a ver com o Governo...

Vozes do ADI: — Ah, agora sim, aqui é que gostaríamos de chegar!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Chamaram o Governo para o debate e teriam que cingir-se a ele, mas o debate deixou de ser com o Governo para ser com outras pessoas. Portanto, não se vai introduzir uma moção de censura contra um indivíduo. Esse indivíduo pode responder num tribunal e não aqui numa moção de censura.

Ora, se a moção é com o Governo, ficou provado que ele agiu bem...

Vozes do ADI: — Não, não!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — ...porque um produto quando entra no Território Nacional, antes de sair, tem que receber uma autorização da entidade que faz a inspecção. Portanto, o produto entrou para o mercado com uma autorização...

O Sr. **Adelino Santos** (ADI): — Não, isso foi *a posteriori*!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Estando o produto no mercado, havendo a reclamação que houve, o Governo fez o seu papel, retirando o produto do mercado. Fez mal ou fez bem?

Protestos do ADI.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Fez bem!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Fez bem. Se o Governo fez bem, então em que ponto vêm aqui criticar o Governo ou censurá-lo? Acho que essa é uma falsa questão, o objectivo fundamental disto é tentar divertir as pessoas.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Dizer que são defensores do povo por causa do arroz, o problema do povo não se cingi no arroz. Vamos pensar no que o povo precisa: melhor emprego e melhor cuidados de saúde. Falando de cuidados de saúde, o ADI esteve no poder 2 anos, o MLSTP/PSD e os outros partidos da oposição deixaram o ADI na tranquilidade e fizeram o que fizeram, danificaram o País, e tivemos que dizer «pare» ...

Protestos do ADI.

...porque não podíamos assistir o País a estar na situação em que está. Muitos dos senhores que estão aqui a falar sabem qual é a vossa participação nisso!

Protestos do ADI.

Quando falei aqui dos barcos, dos navios que estavam aqui, os senhores saíram à rua para dizer coisas, como se alguém estivesse a infernizar o ADI. Era verdade! É um partido especializado em contrabandos e para mais não serve...

Protestos do ADI.

O navio que está cá já estive nas águas nacionais 22 vezes sob a vossa orientação, para fazer quê? Contrabando! Não é brincadeira. Contrabando!

Protestos do ADI.

Os senhores prometeram o caos e estão cá a receber autorização de um dirigente fantasma vosso, que não existe aqui, que está a fugir às autoridades, que está a ser preso nos aeroportos internacionais...

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Um indivíduo que vai ter que responder por isso que está aqui: «tentativa de golpe de Estado em São Tomé e Príncipe»!

Protestos do ADI.

Vão também ter que indemnizar muita gente aqui!

Vozes do ADI: — Vai sentar-se!

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Muitos nacionais que vocês prenderam com o golpe de Estado, o ex-Presidente da Assembleia e os antigos membros do Governo que vocês prenderam.

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Jorge Amado...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Vocês não são mais nem menos que um partido terrorista! É bom que fique claro!

Protestos do ADI.

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Quem é que é terrorista aqui!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Jorge Amado...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Não reconhecem o Hino Nacional, não reconhecem a Independência Nacional. Reconhecem quem então? Vocês não têm estatuto para serem um partido político e ponto final!

Vozes do ADI: — Uuuu!

Protestos do Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados...

Uma voz do ADI: — Ah, vai-se sentar seu burro. Bicho papão!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, a comportarem-se assim...

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **José António** (ADI): — Presidente de um partido?

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, a comportarem-se assim...

Protestos do Sr. Deputado Cecílio Quaresma.

Vozes do ADI: — Cecílio, calma!

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Calma não, eu sou terrorista?

O Sr. **José António** (ADI): — Um presidente de um partido político a fazer acusações desse género?

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — É por isso que não o quiseram para primeiro-ministro!

Protestos do ADI.

Porque é que escolheram outra pessoa? É por isso!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados...

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — Atrasado mental!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, deixei a reunião desenvolver desta forma, porquê? Quero dizer-vos que o meu primeiro gesto esta manhã foi chamar os Líderes Parlamentares para fazerem um apelo aos seus grupos, no sentido de podermos ter um debate civilizado, elegante, democrático e contraditório. Não sei se é cansaço ou se é fome, mas parece-me que estamos a querer estragar, na recta final, a qualidade do nosso debate.

Quero fazer-vos a seguinte promessa: quer dizer, o facto de eu ter permitido que, no âmbito e no espírito da concórdia que todos pretendemos, se pudesse extravasar os limites da moção de censura, está a querer conduzir-nos a um final infeliz. Portanto, prometi que em todos os grupos parlamentares se extravasasse, porque sei que estamos numa arena política e sei que o País precisa e muito dos Srs. Deputados precisam de exteriorizar algumas preocupações.

O que fizemos não foi apenas discussão da moção de censura e, por isso, continuo a acreditar que precisamos, para discutirmos os problemas do País de uma forma serena de trazer o Governo para podermos falar. Reparem, meus senhores, que em quase 3 horas centramos a nossa discussão à volta de uma temática que preocupa parte dos nossos concidadãos, que é a questão do arroz, mas no Parlamento concentrámos 3 horas à volta da discussão de uma questão do arroz significa que de facto estamos um pouco perdidos. Não é porque é uma questão menos importante.

Quero pedir a vossa colaboração, se quisermos, enquanto Deputados, ter de facto uma contribuição muito mais elevada, primeiro temos que dar sinais de que estamos à altura de sermos Deputados e essa responsabilidade começa aqui, na assunção da nossa responsabilidade.

Esse espectáculo, de vez em quando triste, é normal. Sei que nos outros parlamentos, porque já lá estive, há sempre reacções nas bancadas, por isso é que de vez em quando deixo. Os risos, os aplausos e as reclamações são típicos das sessões parlamentares, mas quando começa a roçar a indisciplina, meus senhores, convenhamos!

Murmúrios do ADI.

Sim, indisciplina no sentido em que determinadas declarações são feitas, frases inadequadas e reacções impróprias.

Portanto, espero que, ao nível de cada um dos nossos grupos parlamentares, que haja uma reflexão sobre aquilo que foi a nossa sessão de hoje para, a partir daqui, podermos melhorar. Acredito que somos capazes.

Estamos na recta final e temos como último inscrito o Sr. Deputado Xavier Mendes.

Se faz favor, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados: Estamos na recta final dos nossos trabalhos e gostaria de concluir, dizendo que se esse clima se mantém, muito mal vai a nossa democracia. Ou o Sr. Presidente muda este púlpito para outro lado, para que as pessoas possam falar sem serem interrompidas, ou então o debate nesta Assembleia será sempre cortado pelos Deputados do ADI. É uma coisa vergonhosa! Quando os outros falam, eles cortam. Quando eles falam, todos estão calados, a ouvir!

Murmúrios e protestos o ADI.

Só os senhores têm a verdade? A verdade é de todos.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — O senhor é Deputado?

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Sou Deputado, sim senhor!

Murmúrios do ADI.

Estão a ver, é uma constante interrupção! Há uma coisa que se diz «chá de berço». A educação na mesa da família não existe!

Protestos do ADI.

O Sr. Presidente tinha razão na sua intervenção de há bocado. É impossível!

Ficou provado, Sr. Primeiro-Ministro, pelas suas intervenções e pelas suas respostas a esta dita moção de censura, que para o entender do PCD não é uma moção de censura e nem sequer devia estar aqui a ser discutida hoje. Não conseguiram colar a corrupção ao seu Governo.

Murmúrios do Sr. Deputado José António.

Vozes do ADI: — Xii.

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Tentaram de todas formas e maneiras, que é típico e apanágio do ADI, fazer carvão, manchar as pessoas, porque todos são corruptos e eles são os ilesos da pátria, quando esperamos, Sr. Primeiro-Ministro, urgentemente um debate sobre o estado da Nação, para sabermos efectivamente quem é quem.

Vozes do ADI: — Aí está!

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Quem são os corruptos e quem são os que conseguiram enriquecer-se em pouco tempo como dirigente.

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **José António** (ADI): — Dinheiro está no bolso!

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Em relação à comunicação social, Sr. Primeiro-Ministro, o ADI não conseguiu mostrar que efectivamente na nossa comunicação social pública não existe censura, caso que anteriormente era o apanágio do governo do Sr. Patrice Trovoada. Ou o senhor não tinha espaço, ou o espaço era muito reduzido, ou então completamente instrumentalizado. Não esqueçamos os juízes que passaram nesta comunicação social administrada pelo ADI. Era uma instrumentalização constante e contínua.

Sr. Primeiro-Ministro, continue na sua linha, na sua direcção e na sua directiva de deixar as pessoas falarem na televisão e na rádio nacional, porque não há censura em São Tomé e Príncipe.

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Xavier Mendes** (PCD): — Por fim, Sr. Primeiro-Ministro, a apresentação desta moção de censura não passa da continuação da estratégia da desestabilização e temos que reflectir um pouco nisso. É que essa estratégia de desestabilização tem levado a uma diminuição significativa do investimento estrangeiro em São Tomé e Príncipe, com causas muito danosas para a nossa população.

Não se pode falar de emprego e crescimento económico, se não houver investimento. Sr. Primeiro-Ministro, o senhor pode fazer tudo que quiser, mas temos que combater essa tentativa constante de desestabilização do País, de forma a promovermos o investimento privado, criar emprego e saúde para a nossa população.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente:** — Agora sim, não temos mais inscritos e, tendo em conta...

Murmúrios o ADI.

Srs. Deputados, ordem na Sala!

Tendo em conta o que diz o Regimento, gostaria de saber de S. Exa. o Sr. Primeiro-Ministro se quer fazer uso da palavra, antes de encerrarmos o debate com o primeiro subscritor da moção.

Afirmou, acenando com a cabeça.

Peço ao Sr. Primeiro-Ministro que faça uso da palavra em mais ou menos 5 minutos, porque também irei conceder o mesmo ao senhor primeiro subscritor. Não os ultrapasse.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, ilustres...

Murmúrio do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos ouvir por favor!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Ilustres Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Depois dessas horas, suponho eu mais de 5 horas, de debate acalorado sobre a moção de censura introduzida contra o meu Governo pelos Srs. Deputados do ADI, fica patente aos olhos da Nação e da comunidade internacional que os fundamentos que alicerçaram esta moção de censura não têm qualquer sustentabilidade. Estou a repetir o que disseram os Srs. Deputados. Não têm razão válida e objectiva para terem dito nos órgãos da comunicação social que o meu Governo é corrupto. Desafiei-vos a olho no olho e ouvi toda a vossa intervenção. Digo-vos apenas que essa forma estranha de fazer política conduzirá o nosso país ao caos, e é o que não vamos deixar.

Ficou patente aqui que as liberdades fundamentais não são cerceadas e dissemos também que era necessário que os Srs. Deputados não tivessem memória curta, porque o caso mais vergonhoso do cerceamento da liberdade de expressão é o caso de São Deus Lima, que foi escorraçada da Televisão São-tomense. Digo bem, «escorraçada» da Televisão São-tomense.

Hoje, com este governo, os debates que são levados a cabo através de «Cartas na Mesa», que é um programa que ela criou, vocês vêm exactamente o que é o contraditório no quadro democrático. Toda gente se exprime, Srs. Deputados, de uma forma livre.

Os senhores sabiam que a partidarização da comunicação social no vosso tempo levou a que hoje assistíssemos a uma bipolarização da comunicação social, tanto na rádio como na televisão? Tenho estado a lutar arduamente, eles que me desmintam, no sentido de fazer com que esse clima desapareça. Os senhores têm todo o tempo para se exprimirem e não digam que não, comparativamente vão ver. Não digam coisas que não correspondem a verdade. A pior vileza que pode existir no homem político é falsear a verdade. Não há cerceamento das liberdades individuais, relativamente aos direitos fundamentais, que foi um dos eleitos motivos da vossa intervenção.

Meus senhores, pois bem, viu-se que aquilo que os senhores apelidaram de «atentado contra os direitos fundamentais dos cidadãos» não tinha razão de ser. Foram medidas que foram tomadas para não fazer periclitir o Estado e que foram tomadas no sentido de preservar o País do tão propalado e anunciado «caos». Escutei-vos com atenção e sou democrata convicto e as vossas críticas objectivas registam-se com apreço e com atenção. Sei escutar o outro.

A história do arroz, se explicações que foram dadas não foram convincentes, responderia que «não há pior cego do que aquele que não quer ver»!

O Sr. **Cecílio Quaresma** (ADI): — O senhor fugiu bastante!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Esta é a verdade que o povo deve ouvir, porque quando fazemos apelo ao povo, dizendo coisas que não correspondem rigorosamente à verdade, estamos a contribuir para desnortear o povo, estamos a fazer com que ele perca a confiança na classe política e estamos a contribuir, significativamente, para o aumento da abstenção, na medida em que há um divórcio entre o povo, que está cada vez mais descrente da classe política, e aquilo que queremos fazer e dizemos que queremos fazer, que é a transformação de São Tomé e Príncipe.

Srs. Deputados, não preciso de atirar poeiras para os olhos das pessoas. Reconheço a minha situação difícil. Se os Srs. Deputados quiserem ser alternativa credível neste país, têm que acompanhar actividade a governação, para dizer que não está bem e constituírem alternativa credível. É por isso que digo: «não podem fazer política de terra queimada» e o que se assiste, infelizmente, é política de terra queimada.

Não brinco com a saúde das pessoas...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, estou a controlar o tempo.

O Sr. **Primeiro e Chefe do Governo**: — Os senhores sabem que quando cheguei ao hospital, em Dezembro de 2012, não havia oxigénio?

Vozes do ADI: — Já há?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Os senhores sabem, se não sabem deviam saber, das dívidas que tenho estado a pagar? Vocês conhecem o montante da dívida externa de São Tomé e Príncipe? Os senhores sabem qual é o montante das dívidas às organizações internacionais? Estamos numa situação extremamente difícil e os senhores devem e têm a obrigação de acompanhar, aconselhar o Governo e introduzir os mecanismos de controlo para que amanhã, se os senhores vierem a ser eleitos pelo povo, possam herdar uma situação melhor.

Agora, a forma como estamos a actuar, é agravar a situação do País e os senhores são co-responsáveis...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Marca eleições!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não sou eu quem marca as eleições, é o Sr. Presidente da República, mas o problema que se põe é que o Sr. Presidente da República não pode marcar as eleições, porque os senhores não fizeram o trabalho de casa. Desde 2010, os senhores fizeram o recenseamento eleitoral? Já vos disse isso várias vezes. Não repitam!

Murmúrios do ADI.

Srs. Deputados, não repitam coisas que não vos ficam bem. Vocês ficam mal na fotografia. Portanto, estamos prontos para continuar o debate sério sobre o desenvolvimento deste país...

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, ele já falou 8 minutos e vou falar também.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Tomamos medidas e os senhores estão a falar à toa. Quando viram aqui em São Tomé e Príncipe investidores estrangeiros que vieram, quando viram uma visita bem-sucedida a Angola, disseram tanta coisa na vossa rede social que mostrava claramente o vosso desassossego e a vossa vontade perniciosa de fazer obstrução para que este Governo não avançasse. Enquanto me restar forças, vou continuar o combate, e os senhores conhecem a minha determinação.

Portanto, sobre essas palavras, Sr. Presidente, quero dizer aos Srs. Deputados que vamos perseguir nesta via.

A moção de censura não tem razão de ser, é um expediente dilatório e, como tal, os Srs. Deputados saberão dizer a vossa justiça.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré, para as palavras finais.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, antes de dirigir-me ao Governo, o órgão com quem hoje viemos debater, gostaria de dizer aos partidos que sustentam este Governo que o Sr. Dr. Gabriel Costa só é Primeiro-Ministro porque eles não têm liderança. Senão não seria hoje o senhor aqui a responder às perguntas dos Deputados.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Vocês é que têm?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — As últimas intervenções demonstraram exactamente o que acabei de dizer, «falta de liderança». Senão não estaríamos aqui a discutir com o senhor, seria uma outra pessoa como Primeiro-Ministro.

Gostaríamos de pegar na última frase sua, «vamos continuar nesta via». Disse o Sr. Primeiro-Ministro, «vamos continuar nesta via». Porque é que uso essa sua expressão? Para aqueles que agora, todos os dias, estão na moda de pedir paz, pão e amor, qual é a via que nos trouxe aqui para este debate, que o seu Governo vem seguindo? Logo, o senhor acabou aqui de dizer, perante os Deputados e perante todo o povo que nos está a escutar, que o seu Governo vai continuar a intimidar os cidadãos; vai continuar a deter os cidadãos...

Murmúrios do Governo.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ... o seu Governo vai continuar a mandar pessoas para o Ministério da Defesa, para serem interrogadas...

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — ... o seu Governo vai continuar nesta via, a via que nos trouxe aqui para o debate. O seu Governo vai continuar com contractos com alguns comerciantes que sustentam o seu Governo, por fazerem parte da troika, em detrimento dos interesses da população. É esta a sua via, que o trouxe cá hoje.

O seu Governo vai insistir e continuar a nada fazer. Bla, bla, bla, é a sua via, que o trouxe para aqui hoje...

Murmúrios e risos do Governo.

O Sr. **Manuel Martins** (MLSTP/PSD): — Você não tem vergonha!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, uma outra frase usada por si há bem pouco tempo, para não dizer que excedemos muito, «não há melhor cego do que aquele que não quer ver»...

Vozes: — Pior cego.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Desculpem. «Não há pior cego do que aquele que não quer ver». Logo, aquele que não quer ver que o País está a se afundar; não há pior cego do que aquele que não quer ver que o seu Governo não está a fazer nada...

Risos do Governo.

...não há pior cego do que aquele que não quer ver que algumas coisas que se está a mostrar na televisão é o resultado do XIV Governo Constitucional, chefiado pelo Dr. Patrice Trovoada.

Aplausos do ADI.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

Murmúrios e risos do Governo.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — É verdade e o senhor sabe disso. O Sr. Primeiro-Ministro está a rir, porque sabe disso.

Murmúrios gerais.

Não há pior cego que aquele que não quer ver que, como Estado e como Nação, estamos a afundar; não há pior cego que aquele que não quer ver que a Administração Pública está desmoralizada, não sendo aproveitada; não há pior cego do que aquele que não quer ver que o seu Governo perseguiu todos os altos quadros, não só do ADI, como todos os outros que trabalharam com o XIV Governo Constitucional.

Não só os quadros do ADI, quase todos, foram para a rua, como também os outros, mesmo os de outros partidos que sustentam o seu Governo, só porque trabalharam honestamente com o XIV Governo Constitucional.

Murmúrios do Governo.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Oh!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — É esta paz, é essa união que estão a pedir aos são-tomenses.

O Sr. Primeiro-Ministro e toda gente sabe do que estou a dizer, porque numa situação o senhor se dirigiu a uma directora da Administração Pública, dizendo: «reconheço a sua capacidade, reconheço a sua competência, mas vou ter que lhe tirar, porque estão a fazer muita pressão». O senhor sabe de quem estou a falar, não é do ADI.

Vozes: — Diga o nome?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Não preciso dizer o nome.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Digo que isso é mentira!

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Gostaria de dizer também que o senhor sabe, Sr. Gabriel Costa, Primeiro-Ministro, que hoje é muito bom vir aqui dizer que são democratas, dizendo que somos disciplinados, mas o senhor sabe porque é que foi julgado e condenado.

Protestos do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Afinal, não sabe?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — O senhor sabe, sou advogado. Foi julgado e condenado, e sabe porquê.

Murmúrios da Sra. Deputada Filomena Monteiro.

Se a senhora não está atenta à política nacional, é seu problema.

Por isso, Sr. Gabriel Costa, naquele tempo, o senhor esquecia-se de que havia órgãos de soberania...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Quantas vezes o senhor não foi para a cadeia?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Naquele tempo, quando o senhor foi julgado e condenado...

O Sr. **Manuel Martins** (MLSTP/PSD): — Quantas vezes o senhor não foi condenado?

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): —...que havia Presidente da República; que havia Primeiro-Ministro e que havia Presidente da Assembleia, como órgãos que devem ser respeitados.

Murmúrios gerais.

Gostaria de dizer, continuando nesta senda...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, sintetize a sua intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Vou usar o tempo que ele usou.

Vozes do ADI: — Sim, sim.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Primeiro-Ministro falou cerca de 8 minutos e o Governo tinha ainda tempo.

Portanto, Sr. Deputado, sintetiza a sua intervenção por favor.

Murmúrios da Sra. Deputada Elsa Pinto.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Vir aqui hoje desta forma, querendo demonstrar ao povo aquilo que não é, não corresponde a verdade.

Continuando nesta senda de proibir, gostaria de falar outra vez de «Nós por Cá», porque isto é muito importante. Este programa não existiu só neste Governo. Toda gente riu nas suas casas, ouvindo-os falar do ex-Presidente Fradique de Menezes, mas não se acabou com o programa; toda gente ouviu e riu em suas casas ouvindo esses mesmos jovens do «Nós por Cá» falarem do ex-Primeiro-Ministro, Dr. Patrice Trovoada, que não sabe falar francês, «yes, oui», e o Dr. Patrice não acabou com o programa...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Levy, agradeço que termine a sua intervenção.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Por isso, para terminar, gostaríamos de dizer a todo o povo de São Tomé que nos está a escutar, que temos a firme certeza e a convicção de que não somos a maioria aqui nesta Casa Parlamentar em termos de voto, somos minoria, mas tenho a certeza de que aqui, lá no fundo do coração das pessoas, somos maioria e que este Governo não está a trabalhar e não está a fazer nada para o bem do povo de São Tomé e Príncipe.

Isso não significa o resultado do voto que poderemos ter aqui nesta moção de censura.

Que fique claro que a maioria dos são-tomenses não concordam com o rumo que o senhor está a dar ao nosso país!

Aplausos do ADI.

Vozes do MLSTP/PSD e do PCD: — Uuu!

Risos do Governo.

O Sr. **Manuel Martins** (MSLTP/PSD): — Levy, menino de rua!

O Sr. **Presidente:** — Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, no cumprimento do Regimento e porque acabamos de discutir a moção, diz o artigo 227.º, «Encerrado o debate, procede-se à votação, na mesma reunião e após o intervalo de uma hora, se requerido por qualquer Grupo Parlamentar».

Porque até este momento ninguém solicitou o intervalo, vou submeter à votação, fazendo uso do artigo 114.º, ponto 4, o voto aberto que constitui a forma usual de votar. O 116.º, que fala de escrutínio secreto, diz: «...fazem-se por escrutínio secreto (...); alínea *a*), «as eleições»; alínea *b*), «as deliberações que, segundo o Regimento ou o Estatuto dos Deputados, devam observar esta forma». Daí que a votação será por mãos no ar, como é tradição.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa para estar atento à contagem dos votos.

Passemos à votação da moção de censura.

Submetida à votação, foi reprovada com 26 votos a favor, do ADI, e 29 votos contra, do MLSTP/PSD, PCD e MDFM/PL.

Daí que foi reprovada a moção pela maioria dos Deputados.

Aplausos, de pé, do MLSTP/PSD, do PCD, do MDEFM/PL e do Governo.

Podem sentar-se, Srs. Deputados.

Estamos pois encerrando a sessão e continuo a pedir aos Srs. Deputados para fazerem um esforço a nível pessoal e colectivo, nos vossos respectivos grupos parlamentares, para que as próximas sessões possam ser mais produtivas, sobretudo do ponto de vista da qualidade das nossas intervenções.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 20 minutos.